



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS  
INSTITUTO DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL E SUSTENTABILIDADE  
NA AMAZÔNIA**

**TRANSCIDADANIA: LUTA PELO RECONHECIMENTO NA  
CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA TRANS EM MANAUS/AM.**

**DISCENTE: ROMULO CARDOSO DA SILVA**

**ORIENTADORA: DR.<sup>a</sup> LIDIANY DE LIMA CAVALCANTE**

**MANAUS – AM  
2020**

**ROMULO CARDOSO DA SILVA**

**TRANSCIDADANIA: LUTA PELO RECONHECIMENTO NA  
CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA TRANS EM MANAUS/AM.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia da Universidade Federal do Amazonas (PPGSS/UFAM), como requisito final para a obtenção do título de Mestre em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia. Linha de Pesquisa: Gestão Social, Desenvolvimento, Ambiente, Direitos Humanos, Cultura e Diversidade.

**MANAUS – AM  
2020**

**ROMULO CARDOSO DA SILVA**

**TRANSCIDADANIA: LUTA PELO RECONHECIMENTO NA  
CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA TRANS EM MANAUS/AM.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia da Universidade Federal do Amazonas (PPGSS/UFAM), como requisito final para a obtenção do título de Mestre em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia. Linha de Pesquisa: Gestão Social, Desenvolvimento, Ambiente, Direitos Humanos, Cultura e Diversidade.

Aprovado em 31 de dezembro de 2020

**BANCA EXAMINADORA**

**PROF.<sup>a</sup> DR.<sup>a</sup> LIDIANY DE LIMA CAVALCANTE**  
Presidente – PPGSS/UFAM

**PROF.<sup>a</sup> DR.<sup>a</sup> SANDRA HELENA DA SILVA**  
Membro interno - PPGSS/UFAM

**PROF. DR. DENIS DA SILVA PEREIRA**  
Membro externo – PPGDEPPA/UFAM

**PROF.<sup>a</sup> DR.<sup>a</sup> LUCILENE FERREIRA DE MELO**  
Suplente interno – PPGSS/UFAM

**PROF. DR. ALVATIR CAROLINO DA SILVA**  
Suplente externo – PPGDEPPA/UFAM

**MANAUS/AM**  
**2020**

### Ficha Catalográfica

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

S586t Silva, Romulo Cardoso da  
Transcidadania: Luta pelo reconhecimento na construção da  
cidadania trans em Manaus/AM. / Romulo Cardoso da Silva . 2020  
176 f.: 31 cm.

Orientadora: Lidiany de Lima Cavalcante  
Dissertação (Mestrado em Serviço Social e Sustentabilidade na  
Amazônia) - Universidade Federal do Amazonas.

1. Transgênero. 2. Cidadania. 3. Reconhecimento. 4. Direitos. I.  
Cavalcante, Lidiany de Lima. II. Universidade Federal do Amazonas  
III. Título

## **AGRADECIMENTOS**

O ano de 2020 foi sem dúvidas um ano cruel e cheio de incertezas. Momentos que nos trouxeram reflexões, perdas de entes queridos e a busca de retomar a vida frente aos desafios cotidianos que temos enfrentado.

A construção deste trabalho deu-se com grande esforço e dedicação, assim como toda a minha trajetória acadêmica, e enquanto estudante num geral. Porém, nada disto seria válido ou faria sentido sem importantes presenças em minha vida, pessoas que contribuíram de forma significativa.

Primeiramente, agradeço à minha mãe, Elizete Cardoso que tem sido forte ao meu lado todo este tempo, e ao meu pai Gelson da Silva (*in memoriam*) que durante toda minha vida se dedicou a me motivar a estudar. A vocês dois o meu muito obrigado!

Agradeço imensamente a minha orientadora, Profa. Dra. Lidiany de Lima Cavalcante, que com suas palavras me motivou a persistir, que me guiou durante este percurso de produção, instigou-me a sempre buscar novos olhares.

Agradeço às professoras Dra Sandra Helena, e ao Dr. Denis da Silva Pereira que compõem esta banca por aceitarem o convite e contribuírem com o seu conhecimento. E a professora Dr.<sup>a</sup> Fátima Weiss, que trouxe reflexões necessárias durante o Exame de Qualificação que me proporcionou novos olhares para minha pesquisa.

Aos agentes desta pesquisa que contribuíram imensamente para a construção deste trabalho, disponibilizando parte de seu tempo. Minha admiração por estes sujeitos que na luta pela garantia dos direitos humanos, a frente dos embates cotidianos: Archenar, Arcturus, Procyon, Aldebarã, Antares, Regulus, Sirius, Pollux, Mirzan, Adhara, Rígel, Hadar, Veja Alnitak, Bellatrix, Canopus, Alhena e Saiph.

A todos os meus professores que fizeram parte de toda minha trajetória escolar e acadêmica, em especial aos docentes e coordenação do PPGSS/UFAM. Aos Mestres, o meu muito obrigado!

Agradeço à FAPEAM pela bolsa concedida neste período que realizei a pesquisa.

Agradeço aos colegas da turma de Mestrado, Silviane, Suzane, Auxiliadora, Richmond, Erinelma, Tereza de que se fizeram presentes

diariamente ao longo desta trajetória, nos trabalhos e nos debates em sala, momentos compartilhados de grande importância. Em especial gostaria de agradecer à Valéria, Kelly e Elizabeth, grandes amigas que fiz neste momento tão difícil que é o mestrado, em momentos de luta onde foi preciso ir às ruas e na descontração do dia a dia e das conversas..

Agradeço também aos amigos de longa data, em especial à Sabrina, Isteice, Giselly, Thaís, Elias, Armando, Raquel e Lucas, que neste momento, mesmo distantes demonstraram apoio em momentos tão difíceis e os tornaram mais leves.

Agradeço ao Bruno, que durante este período tive o prazer em conhecer e se fez presente em minha vida tornando-se especial.

Enfim, a todos o meu muito obrigado por fazerem parte disto!

## **RESUMO**

A presente pesquisa objetivou analisar o processo de reconhecimento da construção da cidadania de pessoas transgêneros a partir do discurso dos sujeitos na cidade de Manaus/AM. Buscamos dialogar a partir da ótica dos sujeitos transgêneros que se encontravam dentro e fora do movimento social, bem como os agentes institucionais que estavam à frente do atendimento às referidas pessoas, em ações e programas de políticas públicas e do reconhecimento das identidades de gênero que garantam a cidadania destes sujeitos em Manaus. Para alcançarmos tais objetivos, trabalhamos esta pesquisa sob a luz da análise do discurso, onde se realizou pesquisa exploratória, sendo feita entrevista com formulário semi-estruturado com perguntas abertas e fechadas, com 12 pessoas reconhecidamente trans, 03 agentes institucionais que atuam nos serviços públicos e 03 agentes sociais representantes de movimentos sociais. O tema proposto versou em torno das questões que perpassam a efetivação (ou não) da cidadania trans em Manaus, além desta, outras se colocaram fundamentais para tal análise, tais como Identidade, Corpo, Gênero, Estado e Transgeneridades. Buscamos realizar análise aprofundada de tais categorias para uma discussão que contemplasse mecanismos que nos possibilitassem compreender os desafios presentes na no reconhecimento e luta para a construção da cidadania trans em Manaus. A pesquisa nos mostrou, a partir dos discursos dos entrevistados e das entrevistadas que ainda há um longo caminho a se percorrer na construção da cidadania de pessoas trans em Manaus, considerando o não atendimento às especificidades necessárias para a construção de uma política identitária, bem como o não reconhecimento no âmbito das políticas que atendem os direitos fundamentais e humanos.

**Palavras-chave:** Transgênero; Reconhecimento; Cidadania; Direitos.

## **ABSTRACT**

This research aimed to analyze the process of recognition of the construction of citizenship of transgender people from the discourse of the subjects in the city of Manaus / AM. We seek to dialogue from the perspective of transgender subjects who were inside and outside the social movement, as well as the institutional agents who were in charge of serving these people, in public policy actions and programs and in the recognition of gender identities that guarantee the citizenship of these subjects in Manaus. To achieve these goals, we worked on this research in the light of discourse analysis, where exploratory research was conducted, with an interview using a semi-structured form with open and closed questions, with 12 recognized trans people, 03 institutional agents working in public services. and 03 social agents representing social movements. The proposed theme dealt with the issues surrounding the realization (or not) of trans citizenship in Manaus, in addition to this, others became fundamental for such analysis, such as Identity, Body, Gender, State and Transgender. We seek to carry out an in-depth analysis of such categories for a discussion that contemplates mechanisms that would enable us to understand the challenges present in the recognition and struggle for the construction of trans citizenship in Manaus. The research showed us, from the speeches of the interviewees and the interviewees that there is still a long way to go in the construction of the citizenship of trans people in Manaus, considering the non-compliance with the specificities necessary for the construction of an identity policy, as well as the lack of recognition in the scope of policies that meet fundamental and human rights.

**Keywords:** Transgender; Recognition; Citizenship; Rights.



## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 01</b>	Categorias principais	p. 34
<b>Quadro 02</b>	Orientação afetivo-sexual dos/as entrevistados/as	p. 37
<b>Quadro 03</b>	Identidade de gênero dos/as entrevistados/as	p. 39
<b>Quadro 04</b>	Identidades de gênero	p. 42
<b>Quadro 05</b>	Eixo Saúde	p. 80
<b>Quadro 06</b>	Eixo Educação	p. 82
<b>Quadro 07</b>	Eixo Justiça e Cidadania	p. 85
<b>Quadro 08</b>	Conhecimento sobre legislações	p. 86
<b>Quadro 09</b>	Serviços públicos em Manaus para população trans	p. 113
<b>Quadro 10</b>	Serviços acessados pela população trans	p. 125
<b>Quadro 11</b>	Percepção dos serviços públicos em Manaus	p. 129
<b>Quadro 12</b>	Tratamento da população trans no serviços	p. 131
<b>Quadro 13</b>	Já sofreu algum tipo de discriminação nos serviços públicos	p. 132
<b>Quadro 14</b>	Tem sua identidade respeita nos serviços públicos	p. 133
<b>Quadro 15</b>	Desafios para a efetivação de sua cidadania em Manaus	p. 135
<b>Quadro 16</b>	Ação do poder público de Manaus	p. 193
<b>Quadro 17</b>	O que é necessário para atender as demandas da população trans em Manaus	p. 141

## LISTA DE GRÁFICOS

<b>Gráfico 01</b>	Sabe que é identidade de gênero?	p. 34
<b>Gráfico 02</b>	Como identifica sua identidade de gênero?	p. 48
<b>Gráfico 03</b>	Escolaridade dos/as entrevistados/as	p. 80
<b>Gráfico 04</b>	Tipo de ensino dos/as entrevistados/as	p. 81
<b>Gráfico 05</b>	Conhecimento sobre os serviços do sistema público	p. 87
<b>Gráfico 06</b>	É usuário/a do sistema público?	p. 125
<b>Gráfico 07</b>	Realiza hormonização?	p. 126
<b>Gráfico 08</b>	Conhece os procedimentos para retificação dos documentos oficiais	p. 127
<b>Gráfico 09</b>	Possui o nome social em seus documentos?	p. 128
<b>Gráfico 10</b>	Conhece os serviços públicos em Manaus?	p. 134
<b>Gráfico 11</b>	Empregabilidade	p. 136
<b>Gráfico 12</b>	Profissão/Ocupação	p. 137

## Sumário

INTRODUÇÃO .....	11
CAPÍTULO 1 .....	19
CORPOS TRANSGRESSORES: corpo, identidade de gênero e estigma ...	19
1.1 Corpos, padrões e transgressões .....	20
1.2 Entre a cis-heteronormatividade “compulsória” e o desafio da construção identitária .....	28
1.3 Eu, tu e eles no paradigma cotidiano dos estigmas por ser transgênero	41
CAPÍTULO 2 .....	55
MEU LUGAR NA SOCIEDADE: luta e reconhecimento pela cidadania.....	55
2.1 Um Estado omissivo: a emergência de legislações no Brasil com ênfase nas identidades de gênero.....	56
2.2 Por onde anda o Legislativo? A ausência de legislações específicas que atendam as demandas de pessoas trans. ....	70
2.3 Todos são iguais perante a lei? Luta e resistência pelo reconhecimento identitário e cidadania de pessoas transgênero. ....	87
CAPÍTULO 3 .....	98
CAMINHOS PARA A CIDADANIA: O desafio do reconhecimento das transgeneridades em Manaus. ....	98
3.1 Na linha de frente da busca por cidadania e resistência dos corpos trans.	99
3.2 Os agentes do Estado entre os limites e possibilidades na efetividade das políticas .....	111
3.3 Corpos trans e os desafios na (des) construção da cidadania e reconhecimento de suas identidades .....	123
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	143
REFERÊNCIAS.....	147
APÊNDICES .....	153
ANEXOS .....	167

## INTRODUÇÃO

A dissertação que se inicia buscou discorrer acerca da problemática vivenciada cotidianamente pela população trans em Manaus na busca pela efetivação de seus direitos e de sua cidadania por parte do poder público do município. O tempo presente é de desafios cotidianos sociais, políticos, econômicos e de saúde. O ano de 2020 representou significativas mudanças nas relações sociais e o modo o qual os indivíduos se relacionam. Em decorrência da Pandemia de Covid-19 (SARS-COV-2), popularmente conhecida como Coronavírus, a pesquisa precisou ser repensada com o intuito de preservar a saúde do pesquisador e das/os participantes e seguir todos os protocolos de biossegurança implementados pelo Comitê de Ética e demais órgãos Federais e Mundiais de Saúde. Este fenômeno acarretou no adiamento da implementação da pesquisa de campo, acarretando em um devido atraso nos demais procedimentos que se seguiam. Além das questões em torno de buscar manter um equilíbrio da saúde mental em decorrência de problemáticas sociais e pessoais neste ano.

A produção do conhecimento tem se colocado na sociedade como um mecanismo na busca do saber, do conhecer os sujeitos, a natureza, a realidade que o cerca. O homem, por ser um ser existencial, tem a necessidade de interpretar a si mesmo e ao mundo em sua volta, por isso, a busca em atribuir significação a tudo que está ao seu redor. Para isto, o homem cria representações da realidade, nas quais se denomina conhecimento, conforme aponta Köche (2011). O processo de produção de conhecimento, as pesquisas científicas se mostram, portanto, como a forma mais plausível para compreendermos a realidade que nos cerca e as necessidades que permeiam nossa sociedade. Isso nos leva a necessidade de reflexão em torno das problemáticas que se fazem presentes no bojo dos antagonismos das relações sociais e nos permite compreender tais aspectos para assim poder intervir. Diante disto, a pesquisa científica nos fornece suporte à ampliação do conhecimento, proporciona reflexões e colabora para uma melhor compreensão, mas também está presente num jogo de interesses antagônicos.

Os debates em torno das transgeneridades se colocam frente a um contexto de constantes disputas, permeadas de significações e paradigmas. Estudos a

respeito do tema mostram a emergência das pesquisas científicas no que tange as percepções do comportamento e as relações sociais, numa ótica de construção social nos mais diversificados aspectos em nossa sociedade que concerne ao direito à cidadania. A construção de pesquisas que perpassam a temática parte de um contexto para muito além do sexo biológico. É necessário olhar sob o viés identitário.

Desta forma, esta pesquisa teve como objetivo geral analisar o processo de reconhecimento da construção da cidadania das pessoas transgênero a partir do discurso dos sujeitos em Manaus. Teve os seguintes objetivos específicos: Caracterizou os aportes das construções identitárias e seus significados no cotidiano da população transgênero; Ponderou o papel do Estado no tocante a efetivação da cidadania da população trans; Desvelou os desafios de efetivação da cidadania da população transgênero a partir dos sujeitos, em Manaus/AM.

O entendimento dos discursos foi fundamental no que tange ao reconhecimento e identificação e ao que se referem os estudos sobre diversidade sexual, já que as produções nas áreas das Ciências Sociais e Humanas no Brasil têm contribuído para dar novos olhares em torno da temática.

Para isto, consideramos três categorias principais para análise, que conduziram os debates e possibilitaram para compreender os elementos necessários na construção da cidadania trans em Manaus/AM, a partir de autores que substanciaram debates acerca de tais categorias trazendo uma aproximação em torno das mesmas. São elas: Identidade (HALL, 2006), Cidadania (COUTINHO, 1999; MANZINE-COVRE, 1991) e Transgeneridades (JESUS, 2012<sup>a</sup>, 2012<sup>b</sup>, 2013; BENTO, 2008), considerando algumas concepções em torno de tais categorias, haja vista a necessidade de romper conceitos definidos que, por vezes, consistem em estigmatizar e excluir aos que não se enquadram em um catálogo pré-estabelecido de normatizações sociais.

Partimos da premissa que as transgeneridades, assim como as discussões em torno do campo de estudo em Gênero e Sexualidade, encontram-se num processo fluido de desconstrução de paradigmas. Considerando os meandros sobre o corpo, o sexo e os dispositivos da sexualidade, podemos fincar as transgeneridades a partir da ótica de Foucault (2018), enquanto uma incitação política.

Sobre fio condutor desta pesquisa, trabalhamos com as questões em torno da temática de transgeneridades, envolvendo os discursos antagônicos que permeiam o campo moral, social, religioso, político e identitário. O processo de reconhecimento e identificação de sujeitos transgêneros passa do caráter subjetivo à esfera pública. Neste sentido, compreendemos de que forma a identidade e o reconhecimento destes tem se dado na fala dos sujeitos trans e do poder público, a partir de representações de entidades que se encontram na linha de frente da garantia do acesso a direitos e, sobretudo da cidadania.

Portanto, a pergunta que buscamos responder nesta pesquisa, e norteou seu delineamento, está posta em de que forma o poder público tem buscado garantir a cidadania de pessoas transgênero em Manaus?

Para buscarmos aproximações da questão acima explicitada, consideraremos a análise do discurso, fincada nos estudos de Michel Foucault, das/dos sujeitos transgêneros, bem como das/dos representantes do poder público e movimentos sociais enquanto elemento central para compreendermos este processo de identidade e reconhecimento da cidadania trans em Manaus. A imersão que se coloca aos discursos em torno das arenas de disputa no campo das transgeneridades tem emergido a partir das necessidades de subsidiar mecanismos que possibilitem reflexões das problemáticas que vivenciamos em Manaus por estes sujeitos.

Os estudos multidisciplinares na temática das transgeneridades nas áreas de Ciências Humanas e Sociais, tem se mostrado de grande relevância acadêmico-científica, para compreendermos os aspectos sociais, políticos, representativos, de identidade e de direitos em torno da construção desta categoria. Tem contribuído, também, pensar a questão das transgeneridades a partir da lide sociológica, as relações sociais e de poder estabelecidas nesta. Portanto, tais contribuições destas áreas do saber têm impulsionado pensar possibilidades em formular políticas sociais públicas para a população transgênero, refletir sobre as problemáticas vivenciadas por estas e estes e legitimar uma luta por reconhecimento identitários e de direitos.

Dessa forma, considerando o contexto social e político atual, onde uma onda neoconservadora assola os mais variados campos de sociabilidade onde há uma massiva retirada de direitos, e as questões em torno dos direitos humanos são marginalizadas por grande parte da sociedade (BARROCO, 2015), tratar a temática

das transgeneridade requer uma análise profunda em torno do modo ao qual o Estado se posiciona diante das negligências por ele cometidas na garantia dos direitos e sobrevivência desta população.

Portanto, este estudo justifica-se a partir da necessidade de contribuir para a construção de um arcabouço teórico-metodológico que possibilite reflexões em torno das transgeneridades masculinas e femininas, com ênfase na luta pela garantia e efetivação do direito à cidadania em Manaus sob a ótica dos discursos dos agentes sociais e institucionais, bem como da população trans.

Pesquisas acadêmico-científicas em torno das transgeneridades perpassam ordens de desafios nos campos da moralidade, da religiosidade e do conservadorismo (MODESTO, 2013). Por estes motivos que buscou analisar, sob a luz da cientificidade, o reconhecimento da cidadania transgênero enquanto fator ímpar para substanciar medidas que possibilitem articular a garantia de direitos com argumentos que rompam paradigmas sociais.

Para tanto, a escolha da proposta do tema, bem como o lócus na cidade de Manaus/AM, se dão a partir da necessidade em estabelecer conhecimento e proximidade com a realidade amazônica, para conhecer e aproximarmos desta realidade, considerando o contexto social a qual se inserem os sujeitos escolhidos para estudo, apresenta-se enquanto fator preponderante.

Compreender os desafios na efetivação do reconhecimento das identidades transgêneros em Manaus, a partir do discurso destes sujeitos, apresentou-se como fator importante para debater e buscar legitimar direitos, considerando as realidades trazidas por estes em suas falas, contrapondo com o entendimento daqueles que atuam na linha de frente do atendimento às pessoas transgêneros em Manaus.

Para conhecer as transgeneridades, as dimensões de sua totalidade, foi necessário desprendermos de princípios morais e socialmente construídos. Buscaram-se narrativas dos discursos destes sujeitos, de suas vivências, do seu processo de reconhecimento de sua identidade a partir da ótica deles, compreendendo as nuances e complexidade que os cercam. Considerando que a sexualidade é o correlato de práticas discursivas, como aponta Foucault (2018), a pesquisa foi concebida a partir de elementos que exprimem das dimensões que permeiam as transgeneridades enquanto um dispositivo de resistência da sexualidade e nas relações de poder presentes em nossa sociedade.

A construção do percurso metodológico desta pesquisa deu-se a partir de elementos que subsidiem uma aproximação da realidade, em torno dos discursos dos sujeitos pesquisados. Nesta ótica, realizamos abordagens que compreenderam uma análise do processo identitário e de reconhecimento por meios destes, fazendo um paralelo de como as políticas públicas vislumbram as vivências transgênero no tocante a efetivação da cidadania de homens e mulheres transgêneros na cidade de Manaus.

Analisar os discursos destes sujeitos em torno do reconhecimento da cidadania transgêneros em Manaus, a partir da ótica de Foucault (2009), que apontou compreensão do enunciado, em sua estreiteza e singularidade, as condições de sua existência. Neste sentido, trabalhamos em uma análise que permeia a fala dos sujeitos transgêneros masculinos e femininos, no processo identitário e de reconhecimento de sua cidadania, além de sujeitos não transgêneros, representantes de movimentos sociais e do poder público que atuam direta e indiretamente na garantia dos direitos da população trans em Manaus.

Para tanto, a natureza da pesquisa seguiu o caráter exploratório, que teve como objetivo proporcionar uma visão geral e uma aproximação acerca do objeto de pesquisa, conforme aponta Gil (2016). Compreendendo a necessidade de estudos em torno do tema, fez-se necessário, portanto, uma aproximação que possibilite uma investigação mais ampla do processo de reconhecimento e identificação das transgeneridades.

A imersão no campo da pesquisa iniciou-se a partir da realização de eventos e palestras que abordavam a temática das transgeneridades em Manaus. Os desafios presentes neste momento era uma aproximação mais direta aos que estavam à frente das políticas públicas, os agentes institucionais.

O universo da pesquisa não é algo fechado, considerando que não há um quantitativo em registros oficiais de pessoas transgêneros na cidade de Manaus. Inicialmente, a amostra da pesquisa estava fechada em aproximadamente vinte e seis pessoas a serem entrevistadas, sendo disposta da seguinte forma: vinte pessoas transgêneros que acessam aos serviços públicos de saúde, educação, assistência social e outros, e três representantes institucionais e de três representantes do movimento social, totalizando seis, que atuam no reconhecimento das políticas, na Secretaria de Estado de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania



(SEJUSC); Secretaria de Estado de Educação do Amazonas (SEDUC); Secretaria de Estado de Saúde do Amazonas (SUSAM); Associação de Travestis, Transexuais e Transgêneros do Estado do Amazonas (ASSOTRAM); Coletivo O Gênero; e Manifesta+ LGBT.

A pesquisa ficou fixada em doze pessoas trans e seis agentes representantes de instituições do poder público e movimentos sociais, totalizando uma amostra de dezoito entrevistados. Das vinte pessoas trans que foram contatadas para participarem da pesquisa, apenas sete não responderam e/ou recusaram-se a participar desta pesquisa. Vale destacar que a abordagem aos sujeitos deu-se a partir de eventos científicos voltados para população trans, bem como por meio de aplicativo de rede social Instagram, através dos perfis que seguiam a página ASSOTRAM e o Coletivo O Gênero, e que tinha sua identidade de gênero explícita em sua rede social, que possibilitou uma aproximação aos sujeitos.

A pesquisa seguiu todos os critérios éticos sinalizados nas resoluções nº 466 de 2012 e nº 510 de 2016 do Conselho Nacional de Saúde, com envio ao Comitê de Ética e Pesquisa da Universidade Federal do Amazonas, por meio da Plataforma Brasil, obtendo autorização para a realização da pesquisa por meio do CAAE 29524620.0.0000.5020, com o Parecer Consubstanciado nº 29524.0.00005020 (ANEXO 01).

Após a aprovação neste processo do Comitê de Ética, buscaram-se os sujeitos da pesquisa a partir de eventos científicos, realizados pela Associação de Travestis e Transexuais do Amazonas (ASSOTRAM), onde se obteve um primeiro contato com o público-alvo, do movimento, do poder público e da população trans em geral. Na referida etapa, definiu-se enquanto critério de inclusão da população trans os seguintes: Mulheres e homens transgêneros; A partir de 18 anos de idade; Residentes em Manaus; Que tenham reconhecimento identitário acima de um ano. Quanto critério de exclusão: Que estejam sob o uso de álcool; Que estejam sob o uso substâncias entorpecentes; Que estejam em regime de cárcere e/ou cumprindo alguma medida disciplinar judicial. No tocante aos agentes públicos e dos movimentos sociais seguiu-se os seguintes critérios de inclusão: Que estejam à frente do atendimento à pessoa Transgênero em Manaus; Que atue pelo tempo mínimo de seis meses; Que faça parte do quadro efetivo da instituição e/ou programa. E os seguintes critérios de exclusão: Que esteja atuando de forma

provisória no cargo; Que estejam em período de gozo das férias; Que estejam afastados administrativamente.

As/os participantes da pesquisa foram convidados a conceder-nos uma entrevista de forma voluntária, não havendo quaisquer benefícios financeiros a serem pagos, onde se apresentou a proposta da pesquisa e o que consta no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (APÊNDICE 03 e 04).

Em decorrência da Pandemia de Covid-19, a estratégia adotada foi a utilização da técnica mista, com a aplicação de questionário e formulário (APÊNDICE 01 e 02), apresentou-se como um dos principais desafios na implementação da pesquisa, considerando a necessidade de reformularmos as estratégias antes traçadas.

Para garantir a confidencialidade dos sujeitos entrevistados, os dados apresentados são identificados a partir de nome de estrelas: Sirius; Mirzan; Adhara; Alhena; Pollux; Saiph; Rígel; Alnitak; Bellatrix; Aldebarã; Canopus; Vega; Hadar; Regulus; Procyon; Arcturus; Regulus; Antares; Archenar, onde serão melhor especificados no capítulo 3.

Este trabalho está dividido em três capítulos. No primeiro capítulo, intitulado *Corpos Transgressores: Corpo, Identidade de Gênero e Estigma*, tendo três subdivisões, trabalhamos categorias iniciais da pesquisa, tais como Gênero, Corpo, Identidade de Gênero e outros considerados necessários para debatermos acerca dos corpos da população transgênero, tópico 1.1 *Corpos, padrões e transgressões*, discutimos as noções do corpo na sociedade e os padrões construídos socialmente que moldam e encaixam os indivíduos, fazendo dos corpos trans corpos transgressores desta ótica; o tópico 1.2 *Entre a cis-heteronormatividade “compulsória” e o desafio da construção identitária*, discorremos acerca dos padrões heteronormativo em nossa sociedade e como a identificar-se enquanto pessoa trans se torna um desafio perante a uma ordem que foi construída por meio de um binarismo de gênero e um determinismo de sexualidade aos corpos; o último tópico deste capítulo 1.3 *Eu, tu e eles no paradigma cotidiano dos estigmas por ser transgênero*, abordamos os paradigmas do cotidiano transgênero diante das normatizações impostas a seus corpos, a sua sexualidade e aos modos de ser.

O capítulo dois, intitulado *Meu lugar na sociedade: Luta e reconhecimento da cidadania*, abordamos as discussões acerca do Estado e o (não) cumprimento do

seu papel para a efetivação plena da cidadania das pessoas trans. No tópico 2.1 Um Estado omissivo: A emergência de legislações no Brasil com ênfase nas identidades de gênero, abordamos o não cumprimento da garantia de direitos fundamentais, bem como a exclusão destas pessoas baseadas em sua identidade de gênero; o tópico 2.2 Por onde anda o Legislativo? A ausência de legislações específicas que atendam as demandas de pessoas trans, fazemos uma indagação a cerca da ausência de legislações específicas que possam vir garantir o acesso a serviços públicos de forma digna; no tópico 2.3 Todos são iguais perante a lei? Luta e resistência pelo reconhecimento identitário e cidadania de pessoas transgênero, iniciamos as discussões das representações sociais da população trans diante deste cenário de exclusão por parte do poder público.

Por fim, o capítulo 3 intitulado Caminhos para a cidadania: o desafio do reconhecimento das transgeneridades em Manaus, discutimos as especificidades locais por meio dos discursos da população trans que busca os serviços públicos e dos agentes sociais que estão a frente destes serviços e dos movimentos sociais, como forma de debatermos tais questões a partir desta região. No tópico 3.1 intitulado Na linha de frente da busca por cidadania e resistência dos corpos trans, buscamos dialogar com os agentes sociais a frente dos movimentos de representatividade da população trans em Manaus; No tópico 3.2 Os agentes do Estado entre os limites e possibilidades na efetividade das políticas, trazemos os discursos dos agentes institucionais que estão na linha de frente das ações desenvolvidas em Manaus para esta população; No último item deste capítulo 3.3. Corpos trans e os desafios na (des) construção da cidadania e reconhecimento de suas identidades, trazemos para debates a concepção dos corpos trans em Manaus, o reconhecimento destes sujeitos na políticas e como se vêem diante das ações do poder público em Manaus.

## **CAPÍTULO 1**

### **CORPOS TRANSGRESSORES: corpo, identidade de gênero e estigma**

*Se sou homem ou mulher? Esta pergunta reflete uma obsessão ansiosa do ocidente. Qual? A de querer reduzir a verdade do sexo a um binômio. Eu dedico minha vida a dinamitar esse binômio. Afirmo a multiplicidade infinita do sexo!*

*P. B. Preciado.*

O binômio homem-mulher sempre esteve presente nas determinações sociais. Os papéis sociais determinavam a estes o lugar na sociedade. Agregado a eles estavam a norma heterossexual, estabelecida por princípios morais e religiosos. As manifestações dissidentes a este padrão cis-heteronormativo sempre foram renegados, excluídos e taxados enquanto subversivos. Do pecado ao doente, até chegarmos a condição humana, as transgeneridades, assim como a homossexualidade, viu-se reclusa.

Debatermos elementos que compreendam o corpo enquanto uma construção social e cultural, bem como as normas que se estabelecem em nossa sociedade, para pensarmos as transgeneridades a partir de uma ótica de construção identitária de si, contribui para o reconhecimento de formas divergentes do que se estabelece padrão a se seguir, rompe com os estigmas de binaridade homem e mulher sob a perspectiva cisgênero e heterossexual que exclui toda forma que foge a esta representação do que é (era) socialmente aceito.

Os redimensionamentos das identidades trans, perpassam elementos que nos subsidiarão debates importantes para dissertarmos em torno da cidadania trans em Manaus. É neste sentido que buscaremos tratar assuntos que possam subsidiar tais discussões em torno do reconhecimento identitário das pessoas trans em meio às políticas sociais.

O capítulo que se segue traça uma discussão construída em torno de categorias chave para pensarmos as transgeneridades a partir de uma construção identitária que tem influências das relações sociais que permeiam os sujeitos, mas é

definida a partir da subjetividade do próprio. Desta forma, abordaremos aqui o corpo enquanto uma dimensão para pensarmos a que corpo se trata quando abordamos as normas cisgênero. Neste sentido, os eixos padrões e transgressões serão postos sob a luz desta análise, na construção do corpo enquanto uma dimensão social e cultural. No tópico seguinte, a heterossexualidade compulsória apresentará o eixo central da discussão, bem como a norma cisgênero estabelecida por uma sociedade fincada em pressupostos morais. Por fim, traçaremos um debate em torno dos estigmas enquanto marca das transgeneridades, constituídos a partir de elementos sociais de dominação e, por conseguinte, de exclusão, ao qual estará estabelecida diante de paradigmas sociais construídos.

### **1.1 Corpos, padrões e transgressões**

Cabe aqui abordarmos o corpo enquanto uma dimensão para se pensar as transgeneridades, considerando o caráter dado à sua construção ao longo do percurso sócio histórico. Como bem coloca Le Breton (2010), o corpo é moldado a partir dos contextos social e cultural. É neste sentido que se constroem dimensões variadas em torno desta categoria.

Nos estudos de Gênero e Sexualidade, o corpo possui centralidade nas discussões, tendo em vista a necessidade de pensarmos a constituição de determinações a partir deste. Considerando que em uma perspectiva histórica, o corpo não poderia escapar à trajetória dos modelos de gênero e das identidades, como afirma Corbin, Courtine e Vigarello (2012)

Discursos diversos foram sendo criados e moldados em relação a um corpo na sociedade. Corpo este que está posto diante de determinações em nome de uma 'normalidade'. Um corpo sadio, representado pela figura do homem, que ao mesmo tempo simboliza Deus, com grande influencia euro-ocidental da igreja católica.

A perspectiva cristã assume uma dualidade entre o sagrado e o profano (GÉLIS, 2012). A religião, por meio da igreja, tece reflexões em torno dos usos e limites em torno do corpo, neste sentido esta categoria está centrada nos mistérios cristão, bem como aponta Gélis (2012), há, ao mesmo tempo, um enobrecimento e um desprezo ao corpo, apesar disto, segundo o autor, a voz da igreja jamais foi unânime em relação aos sentidos do corpo.

“O corpo religioso é um vasto domínio de estudo, um campo ainda oculto” (GÉLIS, 2012, p. 22), ao qual se interpele significações múltiplas. Aos olhos da igreja está posto diante dimensões ambíguas, entre venerado e condenado. Fazendo uma análise do corpo sagrado, compreendido a partir da igreja, nos remete a ideia de um corpo salvador, onde, de acordo com o autor, o corpo de Cristo está posto no centro dos dizeres cristãos, considerando que é somente no cristianismo que Deus toma forma humana (GÉLIS, 2012).

Ele nasceu na Terra, viveu e morreu consumando no sofrimento sua missão: oferecer sua pessoa à vingança pública e seu corpo à perseguição, para salvar os pecadores. Da encarnação à ressurreição é sempre do corpo que se trata, do corpo de um Deus de amor que aceitou sacrificar-se, antes de voltar ao céu por esta sequência última, a ascensão. (GÉLIS, 2012, p. 23).

O culto ao corpo está posto, portanto, diante do elo sagrado presente na imagem de uma salvador. A partir de tais representações com influências da igreja, a figura de Deus é encarnada no homem sendo, portanto, feito à sua imagem e semelhança. Desta forma, cria-se um imaginário de corpo que representa a figura divina.

Ao longo da história foram se instituindo vias de representações deste corpo divino na sociedade. Durante o século XV e XVI, conforme coloca o autor, a imagem era construída a partir do corpo sofredor; este corpo é visto sob a ótica da Eucaristia, no século XVI, a figura de Cristo era representada a partir da hóstia, numa simbologia da salvação; no percurso do século XVII, há a necessidade de honrar e adorar este corpo (GÉLIS, 2012). É sob esta ótica que se vão estabelecendo elementos históricos de compreensão em torno do corpo ao longo do tempo, que serão incorporados na sociedade no prisma de devoção, sob pena do castigo divino aos que não seguirem estes preceitos.

Para todos aqueles que procuram audaciosamente assemelhar-se ao Cristo das dores para partilhar seus tormentos, o corpo é ao mesmo tempo o maior obstáculo, “o maior inimigo”, e o meio de acompanhar o Redentor: o corpo que é preciso vencer, o corpo vetor de um procedimento sacrificial. Todas as formas de humilhação foram exploradas por essas almas exigentes e dilaceradas, governadas pelo princípio da desvalorização, da perda absoluta de si mesmo. (GÉLIS, 2012, p. 55)

É sob esta ótica que se constroem as dimensões punitivas ao pecador, o corpo é, então, disciplinado. (GÉLIS, 2012; FOUCAULT, 2018; CAVALCANTE, 2015). O corpo passa a ser subordinado às vontades divinas, segue escritos sagrados, e é flagelado ao pecar.

No século XIX, segundo Corbin (2012), o corpo e a alma são herdados em um aprofundamento da interação entre estes pelos católicos, bem como se encontra impregnado a imagem de corpos, no plural, de Cristo, de Virgem Maria, e de santos variados.

Para Cavalcante (2015), as reflexões construídas em torno do corpo são postas a partir da era cristã, considerando o fator preponderante desta em interpretá-lo, e tendo em vista a forte influência judaico-cristã no desenvolvimento das significações históricas e culturais do corpo, do vestir, dos gestos, dentre outras influencia no cotidiano da sociedade brasileira, com grande impacto na construção de que compreendeu, e ainda se considera, sobre ser homem e ser mulher. A influência dada pela igreja para a leitura do corpo está diante de determinações dos usos dos corpos.

Na história de algumas religiões monoteístas tais como a católica, evangélica e judaica, o corpo é o símbolo do pecado na simbologia de Adão e Eva, sendo desde então condenado pela ausência de limites, perdido em atitudes consideradas abomináveis frente à construção simbólica do sagrado. (CAVALCANTE, 2015, p. 23)

É diante de tais dimensões que se constroem com relação ao corpo, Matthews-Grieco (2012) coloca que há um duplo aspecto que formam o aparecimento do corpo, sobretudo na Europa Ocidental. A primeira diz respeito a costumes e legislações, onde ambas buscam disciplinar e dirigir funções reprodutivas, onde os impulsos da sexualidade são contidos. O segundo se refere ao corpo enquanto agente de atos sexuais transgressivos, ou seja, restrições sociais que diante da religião, da moral e da sociedade são vistos sob o prisma da criminalidade. (MATTHEWS-GRIECO, 2012).

Neste sentido, há as fronteiras do que é taxado enquanto lícito e ilícito, conforme aponta Matthews-Grieco (2012). Ao que se refere o lícito, é compreendido a partir do normativo e/ou tolerado; no que tange ao ilícito, compreende-o enquanto desviante e/ou intolerável. Este sistema mudava continuamente, configurando-o a partir dos contextos social e cultural.

Diante disto que se busca analisar a esta categoria partindo de uma compreensão que rompa o caráter dado a partir de elementos puramente naturais, mas elementos que integrem os mais variados campos de estudo das relações presentes na constituição do corpo, “não mais natureza, mas cultura” (CORBIN, COURTINE E VIGARELLO, 2012, p. 8).

Os significados que se constroem do corpo ao longo do tempo possuem caráter político em torno das relações de poder que são instituídas por meio do modo ao qual se vão estabelecendo as dominações sobre o corpo (FOUCAULT, 2014). Para o autor,

O corpo também está diretamente mergulhado num campo político; as relações de poder têm alcance imediato sobre ele; elas o investem, o marcam, o dirigem, o supliciam, sujeitam-no a trabalhos, obrigam-no a cerimônias, exigem-lhe sinais. (FOUCAULT, 2014, p. 29).

Nesta concepção, há que considerar o corpo enquanto um instrumento onde o exercício do poder está estabelecido. A partir do corpo formas de dominação podem ser estabelecidas, por meio de regras, leis, e normas. Elementos estes que inserem os usos dos corpos nos jogos das relações de poder materializadas sob os indivíduos, tratados como biopoder (FOUCAULT, 2014).

O corpo, segundo Foucault (2014), é investido por relações de poder e dominação. Na lógica do sistema dominante, o corpo somente torna-se útil quando é produtivo e ao mesmo tempo submisso. Constroem-se saberes em relação a este corpo, que para Foucault (2014, p. 29), pode ser chamada de “tecnologia política do corpo”.

Na análise foucaultiana, o corpo perpassa às relações de poder na sociedade. Para Foucault (2018a), há limitações, proibições e obrigações no interior das relações sociais que aprisionam e imposições ao corpo, fazendo-o, portanto, objeto de investimentos imperioso e urgente.

Tais condições são formas de coerção sobre o corpo (FOUCAULT, 2018a). A partir deste método que permitem o controle sobre os corpos com o intuito de disciplinar. São mecanismos de dominação presentes na sociedade que ao longo dos séculos foram moldando-se diante do cenário histórico e social, permitindo estabelecer um poder sobre os corpos, bem como salienta Foucault (2018a).

A análise de Foucault (2018a) parte de reflexões sobre o sistema carcerário, contribuindo para pensarmos os mecanismos de coerção e punitivos presentes em nossa sociedade que se apresentam formas gerais de leis disciplinadoras dos corpos.

Na perspectiva do autor, “o corpo humano entra numa maquinaria de poder” (FOUCAULT, 2018a, p. 135), onde se exercem relações de poder sobre estes, e é



compreendida como “anatomia política” ou “mecânica do poder”, e aparecem como “domínio sobre o corpo dos outros” (ibdem).

Neste sentido, compreendemos que os corpos possuem mecanismos de poder que precisam ser domesticados, portanto, buscou-se apropriar-se de corpos, foram moldados e punidos como forma de mantê-los sob poder de outros.

Nos estudos de Le Breton (2010), a partir de uma análise socioantropológica em torno do corpo, a necessidade de criação de uma sociologia que tenha como ênfase esta categoria, se dá a partir da compreensão deste enquanto fenômeno social, cultural, simbólico e objeto de representações e imaginários. Para o autor, o corpo apresenta-se como mediação das ações que tecem a vida cotidiana na cena particular e pública (LE BRETON, 2010).

Moldado pelo contexto social e cultural em que o ator se insere, o corpo é o vetor semântico pelo qual a evidência da relação com o mundo é construída: atividades perceptivas, mas também expressão dos sentimentos, cerimoniais dos ritos de interação, conjunto de gestos e mímicas, produção da aparência, jogos sutis da sedução, técnicas do corpo, exercícios físicos, relação com a dor, com o sofrimento, etc. Antes de qualquer coisa, a existência é corporal. Procurando entender esse lugar que constitui o âmago da relação do homem com o mundo, a sociologia está diante de um imenso campo de estudo. Aplicada ao corpo, dedica-se ao inventário e à compreensão das lógicas sociais e culturais que envolvem a extensão dos movimentos do homem. (LE BRETON, 2010, p. 07).

A partir destas corporeidades trazidas pelo autor, a sociologia do corpo está posta diante de um cenário composto por formas diversas de encenar corpo. Tais extensões estabelecem significações a partir de determinados contextos sociais e culturais. Desta forma, o corpo está alocado perante tais dimensões, sujeito a variações por meio delas, não sendo possível uma unificação do que se entende por corpo, os discursos variados que o tem como objetivo analítico permeia formas variadas de concebê-lo.

O corpo é ficção, um conjunto de representações mentais, uma imagem inconsciente que se elabora, se dissolve, se reconstrói através da história do sujeito, com a mediação dos discursos sociais e dos sistemas simbólicos (CORBIN, 2012, p. 09).

Há representações sociais que irão atribuir ao corpo posição determinada na sociedade, conforme salienta Le Breton (2011), considerando as construções sociais e culturais estabelecidas como instrumento de caracterização do corpo. É sob este

viés que se formam padrões e elementos de significação de corpos socialmente estabelecidos. Corpo e sexo estão postos enquanto sistemas onde os discursos de poder se estabelecem e formalizam, onde o controle é exercido, e nos mais variados espaços podem estabelecer relações de quebra de paradigmas do que a sociedade impõe.

Neste sentido, se estabelecem formas de regular o corpo e, por conseguinte, o sexo, de forma a produzir padrões estabelecidos a partir de normas de controle. “Os usos do corpo e seus enfoques entre o que se considera como permitido e o proibido chegam aos muros da sexualidade, em um debate que estava recluso por séculos” (CAVALCANTE, 2015, p. 32). Neste sentido, se estabelecer um debate em torno do corpo e sexualidade nos traz elementos necessários para pensarmos as relações de poder que permeiam estas duas categorias em nossa sociedade, onde o corpo e sexo são regulados, normatizados e estabelecidos de acordo com regras e formas de dominação.

No que se refere ao sexo, as determinações da igreja e das legislações representavam modos de dominação e relações de poder sobre os corpos, sobretudo a partir do século XVIII, onde há uma incitação política, econômica e técnica, a partir de um discurso da racionalidade, como aponta Foucault (2018b). Para o autor, há neste período uma verdadeira incitação de discursos sobre sexo, “cumprir falar do sexo como de uma coisa que não se deve simplesmente condenar ou tolerar, mas gerir, inserir em sistemas de utilidades, regular para o bem de todos, fazer funcionar segundo um padrão ótimo.” (FOUCAULT, 2018b, p. 27). É sob esta ótica que se constroem discursos que compreendem o sexo enquanto um mecanismo de poder.

No percurso do século XIX, o sexo, para Foucault (2018b, p. 61),

[...] parece inscrever-se em dois registros de saber bem distintos: uma biologia da reprodução desenvolvida continuamente segundo uma normatividade científica geral e uma medicina do sexo obediente a regras de origem inteiramente diversas.

Neste sentido se estabelecem discursos produzidos sob uma perspectiva biologizante e a partir de um olhar clínico em torno do sexo, onde ambas são complementares, segundo Foucault (2018b). Estas dimensões sustentaram o discurso científico do Ocidente, dado seu sua perspectiva de racionalidade para o saber sobre o sexo.

Para Foucault (2018b), não há uma restrição ao falar de sexo, pelo contrário, há uma verdadeira incitação em falar sobre, apenas os dispositivos discursivos são construídos por outros meios, a confissão, por exemplo, tornou um deste. Dentre outras maneiras, o sexo saiu do âmbito público e adentrou somente o espaço privado, porém, ainda se fez necessário falar e saber sobre, incitou-se, portanto, o discurso em torno do sexo.

Enquanto mecanismo de poder, o sexo representa um elemento central para se pensar a transgeneridade, considerando os meandros antagônicos que permeiam a esta categoria enquanto constituinte de um modelo ao qual se estabelecem determinados padrões de corpos, ou enquadram-se ao que Foucault (2018, p. 53) chama de sexualidade periférica, e estas com as demais sexualidades múltiplas “constituem o correlato de procedimentos de poder”.

É neste sentido que Bento (2008) vai colocar a existência de um corpo sexuado. Para a autora, em determinada fase da vida, haverá uma identificação com determinada performance de gênero. Esta fase representa uma primeira barreira nas vivências e expressões de gênero ao qual cada um se identifica, pois inicia-se os insultos e rejeições quando a identidade de gênero não confere com o sexo biológico. As representações de poder e dominação da sociedade se colocam presentes e interferem até mesmo a auto aceitação, tornando, portanto, um processo doloroso de identificação com o gênero.

A dimensão do sexo aqui apresentada refere ao sexo biológico, onde este representa uma definição estabelecida dos papéis sociais de gênero atribuído aos corpos. Estes papéis definem normas e padrões em que a sociedade estabelece em torno do sexo e do corpo.

O corpo santificado, o corpo aceito são corpos que seguem normas e padrões. Estamos tratando aqui de um corpo abjeto aos olhos de uma sociedade fincada em princípios morais. Tratar de corpos transgêneros perpassa os paradigmas de um tabu social que tenta tornar invisíveis e colocá-los à parte da sociedade.

As normas estabelecidas ao corpo correspondem à identificação com os elementos cisgêneros, onde os sujeitos que não enquadram nestes padrões estão postos à margem da sociedade no que tange ao acesso aos direitos mínimos.

A partir destas concepções, há a necessidade de refletirmos que corpos são estes que se apresentam como dominante? Ao longo da história da sociedade se estabeleceu padrões socialmente construídos e aceitos em torno dos indivíduos. Estamos falando de estereótipos de um corpo cisgênero, ou seja, onde a relação identidade de gênero e sexo biológico esteja em consonância com o fenótipo corporal.

Dentro desta lógica que se criam padrões a serem seguidos. Os corpos que não se enquadravam na binaridade de gênero, ou transgredissem a hierarquia deste, fugisse dos padrões de corpos masculino ou feminino, eram estigmatizados, considerados transgressores e, por sua vez, punidos (MATTHEWS-GRIECO, 2012).

As determinações físicas e biológicas são os primeiros marcos de estratificação de grupos sociais, onde o corpo irá pertencer, porém não serão as únicas determinantes. Estas normas indicam “limites de sanidade, legitimidade, moralidade ou coerência.” (LOURO, 2018, p. 76). Para Louro (2018), os sujeitos são definidos socialmente, bem como os lugares a que serão alocados, e a partir deste constructo social dos corpos que determinam a que nicho cada sujeito pertence. Estes também estão relacionados a padrões construídos, onde são normatizados corpos a partir de elementos que determinado grupo social estabelece enquanto dominante.

Constituiu-se, portanto, em nossa sociedade o que podemos chamar de norma cis. A constatação de um pênis ou vagina logo durante a gestação é o fator inicial de predefinições de homem e mulher na sociedade. Cores, brinquedos, roupas, trejeitos, todos estes elencados formam padrões estabelecidos socialmente enquanto norma.

Desta forma, o binarismo presente nestas predefinições molda e estabelece elementos de dominação. Portanto, a partir destes atributos que as definições do que é aceito pela nossa sociedade passa a se construir. E quando alguns resolvem quebrar estes padrões? Toda e qualquer forma que fuja a estas definições são subjugadas. Nos mais variados campos sociais a presença trans estabelece estranhamento, em decorrência de um padrão ao qual a sociedade ocidental está fincada, que será abordado no item a seguir.

## **1.2 Entre a cis-heteronormatividade “compulsória” e o desafio da construção identitária**

No tempo presente, e ao longo da história da sociedade ocidental, vivemos um período social, econômico e político que insistem em estabelecer paradigmas e enquadrar a todos em determinados padrões socialmente aceitos, um catálogo a ser seguido, homem-mulher, cisgênero e heterossexual. Determinam, a partir de relações de poder, o modo de se vestir, se portar, de andar, e se relacionar. São os marcadores sociais que estão imbricados ao sistema binário de gênero homem-mulher, sob a lógica cisgênero.

“Menino veste azul, menina veste rosa.” A frase proferida pela atual Ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, do governo Jair Bolsonaro, Damares Alves, retrata estereótipos de padrões socialmente impostos ao longo da história. Afetivo e sexualmente homens relacionam-se com mulheres, bem como mulheres se relacionam com homens, toda e qualquer forma de relação que fuja a este padrão é tida como transgressora. Para além da relação afetivo-sexual, estes padrões definem masculinidades e feminilidades, baseadas em princípios binários ao que se enquadra em cada “caixa” de meninas e de meninos. Os padrões heterossexuais permeiam as relações familiares, afetivas, sexuais, de parentesco, políticas.

Há um processo de formação social a partir dos estereótipos cisgênero e heterossexuais, padrões que forçam apenas uma concepção de identidade sexual e de gênero aceitável. Neste sentido, existe todo um jogo de relações de poder que permeia os meandros do que aqui iremos definir como cis-heteronormatividade compulsória, compreendida como o modo normativo a qual é estabelecido socialmente em torno do corpo e da sexualidade, ou seja, um corpo cisgênero e uma sexualidade heterossexual, constituído diante de um sistema de dominação, que dita e estabelece regras.

Para adentrarmos a uma concepção de cisgeneridade ou transgeneridades, precisamos retomar a uma categoria que se apresenta como plano base das relações estabelecidas entre estes conceitos, trata-se do Gênero, compreendido aqui como uma dimensão socialmente construída.

Partimos da compreensão de gênero enquanto uma construção socialmente coletiva e historicamente determinada, estabelecida a partir das relações sociais que

se constroem em torno do masculino e do feminino nas mais variadas formas (SCOTT, 1995). Para a historiadora Joan Scott, a categoria gênero representa um elemento constitutivo das relações sociais, é uma força primária das relações de poder, das organizações sociais e da identidade subjetiva dos sujeitos e política. A autora elabora suas argumentações a partir de uma análise histórica em torno do gênero, trazendo consigo elementos consistentes para pensarmos tal categoria.

Tratarmos o gênero a partir de uma ótica unicamente de homem-mulher apresenta-se como uma forma reducionista, conforme aponta Scott (1995). Vale ressaltar que devemos considerar a utilização do termo a partir de premissas analíticas e epistemológicas, que vão diferir seu sentido. Para Grossi (1998), o que se entende hoje por estudos das relações de gênero tem suas origens, no Brasil, voltados para a condição feminina, em meados dos anos de 1970 a 1980.

Ao longo do processo histórico dos estudos de gênero, esta categoria está atrelada principalmente às análises feministas, onde buscou-se explicar as origens do patriarcado. O gênero, de acordo com Scott (1995), foi utilizado enquanto denominação para caracterizar a mulher, ou seja, sinônimo. Por trás desta escolha há relações de poder presentes, considerando a necessidade de substituição de estudos de mulheres por estudos de gênero a fim de buscar reconhecimento político e legitimidade nos campos de pesquisa. De acordo Scott,

Na sua utilização recente mais simples, "gênero" é sinônimo de "mulheres". Os livros e artigos de todos os tipos que tinham como tema a história das mulheres substituíram, nos últimos anos, nos seus títulos o termo "mulheres" por "gênero". Em alguns casos, mesmo que essa utilização se refira vagamente a certos conceitos analíticos, ela visa, de fato, obter o reconhecimento político deste campo de pesquisas. Nessas circunstâncias, o uso do termo "gênero" visa sugerir a erudição e a seriedade de um trabalho, pois "gênero" tem uma conotação mais objetiva e neutra do que "mulheres". "Gênero" parece se ajustar à terminologia científica das ciências sociais, dissociando-se, assim, da política (supostamente ruidosa) do feminismo. Nessa utilização, o termo "gênero" não implica necessariamente uma tomada de posição sobre a desigualdade ou o poder, nem tampouco designa a parte lesada (e até hoje invisível) [...]. (SCOTT, 1995, p. 75).

Desta forma, as variadas dimensões que perpassam a esta categoria estão postas diante de variações interpretativas, considerando a corrente epistemológica a qual será abordará. Outra concepção trazida refere-se ao binarismo homem-mulher

atrelado ao termo, onde quaisquer informações relacionadas às mulheres eram, necessariamente, informações sobre homens (SCOTT, 1995). Esta lógica remete a uma subordinação ao mundo masculino e toda a lógica que o rege. Para isto, Grossi (1998), nos coloca que os estudos feministas eram responsáveis por uma não-mixidade, considerando que a condição feminina seria de responsabilidade das mulheres.

Por fim, outra concepção de gênero trazida por Scott (1995, p. 75) em sua análise histórica, refere-se ao termo utilizado para “designar as relações sociais entre os sexos”. Esta premissa rejeita determinismos biológicos para compreender a categoria, ela nos remete às relações construídas entre homens e mulheres a partir de aspectos sociais e culturais. “Trata-se de uma forma de se referir às origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas de homens e mulheres.” (SCOTT, 1995, p. 75)

Para Grossi (1998, p. 5), a categoria gênero serve para nos remeter às determinações sociais, culturais e históricas. Desta forma, podemos compreender esta categoria a partir das relações presentes em torno das masculinidades e feminilidades múltiplas, e também por meio da ruptura com esta lógica binária, a partir daqueles sujeitos que não se identificam nem com o gênero masculino nem com o gênero feminino, é neste sentido que se coloca a questão do gênero enquanto uma construção social subjetiva (SCOTT, 1995).

Considerarmos estas concepções em torno do gênero, trazidas por Scott (1995) e Grossi (1998), é um ponto de partida para buscarmos compreender as questões pertinentes às identidades de gênero, postas a partir da necessidade de considerarmos os desafios à construção identitária das pessoas transgêneros, em torno desta lógica cis-heteronormativa que molda, estabelece e impõe padrões na sociedade.

As dimensões que permeiam o campo da identidade perpassam a categorias que requerem análises em torno do processo de formação social e cultural da sociedade.

Neste sentido, ao abordar a identidade na pós-modernidade, Stuart Hall (2006) nos apresenta elementos importantes que compreendem o modo no qual se constrói o sentido de identidade. A noção de identidade tem estado presente nos estudos da teoria social, conforme aponta Hall (2006). Para o autor, estas

discussões têm sido impulsionadas por um declínio das velhas identidades, “fazendo surgir novas identidades e fragmentando o indivíduo moderno” (HALL, 2006, p. 01).

Considerando que a identidade está vinculada ao processo de representação, como aponta Hall (2006), é necessário nos atentar a ótica dos sujeitos em torno dos aspectos que perpassam ao processo de reconhecimento identitário do ser transgênero. Para tanto, é necessário considerarmos, também, os argumentos presentes em torno do tempo e espaço enquanto sistema de representações (HALL, 2006), tendo em vista que estes sistemas se expressam enquanto fatores preponderantes no sentido das identidades enquanto constructo social.

Estas multiplicidades abarcam as dimensões diversas da identidade. A construção destas se dá em torno do subjetivo e do mundo social. À medida que formas se estabelecem enquanto significações da vida em sociedade, somos confrontados, bem como diz Hall (2006), e a partir delas construímos significações sobre nós mesmo. Desta forma, vê-se a construção da identidade enquanto um elemento ambíguo do indivíduo (o eu) e o mundo social (o outro).

Para Hall (2000), os discursos construídos em torno da identidade têm assumido formas variadas. Para a Filosofia é feita a crítica ao sujeito autossustentável, ou seja, o sujeito enquanto elemento central; para os discursos da crítica feminista e cultural a formação da subjetividade aparece enquanto elemento constitutivo da identidade; e no que tange às perspectivas pós-modernas, a existência de um “eu” é estabelecido enquanto centralidade.

Hall (2000) ainda estabelece o desenvolvimento de um conceito estratégico e posicional para se pensar a identidade, onde partem de um processo de mudança e transformação, portanto, não estabelecida como unificada, ou seja, multiplamente construídas ao longo dos discursos (HALL, 2000).

É neste sentido que operam as dimensões da identidade, a partir dos fatores correspondentes aos elementos estabelecidos em torno de suas significações, de como se reconhece. O reconhecimento é, segundo Honneth (2009), uma forma possível para conceder identidade a um indivíduo, entendida sob a ótica da liberdade individual e da autonomia. A luta por reconhecimento representa, portanto, uma luta pela construção da identidade enquanto um processo de construção social. Desta forma, o reconhecimento está interligado às dimensões de identidade.



A identidade pressupõe ao tempo, a cultura, que vai além do sentido de culturalidade é, portanto, uma identidade social posta no bojo da dinâmica da sociedade, é algo que não está definido, mas sim em um processo de construção constante, considerando o processo histórico dos grupos sociais. Neste sentido, a identidade compreende para além de costumes, idioma ou mesmo vestimenta, vai muito além do processo cultural, está interligado ao como o sujeito se vê dentro da dinâmica social no qual está inserido.

Em torno da construção da identidade, Hall (2006) estabelece que há três concepções distintas que corroboram na construção das identidades do sujeito, são elas: o sujeito do Iluminismo; o sujeito sociológico; e o sujeito pós-moderno.

A primeira diz respeito ao sujeito do Iluminismo, onde a centralidade está no indivíduo, e a identidade estava centrada no eu, a predominância estava pairada no individualismo. Para o sujeito sociológico, segunda concepção trazida por Hall (2006), a complexidade do mundo moderno estava presente, apresentando-se como não auto-suficiente pensar a identidade unicamente a partir do eu, sendo necessário compreender as relações interpessoais que o permeavam, onde a cultura tinha significância para a construção da identidade. Por fim, a terceira dimensão trazida pelo autor, sobre o sujeito pós-moderno, Hall (2006, p. 12) aponta o estabelecimento de identidades diversas, em torno das “mudanças estruturais e institucionais”, concebendo ao sujeito não uma identidade fixa e permanente, ou utilizando o termo de Hall (2006), “celebração móvel”, ou seja, a identidade passa a ser formada e transformada constantemente, considerando a construção histórica e os elementos que permeiam os sujeitos.

No bojo destas premissas, se faz importante pontuar que o processo histórico de construção das concepções de identidade dá-se a partir de relações antagônicas. O conhecimento produzido em torno da identidade nos permite refletir o processo histórico, social e cultural que contribuem para pensar a sociedade em seus mais diversos aspectos, o modo como os membros destas relacionam-se entre si, o sistema econômico, a relação com a natureza e outros seres.

Desta forma, faz-se necessário entender essa temática a partir de um processo de construção das identidades, abarcando as mais diversas expressões envoltas nelas. Assim posto, compreende-se que o processo histórico, lutas sociais e conflitos presentes no bojo do processo de formação da sociedade se fazem

constantes em todos os aspectos de sociabilidade e formação das identidades, portanto, o sentido de identidade é dado a partir desta compreensão sócio-histórica, nos antagonismos e dinâmicas da sociedade.

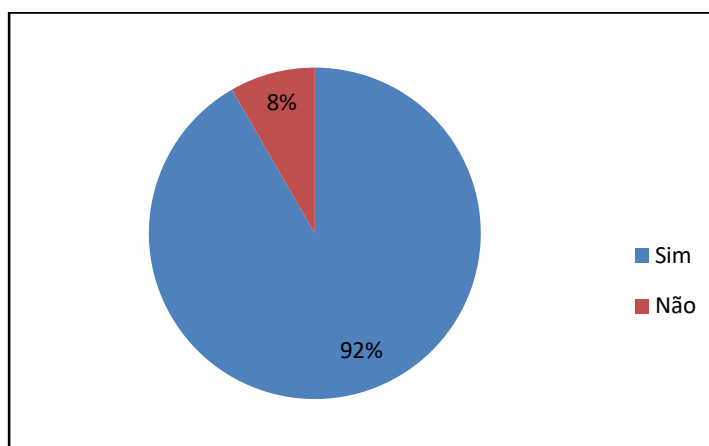
Pode-se entender por identidade enquanto a essência, percepção da continuidade, de um processo, de um fluxo. As abordagens aqui estabelecidas partem do processo de construção e desconstrução em torno das identidades que permeiam em nossa sociedade. A identidade pressupõe a cultura e ao tempo, portanto, uma identidade social posta no bojo das relações e do entendimento da subjetividade dos sujeitos, é algo que não está construído e definido, mas sim em construção constante, considerando o processo histórico das relações em grupos e consigo mesmo. Neste sentido, a identidade está interligada ao como o sujeito se vê dentro da dinâmica social no qual está inserido.

É neste sentido que está inserida a identidade de gênero enquanto fator relacional destas múltiplas concepções sociais de construção de si. A identidade de gênero, por sua vez, representa experiências internas e individuais dos sujeitos, onde as mesmas podem ou não corresponder ao sexo biológico, compreendido por Grossi (1998) enquanto à constituição do sentimento individual de identidade, que está relacionado à cisgeneridade e transgeneridade.

Na perspectiva defendida por Bento (2006), a identidade de gênero são atos linguísticos e corporais, que dão vida ao sujeito genereficado, ou seja, são representações subjetivas em torno do gênero e são atos que o formam, é um ato permanente e tem caráter incluso.

Wittmann (2016) corrobora com esta premissa ao afirmar que a identidade de gênero é uma identificação subjetiva, vinculados aos aspectos normativos de feminilidades e masculinidades, ou seja, é a identificação a esses atributos ou além deles, onde os sujeitos podem apresentar identificação cisgênero ou transgênero.

Na realização da pesquisa de campo, ao serem questionados se sabiam o que era identidade de gênero, dentro os doze entrevistados apenas um informou negativo, os demais apresentaram convicção acerca do termo.



**Gráfico 01:** Sabe que é identidade de gênero?

**Fonte:** Pesquisa de campo (2020).

A representação gráfica acima nos mostra que 92% responderam positivamente acerca do reconhecimento do termo, os 8% restante representa uma lacuna ainda necessária, difundir acerca da terminologia nos mais variados espaços de sociabilidade, é necessário adentrarmos a campos e fomentar debates, é um quantitativo pequeno, porém significativo sob a percepção de si mesmo dos indivíduos que desconhecem.

<b>Gênero</b>	Classificação pessoal de cada indivíduo enquanto homem e mulher, representa uma construção social, que abarca diferenciadas formas de ser homem e ser mulher.
<b>Identidade de gênero</b>	Identificação ao qual o indivíduo se expressa quanto ao gênero, pode estar em acordo com
<b>Papeis de gênero</b>	O modo o qual os indivíduos agem diante das questões de gênero que lhe são ensinadas, modo de agir de acordo com seu gênero; diferenciação entre homem e mulher atribuídos pela sociedade.
<b>Expressões de gênero</b>	O modo como os indivíduos se expressam o gênero de acordo com as caracterizações sociais de homem e mulher.
<b>Sexo</b>	Classificação biológica das pessoas enquanto macho e fêmea, com bases cromossômicas, hormônios, órgãos reprodutivos e genitais.
<b>Orientação afetivo-sexual</b>	Atração afetivo ou sexualmente por outro indivíduo, pode variar em heterossexual (gêneros diferentes), homossexual (gêneros iguais), bissexual (entre ambos os gêneros). Categoria fluida que pode corresponder outras expressões das identidades sexuais de cada indivíduo.

**Quadro 01:** Categorias principais

**Fonte:** Elaborado pelo autor, com base em JESUS (2012a).

O quadro acima nos mostra as categorias de análise para compreendermos as discussões que iremos abordar, a partir da ótica de Jesus (2012a).

No que tange à cisgeneridade entende-se enquanto condição onde o sexo biológico e a identidade de gênero não apresentam dissidências, ou seja, o sujeito de determinado sexo biológico, reconhece para si os papéis sociais de gênero “determinados” por este socialmente. Leonardo, Athayde e Pocahy (2017), nos trazem que o termo cisgênero surge a partir da ótica das transgeneridades, utilizado, a priori, por Carl Buijs, um homem trans, para designar aqueles que não se reconheciam enquanto transgênero na sociedade.

[...] ao utilizar este conceito-prática, as marcas culturais e as relações de poder enredadas nos corpos e gêneros são evidenciadas, demonstrando o caráter falho da perspectiva que toma tanto corpo e gênero como naturais e imutáveis. Com isso, a concepção de ‘verdade interior’ é colocada em questão, abrindo problematizações sobre as certezas dos gêneros e permitindo também que os privilégios da cisgeneridade sejam desprotegidos e explanados. (LEONARDO, ATHAYDE E POCAHY, 2017, p.5).

Esta ótica construída de forma binária em torno do corpo cisgênero estabelece modelos e padrões que favorecem apenas um grupo social. A necessidade de buscarmos tais compreensões neste momento se dão em torno dos confrontos presentes nas normas cis estabelecidas que enquadram as identidades trans ou quaisquer outra identidade dissidentes enquanto anormalidade, doença ou crime ao longo da história, como bem coloca Bento (2006), até chegarmos no sentido de reconhecer enquanto dimensão humana, haja visto que as dimensões da sexualidade, e mesmo do gênero, não tem o mesmo grau de importância para todos os sujeitos, considerando estes enquanto um recurso explicativo em determinados nichos sociais (HEILBORN, 1999).

Sob a ótica cisgênero constroem-se elementos de exclusão e segregação dos que não seguem esta norma. O gênero e os desejos afetivo-sexuais são postos como imutáveis sob os olhos deste sistema. Políticas públicas, serviços e direitos são construídos em torno das dimensões demarcadas por ele. Desta forma, o corpo trans é desrespeitado e submetido às mais variadas formas de violência.

A apropriação do conceito cisgênero representa, também, um modo de contraposição, já que a utilização desta categoria permite desestabilizar as normas de gênero, problematizando a normatividade estabelecida através dela (LEONARDO, ATHAYDE E POCAHY, 2017). É neste sentido que a cisgeneridade apresenta-se enquanto um conceito chave para debruçarmo-nos ao universo trans,

suas particularidades e dimensões. Entender de que forma a norma cis reverbera nas vivências e experiências trans, apropriando-se do termo de Bento (2008), podemos estabelecer elementos que possam subsidiar reflexões em torno de como se constroem as lutas e resistência daqueles que se encontram dissidentes das normas cisgênero.

Estas concepções nos levam a trazer para debate outro elemento que se enquadra enquanto norma e representa formas de dominação e exclusão, que juntamente com a cisgeneridade adquire um caráter de sistema padrão da sociedade ocidental que reflete tanto aos que se encontram dentro deste quanto aos que se apresentam subjetivamente e, portanto, enquanto identidade de forma discordante. Trata-se da heteronormatividade, ou, nos termos de Rich (2012) heterossexualidade compulsória. Para Rich (2012), a dominação masculina, principalmente sobre o corpo da mulher, bem como o sistema econômico e patriarcal, são fatores preponderantes para se estabelecer esta concepção de heterossexualidade compulsória.

Esta dimensão da sexualidade se estabelece desde a descoberta do sexo biológico do bebê. A partir deste momento, os padrões e papéis sociais são distribuídos. Além de vestimentas, jeitos de se portar, a relação afetivo-sexual já é estabelecida, uma orientação afetivo-sexual de acordo com corpos e gênero socialmente impostos.

Diante disto, questionou-se aos entrevistados a respeito da sua auto identificação afetivo-sexual, como forma de compreender as relações estabelecidas entre estes e como meio de distinção do que é identidade de gênero e o que é orientação sexual, o resultado no quadro abaixo nos mostra a fluidez das relações e o modo o qual estes sujeitos tem vivenciado os meandros da sexualidade. Dispomos as respostas no quadro abaixo com a forma que cada indivíduo respondeu ao questionamento, considerando que esta é uma forma de respeito a sua auto-identificação. São respostas diversas para uma mesma concepção de si, e não cabe a nós padronizarmos ou definir em números ou caixas pré-estabelecidas o modo a qual cada indivíduo se reconhece.

<b>Sirus</b>	Homem trans heterossexual
<b>Pollux</b>	Heterossexual.
<b>Mirzan</b>	Me vejo como uma mulher heterossexual.
<b>Adhara</b>	Heterossexual
<b>Rígel</b>	Bissexual
<b>Hadar</b>	Gosto de mulheres desde sempre, então, sou um homem heterossexual.
<b>Vega</b>	Pansexual
<b>Alnitak</b>	Sou um homem trans heterossexual.
<b>Bellatrix</b>	Talvez Pansexual, mas não gosto muito de rotular minha sexualidade.
<b>Canopus</b>	Não gosto de rótulos, muito menos de atribuir "Nome" a isso. Então sempre digo que: Amo Pessoas.
<b>Alhena</b>	Hétero-afetiva-sexual.
<b>Saiph</b>	Heterossexual.

**Quadro 02:** Orientação afetivo-sexual dos/as entrevistados/as.

**Fonte:** Pesquisa de campo (2020).

Na concepção Foucault (2018b), o século XVIII foi responsável pela instauração de três grandes códigos explícitos, são eles o direito canônico, a pastoral cristã, e a lei civil, que fixavam os limites entre o lícito e o ilícito, elementos que propuseram, no século XIX uma heterogeneidade sexual. Ainda com resquícios deste regime, a sociedade ocidental contemporânea se deteve a elencar normas de corpos e padrões sexuais que instauraram o que se pode considerar um sistema heteronormativo. “Diz-se, frequentemente, que a sociedade moderna tentou reduzir a sexualidade ao casal – ao casão heterossexual e, se possível legítimo.” (FOUCAULT, 2018b, p. 51).

Para Bento (2006), a chamada heterossexualidade natural representa a matriz comum nas intervenções presentes nos corpos de transexuais e dos intersexos. Para a autora, a construção que se dá em torno da heterossexualidade forma elementos de dominação, que produz masculinidades e feminilidades, que passam a ser interiorizadas e a quem ousar transgredir a essa norma, cabe a eles um lugar na sociedade oculta às vistas do direito e da cidadania.

Louro (2018, p. 75), nos sugere refletir a partir das dimensões do corpo, há também, reflexos desta lógica binária, tornando a heterossexualidade “o destino inexorável, a forma compulsória da sexualidade.” Seria, portanto, uma norma heterossexual, ou aqui entendida enquanto heteronormatividade compulsória. Por heteronormatividade, segundo Bento (2008, p. 51), “entende-se a capacidade da heterossexualidade apresentar-se como norma, a lei que regula e determina a

impossibilidade de vida fora dos seus marcos.”, ou seja, toda e qualquer forma que esteja fora desta norma encontra-se à margem de um sistema opressor.

Há uma lógica binária estabelecida entre identidade de gênero e identidade sexual que está fincada na norma do homem-mulher cisgeneridade e heterossexualidade, tudo fora desta têm-se como transgressor. É neste sentido que a cis-heteronormatividade se apresenta enquanto impeditivo daqueles que fogem destes padrões de identidade de gênero e sexual.

Para garantir o direito frente ao Estado, é colocado que os sujeitos devem se enquadrar a este sistema. É neste sentido que se busca a necessidade construção de fortalecimento do reconhecimento identitário no que tange a busca pelo acesso aos serviços de saúde, educação, assistência, previdência e outras políticas que ainda não abarcam a identidade trans de forma efetiva.

A cis-heteronormatividade estabelece paradigmas e exclui os sujeitos. Sob esta lógica socialmente imposta, há sujeitos que se apresentam invisíveis perante a sociedade no que tange ao acesso a bens e serviços que estabeleçam minimamente a sua condição de cidadania. Desta forma, o sistema cis-heteronormativo instaurado como regulador e modelo a ser seguido se apresenta como mecanismo de exclusão.

Os rebatimentos nas vivências, bem como o reconhecimento das identidades transgêneros no interior de políticas e serviços do Estado tem fortes influências deste sistema normativo. Há, portanto, uma ortodoxia heteronormativa, que pode ser dada como uma construção ocidental (GONTIJO, 2009).

Diante disto, no percurso da pesquisa de campo, buscou-se compreender como se deu o reconhecimento das identidades de gênero dos/as sujeitos/as da pesquisa, obtendo falas que compreendem seu reconhecimento desde muito jovem, bem como nos mostra o quadro abaixo:

<b>Sirus</b>	Sempre me senti diferente desde que me percebo como pessoa, mas aos 21 anos me assumi homem trans.
<b>Pollux</b>	Desde sempre, mas vim dar o título mesmo sabendo que era pessoa trans em 2016, aos 19 anos. Desde a adolescência já fui entendendo meu corpo.
<b>Mirzan</b>	Na verdade, desde muito criança já sabia, mas para mim era muito confuso, até porque na época era uma situação muito vergonhosa por conta dos familiares.
<b>Adhara</b>	Com 16 anos.
<b>Rígel</b>	Com 16 anos já comecei a entender meu corpo trans.
<b>Hadar</b>	Com os meus 08 anos, pois sempre senti isso dentro de mim,

	tanto em forma de agir como de pensar.
<b>Vega</b>	Por volta dos 14 anos.
<b>Alnitak</b>	Sempre me senti estranho em relação ao meu corpo. Mas, até me tornar adulto eu não conhecia o termo “trans”, então eu não sabia que era um homem trans. No fim da adolescência o desconforto com o corpo foi se tornando mais evidente. Aos 20 anos eu entrei em contato com pessoas trans e fui pesquisar sobre o assunto. Aos fui compreendendo quem eu era e entendendo a minha identidade. E percebi que o sofrimento de uma vida toda tinha nome: eu era um homem trans. E aos 23 anos eu assumi a minha identidade de gênero.
<b>Bellatrix</b>	Não informado.
<b>Canopus</b>	Com 4 anos de idade. Me surgiram muitas dúvidas sobre mim, questionamentos sobre meu gênero e, uma confusão interna forte.
<b>Alhena</b>	Aos 14 anos entendi minha condição enquanto menino gay, e aos 15 como uma mulher trans, passei pela transição na mesma época.
<b>Saiph</b>	Por volta dos 14 anos de idade.

**Quadro 03:** Identidade de gênero dos/as entrevistados/as  
**Fonte:** Pesquisa de Campo (2020).

Diante dos discursos apresentados, verificamos que o reconhecimento de si se dá de forma diferenciada em cada sujeito, compreendendo aspectos inerentes à sua vida social, à ruptura com a lógica de gênero estabelecida socialmente.

Neste sentido, buscar compreender as construções identitárias sob a ótica dos direitos humanos, considerando esta enquanto uma construção subjetiva de si um condição humana, que muitas vezes é renegada, nos favorece pensar em elementos que possibilitem agregar subsídios para se pensar em pressupostos de inclusão na garantia dos direitos fundamentais que atendam as demandas por pessoas trans, que sob a lógica cis-heteronormativa são silenciadas por apresentarem uma identidade dissidente.

Ao longo do processo social e histórico da sociedade contemporânea as identidades de gêneros que fugiam dos papéis sociais normativos eram excluídos. Os discursos em torno de tal temática se encontram em um processo de (des) construção e reconstrução constante, tendo em vista que as lutas por igualdade, representatividade e legitimação de direitos buscam romper com paradigmas históricos que tentam moldar a sociedade em formas pré-estabelecidas.



No que confere ao reconhecimento destas identidades, podemos vislumbrar arenas de conflitos presentes na luta por reconhecimento que rompem com os paradigmas de identidades que estabilizaram o mundo social.

Desta forma, todo desvio no que se refere às identidades postas enquanto normas são submetidas aos mais variados discursos, o médico, da moral e da religião, discursos estes que estabelecem condutas baseadas no sistema cis-heteronormativo.

O estabelecimento de identidades impostas vem sendo rompido, segundo Hall (2000, 2006), frente às dimensões sociais que foram se estabelecendo frente a tensões onde o social e a cultura passaram a ter papel importante. Na contemporaneidade, as identidades trans apresentam-se como um elemento fundamental que rompe e desestabiliza as normas de gênero.

As percepções sociais e simbólicas do eu e do outro são construídas por meio de vivências e experiências relacionais, desta forma, as identidades, em específico o objeto de análise deste estudo a identidade de gênero, perpassa uma construção subjetiva e ao mesmo tempo coletiva, a cultura é um fator chave neste processo, porém, o entendimento de si em relação ao que se estabelece na sociedade enquanto norma, ainda é posto enquanto um desafio, pois, esta subjetividade está enlaçada a um pré-julgamento moral fincados nas normas de gêneros já estabelecidas.

Os desafios presentes no reconhecimento de uma identidade que fuja a cis-heteronormatividade de uma sociedade fundada numa lógica de opressão e dominação, com fortes ondas (neo) conservadoras que tem seus princípios no cristianismo, estabelecem elementos de segregação. Apresentar-se com uma identidade dissidente é, ao mesmo tempo, transgredir normas e estar relegado à margem dos direitos fundamentais que garantam sua sobrevivência. Ter uma identidade trans é resistir num mar de violência ao corpo, ao psicológico, ao subjetivo, é ter renegado o mínimo a sua sobrevivência e mesmo assim lutar para existir.

As normas estabelecidas deste sistema cis-heteronormativo reverberam diretamente nas vivências trans. O modo como a sociedade estabelece normas e padrões, se expressa na forma de preconceitos e regras criadas que estigmatizam os indivíduos que não se enquadram nestes. Desta forma, há uma relação do se

auto identificar e o como será identificado na sociedade, as normas estabelecidas se darão a partir de uma tentativa de unificação do indivíduo neste sistema, romper com estes paradigmas requer uma transformação social para muito além do aceitar, mas para compreender a dinâmica fluida e diversa das identidades. No tópico que se segue abordaremos como se dá esta relação do eu e do outro na construção subjetiva das identidades, trazendo categorias importantes para compreendermos tais questões.

### **1.3 Eu, tu e eles no paradigma cotidiano dos estigmas por ser transgênero**

As questões em torno das transgeneridades perpassam tanto as dimensões de ordens de luta por reconhecimento identitário, da cidadania, do direito e da subjetividade quanto de ordens morais, religiosas e conservadoras. São concepções antagônicas que se encontram em arenas de disputas fundadas no binarismo de gênero normatizado. Para esta leitura devemos nos desprender do olhar de preconceitos e enxergar as transgeneridades sob a ótica do reconhecimento enquanto uma identidade de gênero que busca romper com estigmas sociais.

No tópico anterior, trouxemos algumas aproximações em torno das identidades transgênero, bem como alguns elementos necessários para pensarmos tal temática. No tópico que se segue, precisaremos resgatar algumas questões em torno do gênero e sexualidade, enquanto dimensões diferenciadas, que se cruzam e muitas das vezes são tidas, erroneamente, como sinônimos, bem como elementos importantes nos estigmas das transgeneridades.

As identidades de gênero e sexuais, por vezes, são atreladas enquanto dimensões similares para abordarmos as questões das diversidades de gênero e sexual. É necessário estabelecermos uma relação entre estas categorias, porém, ter em mente que há uma divergência em suas concepções. Ao passo que a identidade de gênero refere-se às experiências e papéis de gênero que são socialmente construídos a partir da identificação subjetiva de si e com relação às normas de gênero e os papéis sociais estabelecidos por este, que podem ser cisgênero e transgênero. Ao que se referem às identidades sexuais e afetivas está atrelada as dimensões das relações estabelecidas entre os indivíduos, no que tange envolvimento afetivo, sexual com outra pessoa, seja do mesmo gênero, do gênero oposto ou de ambos, são respectivamente homossexual, heterossexual e bissexual.

<b>Cisgênero</b>	Representa um conceito amplo para representar aqueles que se identificam com o gênero que lhe foi atribuído desde seu nascimento.
<b>Transgênero</b>	Conceito “guarda-chuva” para aqueles que não se identificam com o gênero ao qual foi identificado em seu nascimento.
<b>Transexual</b>	Termo genérico para aquela pessoa que não possui identificação com o gênero que lhe foi atribuído em seu nascimento
<b>Travesti</b>	Aquela pessoa que vivência e expressa os papéis femininos, mas não necessariamente identifica-se com o gênero feminino nem masculino. Referir-se sempre no modo feminino “A”.
<b>Homem trans</b>	Aquele que reivindica o reconhecimento de sua identidade social e legal do gênero masculino.
<b>Mulher trans</b>	Aquela que reivindica o reconhecimento de sua identidade social e legal do gênero feminino.
<b>Drag Queen/King</b>	Expressão artística da figura estereotipada feminina, no caso da Drag Queen, e masculino, no caso do Drag King, não estando relacionada a identidade de gênero e/ou orientação afetivo-sexual.
<b>Intersexual</b>	Indivíduo com variações corporais entre o masculino e o feminino.
<b>Binarismo</b>	Categoria que representa uma construção da sociedade pautada somente na relação homem e mulher.

**Quadro 04:** Identidades de gênero.

**Fonte:** Elaborado pelo autor, com base em JESUS (2012a).

Buscou-se estabelecer um diálogo com Jesus (2012a) para formular o quadro acima quanto as algumas das diversas identidades existentes.

A construção do processo identitário e de representatividade nos faz buscar compreender o processo histórico da sigla LGBTQI<sup>1</sup>, tendo em vista que é a partir dos movimentos sociais LGBTQI iniciados nas universidades que as pesquisas passam a ter maior desenvolvimento, como aponta Facchini (2009). Para iniciar, se faz necessário enfatizar que o discurso em torno de tal temática se encontra em um processo de construção, desconstrução e reconstrução constante, tendo em vista que a luta por igualdade, representatividade e legitimação de direitos, busca romper com paradigmas históricos que tentam moldar a sociedade em formas pré-estabelecidas. As lésbicas, os gays, os bissexuais, os/as transexuais e as travestis

<sup>1</sup> Para ver mais sobre a construção do Movimento LGBT ver FACCHINI, Regina. Sopa de letrinhas?: movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 90 : um estudo a partir da cidade de São Paulo. 2002. 241 p. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP. Disponível em: <<http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/282012>>

buscam ao longo da história política em torno do movimento social reconhecer as expressões da sexualidade e do gênero de forma múltipla. Ainda nessa dinamicidade, outras categorias aparecem como o Q (queer), e o I (intersexual). Para tanto, compreender que não cabe fazer definições fechadas e estáticas é fundamental para formação de identidade e de reconhecimento com o caráter político, social e de direitos destes agentes.

Devemos, portanto, compreender para muito além de siglas, para muito além de apenas letras. O termo LGBTQI é uma categoria social e política, que visa a representação de sujeitos que se encontram invisibilizados pelo poder público e por parte do conservadorismo da sociedade. Ao longo dos anos, este termo foi ganhando formas a fim de garantir a representatividade de cada indivíduo enquanto agente político. Este percurso histórico da construção da sigla LGBTQI mostra a necessidade de se pensar formas de articular propostas que atendem as especificidades de cada segmento no que tange às políticas públicas e a garantia de direitos. Assim, é necessário compreender a dinamicidade que perpassa a construção do reconhecimento e identificação deste grupo, é preciso buscar uma análise pelo viés do discurso do agente enquanto forma de compreender essa relação dinâmica com o campo na qual está inserido.

A história do movimento LGBT é a história da apropriação e da disputa coletiva de sentido em torno de categorias que foram (e ainda são muitas vezes) utilizados para agregar estigma e sofrimento à vida de sujeitos com desejos e condutas que conflitam com as normatividades sociais relacionadas a gênero e sexualidade. (FACCHINI, 2009, p.151).

Portanto, as Lésbicas, os Gays, os Bissexuais, as Travestis e as/os Transexuais, as/os Queers e Intersexuais compõem a sigla LGTBQI, que é compreendida enquanto um mecanismo de luta e resistência, a partir dos movimentos sociais. Tal sigla representa tanto as identidades sexuais quanto as identidades de gênero, o que, por vezes, causa algumas confusões a respeito das representações de cada uma. Dentro desta lógica de diferenciação, as LGB representam identidades sexuais, ou orientação sexual, que segundo Jesus (2012a), refere-se à atração afetivo-sexual por alguém, trata-se de uma expressão da sexualidade. As siglas TQI representam identidades de gênero, ou seja, a identificação de um indivíduo com os papéis sociais de gênero que, por sua vez, tratam do modo de agir conforme o gênero a qual se identificam (JESUS, 2012a).

Estes papéis sociais de gênero reforçam os estereótipos e contribuem para fomentar os elementos que estigmatizam os indivíduos em moldes pré-estabelecido do ser homem e do ser mulher. Em nossa sociedade ainda se define cor, roupa, gestos, e outros elementos através do sexo biológico e, por conseguinte, os papéis sociais que cada indivíduo irá exercer, atividades de casa, trabalho, e mesmo práticas sexuais. São estes papéis pré-estabelecidos que devem ser rompidos, considerando a necessidade de pensarmos em uma sociedade que não seja formada por modelos únicos de masculinidades e feminilidades. É necessário contrapor-se a estes modelos que figuram em caixas que nos são dadas desde a descoberta do sexo biológico, onde o homem deve se portar de tal forma e a mulher deve ser de determinada maneira. É neste sentido que as identidades sexuais e de gênero apresentam-se como uma válvula de escape destes padrões e nos permite pensa de forma fluida as relações afetivo-sexuais e de sociais de gêneros.

Ainda sobre estas siglas, é necessário falarmos brevemente a respeito das/os queers e das/os intersexuais. No que tange ao termo queers, refere-se, segundo Jesus (2012), às pessoas que não se enquadram em nenhuma identidade ou expressão de gênero. De acordo com Louro (2012), o termo ainda não é um consenso no Brasil, mas estaria atrelado ao estranhamento, no que tange ao gênero. Foi utilizado, a priori, na Europa como um xingamento de forma pejorativa, porém, passou a representar uma categoria analítica e hoje é considerado um importante estudo sobre as identidades de gênero, que teve como grande influenciadora Judith Butler. Desta forma, o queer diz respeito aqueles que não se enquadram em identidades ou papéis sexuais ou de gênero, que transitam entre estes ou preferem não ser identificados por tais, representa, também, uma forma de empoderamento a partir de termos que, muitas vezes, eram utilizados de forma pejorativa tais como veado, bicha, sapatão e outros. No tocante aos intersexuais, para Jesus (2012a), trata-se do indivíduo ao qual o há variações no corpo no padrão do masculino e feminino, no tocante às configurações cromossômicas e dos órgãos genitais, seriam aqueles que no passado eram chamados de hermafroditas.

São estas múltiplas concepções de identidades construídas a partir de contextos sociais e culturais, bem como o reconhecimento subjetivo de si, que se constroem as dimensões que perpassam as Diversidades de Gênero e Sexual. Estas categorias representam para Simões,

Gênero e sexualidade constituem campos de estudo cujo desenvolvimento está intimamente relacionado às trajetórias e reivindicações de diferentes movimentações e movimentos sociais, assim como ao enfrentamento das demandas políticas e judiciais associadas à defesa e promoção de direitos. (SIMÕES, 2018, p. 433).

A vasta produção de conhecimento em torno das Diversidades Sexuais e de Gênero permeiam a construção de um saber baseado nas experiências subjetivas no reconhecimento das identidades. Estes debates se colocam frente a um contexto de constantes disputas, permeadas de significações e paradigmas. Para Simões (2018), há uma verdadeira explosão dos estudos em torno das diversidades sexuais e de gênero no Brasil a partir dos anos 2000. A emergência destes estudos perpassa a necessidade conhecer e saber, como já colocava Foucault (2018), a vontade de saber sobre sexo produziu discursos diversos, nesse sentido, produz-se a partir destas dimensões variadas para saber e conhecer em torno destas categorias.

Frente às inquietações decorrentes dessa vontade de saber, que pesquisas voltadas para esta temática emergiram consideravelmente nos últimos anos. Desde obras clássicas de M. Foucault, S. Freud, M. Mead, até produções a nível local realizadas na Universidade Federal do Amazonas. Por meio de um levantamento realizado em 2018, em uma pesquisa no curso de especialização em Desenvolvimento, Etnicidade e Políticas Públicas na Amazônia mostrou que as produções em torno da temática de Sexualidade foram impulsionadas no ambiente acadêmico-científico. Somente na Universidade Federal do Amazonas, no período de 2007 – 2017, as produções cresceram consideravelmente, assim como houve um crescente aporte por meio de grupos de pesquisas que fomentam tais produções. (SILVA, 2018).

Há, para Silva (2018), uma tomada de espaço na universidade por meio das produções realizadas. Conhecer as realidades diversas, os desafios presentes, as possibilidades de tratar o Gênero e a Sexualidade, apresentam-se como inquietações iniciais para diversos pesquisadores. Em contrapartida, há desafios perante esta crescente vontade de saber. Ainda de acordo com Silva (2018), os questionamentos postos diante das pesquisas apresentadas se dão em tom de rebaixamento a uma categoria não científica destas pesquisas.

Tratar de Gênero e Sexualidade ainda apresenta-se como uma forma de quebrar tabu, pois eles ainda persistem mesmo no ambiente universitário. No que

versa as transgeneridades, as pesquisas em torno destes sujeitos ainda pairam sobre o olhar cisgênero, considerando ainda que pesquisadores transaindasão um número reduzido diante da necessidade das reflexões que se fazem necessária para a construção de um aporte que possibilite subsidiar diálogos multidisciplinares sob a ótica trans.

Diante disto, para conhecer as transgeneridades, as dimensões de sua totalidade, é necessário desprendermos de princípios morais e socialmente construídos. Simões (2018, p. 437), aponta uma “emergência trans” no campo de luta e resistência de direitos que se estabelece nas discussões sobre o tema. Buscar a narrativa dos discursos destes sujeitos, de suas vivências, do seu processo de reconhecimento de sua identidade a partir da ótica deles, compreendendo as nuances e complexidades que os cercam. Considerando que a “sexualidade” é o correlato de práticas discursivas, como aponta Foucault (2018), iremos conceber esta pesquisa a partir de elementos que exprimem das dimensões que permeiam as transgeneridades enquanto um dispositivo de resistência da sexualidade e nas relações de poder presentes em nossa sociedade.

Aqueles e aquelas que transgridem as fronteiras de gênero ou de sexualidade, que atravessam ou que, de algum modo, embaralham e confundem os sinais considerados ‘próprios’ de cada um desses territórios são marcados como sujeitos diferentes e desviantes. (LOURO, 2018, p.80)

Desta forma, as transgeneridades encontram-se em meio a arenas de conflitos. De um lado a busca por seu reconhecimento identitário, pela garantia do direito à cidadania, ao respeito à subjetividade humana, do outro o campo da moral, da religião, da tradição de origem neoconservadora, que rejeita toda e qualquer forma de representação social que foge dos paradigmas binários e heteronormativos socialmente construídos.

Transexualidade, travestilidade, transgênero são expressões identitárias que revelam divergências com as normas de gênero uma vez que estas são fundadas no dimorfismo, da heterossexualidade e nas idealizações (BENTO, 2008, p. 20).

Não existe uma “identidade transexual”, mas posições de identidades organizadas através de uma complexa rede de identificações que se efetiva mediante movimentos de negação e afirmação aos modelos disponibilizados socialmente para se definir o que seja um/a homem ou mulher de “verdade”. (BENTO, 2006, p. 201).

Aqui nos cabe fazer uma distinção epistemológica em torno das categorias apresentadas acima: transexualidade, travestilidade e transgênero. Como bem coloca Bento (2006; 2008), estas se apresentam enquanto expressões identitárias. De acordo com Benedetti (2005, p. 17), há “múltiplas diferenças e particularidades vivenciadas pelas pessoas nesse universo social, não podem ser reduzidas a categorias ou classificações unificadoras.”

Neste sentido, a necessidade de buscarmos compreender tais dimensões destas categorias nos possibilita vislumbrar melhor as distinções e proximidades que permeiam as análises do campo das identidades de gênero, assim como nos favorece a reconhecer tais identidades e não definir de forma arbitrária definições pré-estabelecidas, considerando que o “universo trans é um domínio social no que tange à questão das (auto) identificações” (BENEDETTI, 2005, p. 17).

O termo travestilidade, ou travesti, é, de acordo com Jesus (2012a), pessoas que vivenciam papéis de gênero feminino, que se reconhecem como membros de um terceiro gênero ou de um não-gênero. Esta categoria tem sido estigmatizada em nossa sociedade, como bem aponta Jesus (2012a), o termo é utilizado de forma depreciativa, xingamento ou mesmo quando são denominados no masculino.

Na concepção de Benedetti (2005), as travestis modificam seu corpo, sua aparência e sua vestimenta, promovem modificações em si para aproximar-se do universo feminino, “vestem-se, vivem cotidianamente como pessoas pertencentes ao gênero feminino sem, no entanto, desejar recorrer à cirurgia de transgenitalização” (BENEDETTI, 2005, p. 18).

A categoria travesti apresenta-se como uma primeira definição das identidades de gênero, antes dos termos transexuais e transgêneros apresentarem-se como uma auto identificação.

Já em torno da transexualidade, na concepção de Bento (2008, p.18) “[...] é uma experiência identitária, caracterizada pelo conflito com as normas de gênero”. Podemos compreendê-la a partir da ótica de um rompimento paradigmático entre o masculino e feminino, conforme aponta Bento (2008).

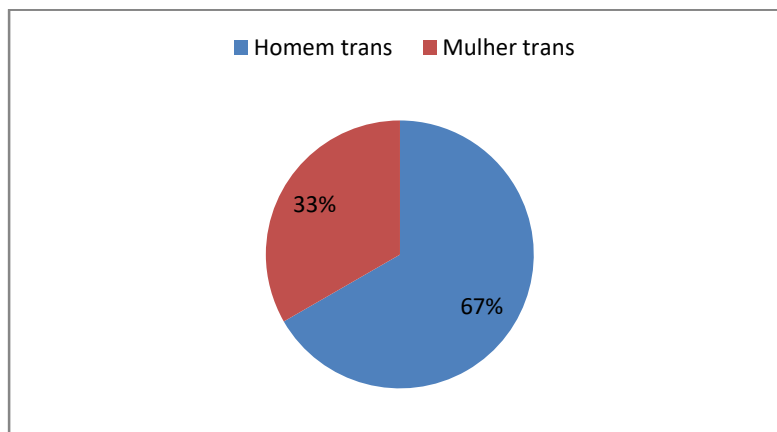
Por fim, a categoria transgênero, é de acordo com Bento (2006) e Jesus (2012), um termo guarda-chuva, onde irá abranger um grupo diversificado de pessoas que não se identificam com os papéis sociais de gênero determinados no



nascimento a partir do sexo biológico. Optamos por utilizar este termo como forma de identificar os sujeitos aqui entrevistados, bem como categoria de análise desta pesquisa.

Tanto os transexuais quanto os transgêneros abordam aquelas pessoas que possuem discordância do gênero ao qual lhe foi atribuído a partir do sexo biológico com os papéis sociais e expressões de gênero ao qual este se identifica, homens trans e mulheres trans, que passaram ou não pelo processo de transgenitalização ou cirurgia de redesignação sexual/genital, que segundo Jesus (2012a), trata do processo ao qual se altera o órgão genital por meio de procedimento cirúrgico. Ainda sobre estas questões em torno das pessoas trans, é necessários abordarmos o processo transexualizador, que se refere aos procedimentos aos quais homens e mulheres com identidades discordantes as quais lhes foram atribuídas realizam para mudança corpórea. (JESUS, 2012a).

No mais, é necessário apropriar-se desta categoria enquanto uma expressão da identidade de gênero, a partir da subjetividade do sujeito em reconhecer-se (ou não) com quaisquer sejam os gêneros socialmente estabelecidos. Ao serem questionados acerca de sua identidade gênero, obtivemos o seguinte resultado apresentado no gráfico a seguir:



**Gráfico 02:** Como identifica sua identidade de gênero?

**Fonte:** Pesquisa de campo (2020)

Dentre os entrevistados e as entrevistadas, 67% se identifica enquanto homem transgênero, enquanto 33% se identifica enquanto mulher transgênero. Ao responder um questionário, há uma colocação importante quanto a esta identificação, “a minha identidade representa quem eu sou, e isso cabe a mim dizer

e não os outros me informarem ou impor a ser quem não sou” (Saiph, 2020). Esta fala de uma mulher trans representa a necessidade que se construiu em identificar cada sujeito recaí em paradigmas que podem não representar. As identidades transgêneros permeiam um processo de construção e desconstrução do sentido atribuído aos indivíduos em torno do sexo biológico e dos papéis sociais de gênero. Há, também, uma relação com a categoria gênero, considerando a premissa de Bento (2008), “é uma experiência identitária, caracterizada pelo conflito com as normas de gênero”.

Vale considerar, inicialmente, que as identidades trans possuem um processo histórico em que se encontram subjugadas à loucura, à doença, à subversão e ao pecado, somente em junho de 2008 a Organização Mundial da Saúde retira a transexualidade da lista de doenças ou distúrbios mentais<sup>2</sup>.

A identidade (ou as identidades) para Hall (2006) está posta enquanto sistema de representações. Este sistema vincula-se tanto à subjetividade quanto a representação social. Desta forma, papéis sociais são designados e estabelecidos nos sentidos de masculinidades e feminilidades, padrões socialmente fechados a partir do sexo biológico. É neste sentido que as transgeneridades estão postas enquanto conflituosas, como salienta Bento (2008).

Estes paradigmas estabelecem e implicam uma demarcação com outras identidades ao afirmar ser transexual são postas às margens das normas de gênero (BENTO, 2008). A autora afirma que a partir do discurso do sujeito anunciando sua identidade de gênero há complexidades no processo de instauração social. Neste sentido, as barreiras postas as pessoas trans iniciam-se a partir do reconhecimento da identidade a si e transpassa no reconhecimento desta identidade na sociedade. A explicação do “que sou”, segundo Bento (2008), inaugura disputas com outras identidades.

A transexualidade, assim com a travestilidade “são construções identitárias que se localizam no campo do gênero e representam respostas aos conflitos gerados por uma ordem dicotomizada e naturalizada [...]” (BENTO, 2008, p. 69). Neste sentido, as experiências trans apresentam-se como uma ruptura a ordem cisgênero, onde a identidade é disposta a partir do descobrimento do sexo do bebê

---

<sup>2</sup> Ver <http://www.mdh.gov.br/todas-as-noticias/2018/junho/organizacao-mundial-da-saude-retira-a-transexualidade-da-lista-de-doencas-e-disturbios-mentais>

durante gestação, e que os papéis de gênero serão dados a partir deste, pois, tais experiências são resultados de um constructo social e subjetivo da identidade.

Desta forma, as transgeneridades podem ser vistas enquanto marca ou impressão, na concepção de Goffman (2008) seria estigma, que remete a determinadas questões mal vistas socialmente. É sob esta ótica que se constroem discursos em torno das transgeneridades, aberrações, pecadores, desviantes, pecadores, doentes, loucos, são marcas associadas aqueles que têm sua identidade difusa do que a norma estabelece.

O estigma, segundo Goffman (2008) representa um atributo depreciativo, uma linguagem de relações. As marcas, ou estigmas, que permeiam as pessoas transgêneros são caracterizadas a partir de um modo ao qual se estabelecem modelos de segregação nos mais variados espaços públicos. Assim posto, as determinações cisgênero e transgêneros são formas de estigmas que caracterizam e dão marca aos indivíduos, bem como as identidades sexuais, heterossexual, homossexual e bissexual.

Para Goffman (2008), os meios aos quais se estabelecem as caracterizações das pessoas são dados a partir do contexto social, portanto, são considerados comuns e naturais a partir do que é pré-definido por aqueles que se colocam em sistemas de poderes, seja política, a igreja, a família, os que detêm o capital.

São marcas históricas que trazem consigo pressupostos de exclusão e de preconceito, por não seguirem os papéis de gênero que foram definidos em seu nascimento, e ao buscarem o reconhecimento de uma identidade subjetivo que vai de contra o sexo biológico. Neste sentido, os paradigmas de ser transgênero em uma sociedade cis-heteronormativa, perpassam lutas diárias por sua sobrevivência diante de um cenário que as/os colocam a mercê das mais variadas formas de violência em seu cotidiano.

Goffman (2008) enfatiza como a sociedade cria formas de manipulação das identidades que estabelece um estranhamento aquilo que foge às regras padrões. Nos mais variados campos de sociabilidade podemos vislumbrar formas de exclusão que perpassam relações de poder estabelecidas por entes que impõem um *modus operandi*.

Nos campos das sexualidades, Foucault (2018), estabelece a dimensão das sexualidades periféricas ao relacionar com os discursos sobre sexo que eram vistos como transgressores, neste sentido, podemos apontar que aqueles que apresentam uma identidade de gênero desviante enquadram-se neste termo, considerando que nossa sociedade é baseada em um sistema cis-heteronormativo.

Desta forma, apresenta-se com uma identidade de gênero divergente do sexo biológico e, por conseguinte, dos papéis de gênero atribuídos a estabelece marcar ao indivíduo, e estas estabelecem o lugar na sociedade destes. Os lugares sociais e as posições dos sujeitos são determinados pelos corpos (LOURO, 2018), e nestes estão presentes as marcas que tornou causa e justificativa das diferenças.

Desta forma, tratar os corpos trans diante dos paradigmas da sociedade ocidental que estabelece uma norma de vivência nos remete a pensar o modo ao qual o papel na sociedade está posto a partir das identificações subjetivas de cada sujeito, bem como os corpos e as identidades.

Estes sujeitos buscam o reconhecimento de sua identidade enquanto membros pertencentes ao gênero ao qual se identificam, bem como aponta Murta (2013). Para a autora, um dos paradigmas postos no cotidiano do ser trans refere-se às interpretações equivocadas em torno destes, onde os mesmo são postos enquanto seres anormais, onde possuem desordens mentais e são postos enquanto transtornos sexuais (MURTA, 2013).

A não identificação com os papéis de gênero atribuídos no nascimento implica nas mais variadas formas de violação de direitos. A nossa sociedade sempre esteve disposta a categorizar e enquadrar os indivíduos conforme determinações prévias, onde os indivíduos são separados por caixas atribuídas, no tocante aos papéis sociais de gênero, ou seja, há um enfrentamento entre a identidade social atribuída e a identidade subjetiva do sujeito.

O engessamento ao qual os indivíduos estão submetidos em nossa sociedade reverbera formas de dominação por meio de relações de poder exercidas na sociedade por instituições como a igreja, a família, a escola, e outras. O ser trans ao identificar-se com determinado gênero tem nestas instituições enquanto empecilhos iniciais para o entendimento de si, pois as normas moralizantes que regem nossa sociedade são responsáveis por satanizar toda e qualquer forma de identidade desviante.

Os discursos médicos, das “ciências psi” – psicologia, psiquiatria e psicanálise - (BENTO, 2006), da religião, sobretudo a cristão, trazem consigo elementos que colocam as pessoas trans, ao longo da história, na condição de loucos, doentes, transtornados.

Para Araújo (2013), não transtornados, mas sim transcendentais, a autora transexual, ao fazer uma análise de corpos trans, em especial os corpos transfemininos, traz a sua experiência enquanto de meio de possibilitar debates para se pensar os corpos trans como corpos em construção, onde a autora coloca como “ador e a delícia” de ser trans (ARAÚJO, 2013).

As vivências trans, trazem consigo formas distintas e possíveis que nos possibilitam evidenciar a necessidade de repensarmos os padrões sociais de gênero atribuídos em torno das masculinidades e feminilidades, considerando a necessidade romper com paradigmas que produzem estigmas de exclusão (GOFFMAN, 2008), e construirmos em torno dos masculinos e dos femininos possibilidades de construções múltiplas e subjetivas, experiências capazes romper as amarras de dominação em torno dos corpos, do sexo e do gênero.

Para Andrade (2012), mesmo com todas as modificações que uma pessoa trans possa vir fazer em seu corpo, nos trejeitos, na vestimenta, o aval definitivo na sociedade ainda não será possível vivenciar plenamente, pois, segundo a autora, ainda cobra-se a norma imposta, o homem nasce homem e a mulher nasce mulher, que permeia este sistema de exclusão binário, cis-hétero.

Os discursos presentes em nossa sociedade enquadram e estigmatizam corpos e colocam uma regulação em torno do gênero como determinante nos papéis sociais que os indivíduos exercem. Para Judith Butler (2014), ao fazer uma reflexão em torno desta “regulação”, a autora coloca que é desta concepção regulatória do gênero que irão normalizar determinados papéis e corpos, portando são “essas leis, regras e políticas concretas que constituem os instrumentos legais pelos quais as pessoas são tornadas normais” (BUTLER, 2014, p. 215). Aos corpos que insinuam uma discordância com o gênero a eles impostos, bem como seus papéis, são tidos transgressores, e os poderes reguladores (FOUCAULT, 2018), se vêem diante das complexidades do gênero que produzem um enfrentamento ao sistema binário, cis-hétero, ao qual produz regras e normas, ou seja, o gênero apresenta-se como uma operação reguladora.

Nos mais variados campos de sociabilidade estas relações apresentam-se visíveis. A necessidade presente no cotidiano das vivências trans de tratarmos essas emergências no que tange sociabilidade, direitos e cidadania perpassa uma relação de resistência dentro dos próprios movimentos sociais. Conforme aponta Simões (2018, p. 438),

A emergência trans, por seu turno, ao mesmo tempo que se efetivou na organização política de travestis e transexuais separado do movimento de gays e lésbicas, no qual não se reconheciam, foi acompanhada pela incorporação crescente de elaborações críticas radicais da conexão supostamente necessária entre sexo biológico, orientação do desejo, prática sexual e expressões e identificações de gênero.

É neste sentido que criam-se formas que possibilitam tratarmos as transgeneridade sob a ótica da subjetividade. As demandas apresentadas requerem uma análise sob a perspectiva dos sujeitos que vivenciam tal realidade. Romper com estigmas presentes no cotidiano das pessoas trans apresenta-se como elemento ímpar para traçar um diálogo que possibilite atender os pressupostos das demandas das pessoas, bem como garantir visibilidade a esta parcela da população que por vez encontra-se na obscuridade da margem social.

Coloca-se, então, a necessidade de romper com um sistema dominante que determina paradigmas socialmente aceitos devem ser questionados e derrubados. As vivências de gênero devem ser fluidas, subjetivas e construídas. Nos mais variados campos de sociabilidade a identidade subjetiva deve ser a qual será mantida.

As normativas do gênero, assim como da sexualidade, atribuem os estigmas presentes que apresentam-se como marcas da segregação daqueles que não se enquadram no perfil cis-heteronormativo construído diante de um cenário de dominação e exclusão.

Enquadrar os sujeitos em um sistema pré-definido apresenta-se como um instrumento de manipulação por meio das relações de poder exercidas a partir de instituições que corroboram para a manutenção do modo ao qual a estrutura societária deve ser dita. Desta forma, compreender os elementos que dizem respeito aos mais variados campos de estigmas presentes no cotidiano da pessoa trans nos possibilita criar um enlaçamento no que se refere à construção de possibilidades para efetivação do acesso aos direitos e garantia da cidadania.

É necessário pensarmos enquanto pessoas cisgênero e privilegiados por esta condição, mecanismos de coíbam o modus operandi de uma sociedade fincada em exclusão e discriminação, onde minorias sociais são silenciadas.

As formas as quais as relações de poder são estabelecidas em torno dos corpos e do sexo permeiam as relações sociais e corroboram para financiar um sistema de reclusão daqueles que não seguem o catálogo pré-estabelecido de ser homem ou ser mulher conforme os moldes da sociedade ocidental.

Portanto, expressar identidades de gênero dissidentes de uma norma cis-hétero marca o sujeito como transgressor deste sistema, porém, fomenta reflexões necessárias para debatermos o modo ao qual se estabelecem as normas existentes em torno das masculinidades e feminilidades, compreender o caráter subjetivo dos sujeitos que se identificam com o gênero oposto, é desta forma que podemos pensar os paradigmas presentes no ser transgênero como um mecanismo de rompimento de padrões, onde abrem-se as portas para traçarmos caminhos diferenciados no que diz respeito aos papéis de gênero impostos socialmente enquanto norma.

Não cabe aqui definirmos outros padrões a serem estabelecidos e seguidos, as reflexões trazidas dizem respeito a necessidade de abordarmos tais temáticas para compreendermos as questões em torno das transgeneridades. É necessário um aprofundamento no que diz respeito as identidades trans diante do cenário atual. Tratar tais questões representa forma de resistência à conjuntura ao qual o país vive, onde direitos são retirados e aqueles que são impedidos de acessarem por uma identidade dissidente estão na linha de frente ao que se refere à uma nova exclusão. O armário se abriu, os direitos devem ser construídos e conquistados e não devemos permitir passo para trás.

## **CAPÍTULO 2**

### **MEU LUGAR NA SOCIEDADE: luta e reconhecimento pela cidadania**

*No mundo contemporâneo,  
mais que vivenciar uma identidade de gênero,  
ser transgênero corresponde a representar uma identidade política.*

*Jaqueline Gomes de Jesus*

O direito tem gênero, identidade de gênero e orientação sexual. Infelizmente é o que ainda se vê em nossa sociedade. A privação de direitos fundamentais básicos como saúde, educação, assistência, entre outros, passam a ser seletivos, e a binaridade de gênero torna-se um critério de exclusão. Estas ponderações regem as análises deste segundo capítulo que tem como objetivo conhecer as normativas que atendem aos pressupostos de inclusão social das pessoas transgênero.

Diante do cenário atual, onde os direitos sociais encontram-se incertos, a luta, resistência, o diálogo e o embate de ideias apresentam-se como instrumentos necessários no cotidiano daqueles que encontram-se no centro das arenas de conflitos para garantia da cidadania das pessoas trans. O contexto social e político atual requerem análises precisas no tocante à garantia de direitos. As identidades transgêneros tem sido foco de debates importantes para o reconhecimento da cidadania das pessoas trans na efetivação de direitos sociais

As garantias constitucionais não são suficientes para garantir aqueles que são expostos as mais variadas formas de vulnerabilidades. Desta forma, faz-se necessário pensar em mecanismos eficazes e que contribuam para que pessoas trans possam gozar de seus direitos enquanto cidadãos, considerando a identidade de gênero enquanto fator de exclusão em diversos serviços públicos, dificultando o acesso e fragmentando políticas.

O capítulo que se segue visa trazer para debate o papel do Estado perante a (in) eficácia da proteção às pessoas trans, no que tange ao usufruto de direitos fundamentais para sua sobrevivência, bem como as medidas adotadas por outros órgãos para amenizar as sequelas sociais que causam naqueles que buscam seus direitos e são barrados pela identidade de gênero que não seguem modelos pré-



estabelecido pela sociedade as normas persistentes em nossa sociedade estabelecem elementos de exclusão e dominação aos quais reverberam na população transgênero nos mais variados campos de sociabilidade.

Este segundo capítulo tem a finalidade de nos aproximarmos das questões legais que possam vir a garantir a cidadania das pessoas trans diante do cenário atual de retrocessos e retirada de direitos, sendo necessário debruçarmos a respeito do que temos já efetivo e o que pode vir a ser efeito a partir de uma análise aprofundada de documentos oficiais do Estado brasileiro. Para tal finalidade, buscaremos fazer uma análise da conjuntura atual no que tange as discussões de Direitos Humanos e como o Estado vem tratando as questões que versam a respeito das violações que as pessoas transgêneros sofrem em seu cotidiano.

## **2.1 Um Estado omissivo: a emergência de legislações no Brasil com ênfase nas identidades de gênero**

O cenário antagônico presentes em nossa sociedade reflete no acesso e na garantia de direitos fundamentais para a sobrevivência humana. Os embates a respeito do direito e do reconhecimento de identidades que fogem da cisgeneridade ou mesmo do binarismo de gênero recai sob o colo daqueles que lutam cotidianamente por sua existência. É visível como o Estado, por meio de Políticas Públicas e legislações específicas, ou pela ausência delas, tem demonstrado não reconhecer a diversidade de identidades de gênero enquanto uma condição humana.

Trazer a discussão do Estado neste trabalho se dá pela necessidade de pensarmos o modo ao qual este tem se colocado diante das demandas apresentadas pela população transgênero na sociedade. Considerando nossa formação social pautada nas heranças religiosas, onde as relações de poder e os mecanismos de exclusão se dão diante de discurso pautados na moralidade, é fundamental trazermos como o Estado tem apresentado (ou não) propostas para suprir não só as demandas, mas também o modo o qual este tem se posicionado para lidar com a exclusão social a qual homens e mulheres transgênero estão sujeitos a partir do reconhecimento social de suas identidades de gênero.

Para isto, é preciso retomamos brevemente alguns conceitos chave para adentrarmos a este assunto, como por exemplo, a noção de Estado. A necessidade

de iniciarmos nossa discussão a partir desta categoria se faz como forma de nos aproximarmos do papel do Estado como agente regulador das instituições que atendem a população trans.

A partir da necessidade da busca por resolução de conflitos de determinados grupos sociais, o Estado surge como forma de organização de grupos e indivíduos na sociedade, onde os interesses sociais, econômicos, políticos, religiosos e individuais passam a ser agrupados em normas e ordenamentos com objetivo comum. De acordo com Brito (2005), com a crise que afetava a relação entre a Igreja e o Império, o que acarretou momentos de tensões e conflitos, neste cenário, surgem as primeiras reflexões da separação dos poderes eclesiásticos e políticos.

Em um contexto histórico, o Estado se molda, ganha formas e presença na sociedade. Para Bourdieu (2014, p. 30), o Estado apresenta-se para muito além de “um princípio de produção de representação do mundo social”, o autor o concebe enquanto um campo, construído por conjunções de forças.

Já para Bobbio (apud SCHONS, 2003, p. 103), o Estado é,

[...] entendido como **ordenamento político de uma comunidade**, nasce da dissolução da comunidade primitiva fundada sobre os laços do parentesco e da formação de comunidades mais amplas derivadas da união de vários grupos familiares por razões de sobrevivência interna (o sustento) e externa (a defesa). (grifos do autor).

Neste sentido, o Estado se concebe diante de princípios de uma formação de elementos que ganham corpo ao longo do tempo, com o intuito de garantir o estabelecimento de regras que irão reger o funcionamento da vida em sociedade de determinados povos.

Nas análises de Pereira (2008), que faz um retrospecto sobre o Estado em obras clássicas, de um Estado dotado de neutralidade, concepção trazida por Hobbes, Locke e Leibniz; aos postulados de Durkheim, onde o Estado produz integração lógica e produz a adesão à ordem moral; ou na concepção de Weber, enquanto detentor da violência legítima; até os preceitos de Marx, onde o Estado apresenta-se enquanto um aparelho coercitivo. O Estado se apresenta, para a autora, com um fenômeno histórico-relacional.

Nas análises de Gramsci (apud Pereira, 2008), o Estado se concebe enquanto um complexo através do qual a classe dominante se organiza e atende suas necessidades. É nesta concepção que vemos a construção do desenvolvimento de ações do Estado que esteja em prol do atendimento dos

interesses daqueles que detém o poder. Isso reflete na formulação de leis e políticas públicas que atendam os princípios de atendimento universal. Cabe ressaltar a importância do pensador na retomada das análises dos estudos de Marx e sua contribuição no sentido de ir além e desenvolver reflexões para entendermos o Estado e sua correlação com a sociedade civil, desenvolvendo o que se conhece hoje a respeito dos estudos do Estado Ampliado, onde, para Gramsci, há uma relação entre a sociedade política e a sociedade civil.

A sociedade civil tem grande relevância nesta discussão, considerando o papel fundamental desta na compreensão do Estado, neste sentido, Pereira (2008) nos traz elementos que subsidiam a discussão a partir de análises da correlação entre Estado e Sociedade, em sua obra Políticas Sociais – temas & questões. Aos jusnaturalistas, a sociedade civil representa a sociedade civilizada opondo-se ao estado de guerra, é a sociedade política; a concepção de Rousseau opõe a premissa dos jusnaturalistas, onde coloca a sociedade civilizada em constante estado de guerra e a superação, dá-se a partir da sociedade política surgida mediante controle social; na ótica de Hegel, a sociedade civil se dá mediante a dissolução da família em classes sociais com o surgimento das relações antagônicas; para Marx, remete à sociedade burguesa, componente estrutural ou da base material sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política; já Gramsci, que aprofundou-se nesta dimensão da sociedade civil com mais intensidade, a concebe a partir dos organismos privados, são instituições que garantem a hegemonia das classes dominantes, e juntamente com a sociedade política, que é o aparelho coativo, formam o que se compreende por Estado Ampliado. (PEREIRA, 2008).

Na concepção de Behring e Boschetti (2011), o Estado é compreendido a partir da relação de interesses das classes sociais e das relações antagônicas destas. Para Pereira (2008), o conceito de Estado é amplo e complexo, não pode ser visto linearmente e está voltado apenas para servir uma classe, que deve ser concebido como um processo em constante movimento.

Por conseguinte, os autores apresentados acima nos dão um parâmetro para uma aproximação da categoria Estado, elemento fundamental para abordarmos a vida em sociedade, enquanto detentor de poder e formulador de regras. Neste sentido, compreende-se aqui que o Estado é fruto de uma construção histórica da

dinâmica em sociedade, das relações humanas, um espaço de lutas e interesses antagônicos.

Neste sentido, o Estado é fator central para tratarmos das Políticas Públicas e Sociais que visam atender as demandas deste segmento da população. É elemento de grande importância das discussões que permeiam os antagonismos presentes na sociedade que impede o acesso aos direitos às pessoas transgêneros, às instituições e leis que garantam serviços voltados para atender suas demandas e especificidades dentro das políticas.

A discussão trazida até aqui nos permite passearmos de forma breve em nossa realidade, na formação social, econômica e política do Brasil, com enfoque maior para o período de redemocratização que o país vivenciou, e que hoje se mostra extremamente fragilizado com ataques aos direitos sociais conquistados, para, assim, adentrarmos nas discussões em torno das Políticas Públicas e Sociais.

Do Império à República, o Brasil passou por diversas transformações em sua formação social, econômica e política. O modo de organização do Estado brasileiro se deu desde a chegada dos europeus, no século XVI, impondo a estruturação e organização aos povos que aqui já habitavam, este processo de colonização se deu forma autoritária e exploratória dos povos nativos, da terra e dos recursos naturais. A Igreja Católica participou não somente no processo de colonização, mas em diversos outros aspectos da vida social, na economia e política. No ano de 1824, ainda no período imperial, o Brasil tem sua primeira Constituição promulgada, com grande influência do movimento revolucionário liberal francês, possuindo o maior período de vigência, onde se estabeleceu a monarquia hereditária, os poderes eram divididos em Poder Executivo, Poder Legislativo, Poder Judiciário e Poder Moderador, e nesta, em seu artigo 179 já tratava da inviolabilidade dos direitos civis e políticos. (RAMPIN; FREITAS, 2012).

Durante muito tempo a figura do Império predominou no Brasil, até meados do século XIX, com a Proclamação da República em 1889. A partir deste momento, o Brasil vivencia um novo ciclo na organização do Estado. Período este que ficou conhecido como República Velha ou República das Oligarquias (1889 - 1930), sua segunda constituição é promulgada, em 1891, período de extinção do poder monárquico, instaura-se o sistema presidencialista de governo, e há a extinção do Poder Moderador, esta também tratava dos direitos fundamentais enquanto

invioláveis (RAMPIN; FREITAS, 2012), período de grandes revoltas que marcaram a história, partidos políticos começam a de fato surgir.

Em meados de 1930 dá-se início a uma nova era, surge o Estado Novo, comumente chamada de Era Vargas (1930-1945), em 1934 é promulgada a terceira constituição do país, esta inova a garantia dos direitos fundamentais, trazendo as questões de gênero, sexo e raça, classe social, crenças religiosas ou políticas enquanto direitos garantidos há a incorporação do voto feminino, após intensas lutas dos movimentos de mulheres, e dá os primeiros passos das conquistas do povo para garantia de direitos fundamentais. Em 1937, de acordo com Rampin e Freitas (2012), é promulgada a quarta constituição brasileira, tendo como elemento principal a centralização de poder no chefe do Executivo, o então presidente Getúlio Vargas (1882 – 1954). Há uma forte concentração de poder na mão do chefe de Estado, bem como a opressão de expressões artísticas e, principalmente, científica no país.

A República Nova (1945 – 1964) traz consigo o status de mais democrática que o período anterior. Empresas estatais são criadas, e um dos marcos deste período é a construção da que seria vir a ser a capital do Brasil, Brasília. Em 1946 era promulgada a quinta Constituição, onde se estabelece que todos são iguais perante às leis, representou um avanço democrático para a população, conforme apontam Rampin e Freitas (2012).

Durante os anos de 1964 a 1985 o Brasil vivencia um período caótico de extremos conflitos, opressão, supressão de direitos e da liberdade, o chamado Regime Militar representa um marco na história do país, onde a imposição estava presente nos variados âmbitos da vida social. O Ato Institucional nº 5 (AI – 5) foi o quinto ato de uma série de decretos que daria poderes extraordinários ao Presidente da República, segundo Rampin e Freitas (2012). Em 1967 é instaurada a sexta Constituição do país, onde “os direitos e garantias individuais sofrem restrições” (RAMPIN; FREITAS, 2012, p. 46).

A partir das décadas de 1970 e 1980, o Brasil passa por um processo de redemocratização. Este processo ocorre após um longo período de crises e da cassação da liberdade e visava romper com os paradigmas e supressões de direitos dadas pelo período do Regime Militar. É a partir da pressão popular, dos movimentos sociais e da necessidade de romper com as mais variadas formas de

opressão, autoritarismo e retiradas de direitos que se buscam alternativas para o modo de gestão do país.

O marco deste período é o ano de 1988, onde se promulga a última e atual Constituição da República Federativa do Brasil, também conhecida como Carta Magna ou Constituição Cidadã, que apresenta significativas mudanças para os direitos sociais, políticos e civis, na separação dos poderes, o tipo de governo e sua estrutura e para a construção de uma sociedade com princípios democráticos. Este documento de grande importância para o Brasil institui o Estado democrático. Porém, é necessário refletirmos se estes direitos são garantidos a todos e todas? De que forma o Estado brasileiro tem colocado a pauta das transgeridades em sua agenda política?

Para Nardi (2017), a partir da Constituição Cidadã que se legitima juridicamente o princípio da igualdade de direitos. A autora aponta que a apesar do cenário político de tensão, a legitimidade dos direitos deve confrontar as ações conservadoras presentes, considerando a presença destas na sociedade (NARDI, 2017). A partir de 1988, com a promulgação da Constituição, a República Federativa do Brasil constitui-se um Estado Democrático de Direito.

O Estado apresenta-se enquanto aparelho que detém os mecanismos de poder na sociedade e que muitas vezes contribui para a segregação e exclusão de determinados grupos, há um intenso enfraquecimento do Estado de Direito. A locução ‘democrático de direito’ expressaria então o entendimento de que o ‘Estado deve ter origem e finalidade de acordo com o Direito manifestado livre e originariamente pelo próprio povo’ (REALI, 1999, apud RAMPIN; FREITAS, 2012, p. 49). Neste sentido, a relação Estado - Sociedade civil estabelecem laços necessários para a construção de uma sociedade justa, com garantia de direitos fundamentais estabelecidos, com participação do povo.

Na concepção de Simões (2008), o Estado Democrático se constitui, de fato, a partir com participação popular, e não admite arbítrio. Para o autor, se reconhecem tantos os conflitos políticos quanto os sociais, sendo um dos pilares da democracia. A Constituição de 1988 se estabelece a partir destes princípios, como forma de garantias de direitos (SIMÕES, 2008).

Cabe ressaltar aqui que o Brasil, durante sua trajetória histórica em sua formação social, econômica e política teve grande influência da Igreja Católica.

Conforme aponta Cavalcanti (2015), o Catolicismo Romano operou desde o período da Colônia no Brasil, onde ditou normas, disciplinou, caracterizou comportamentos, assegurou crenças, teve grande influência na administração da sexualidade. (CAVALCANTE, 2015).

A partir da religião, historicamente criaram-se códigos morais que de notaram o permitido e proibido, em meio aos traços sociais e culturais, como demandas que apareciam para acastelar os indivíduos e dirigir os limites do que poderia ou não ser feito (CAVALCANTE, 2015, p. 64).

O desenvolvimento do Estado brasileiro tem grande influência da religião em sua formação, e que impera até os dias atuais, construindo novas roupagens de manter-se a predominância nas relações sociais, econômicas, políticas e na propagação de códigos morais pautados no sagrado. Na atualidade, “as lideranças religiosas emergem no cenário político como representantes que se propõem a legislar, sobretudo em nome de um Deus” (CAVALCANTE, 2015, p. 63), fator que gera grandes impactos na ação do Estado no desenvolvimento de ações voltadas para a população trans.

Atualmente, o Estado brasileiro, caracteriza-se por uma organização político-administrativa em Regime Federativo, onde se divide em União, Estados-membros, o Distrito Federal e os municípios; e pelo Presidencialismo; está dividido em três esferas de poder: o Legislativo, o Executivo, e o Judiciário, exercendo suas competências mais ou menos de forma independente, e os representantes de cada cargo são escolhidos pelo povo democraticamente (SIMÕES, 2008).

De acordo com Rampin e Freitas (2012), a expressão “democracia” torna-se qualitativo de “Estado”. O poder do povo estabelece novas roupagens para a formulação de políticas, legislações e para o desenvolvimento do Estado em si. A concepção de participação social, num sentido mais amplo, refere-se à participação da comunidade na organização da sociedade em diversos núcleos organizacionais. Segundo Milani (2008) a participação é um elemento central nos processos de reforma democrática do Estado desde a Constituição de 1988.

A partir de entidades dos mais diversos segmentos da sociedade, tais como movimentos sociais, organizações comunitárias, entre outros, pode-se fazer o exercício para lutar e defender ideais. Neste sentido, a participação social pode ser entendida como um mecanismo no qual a sociedade pode apropriar-se para manifestar sua opinião perante as questões que permeiam a sociedade.

Vieira (2009) salienta que um Estado de direito efetiva-se a partir da predominância da liberdade enquanto um dos princípios que o legitimam. A abordagem do autor se põe em uma perspectiva analítica de elementos que possibilitem um diálogo em torno da questão do Estado de Direito. Vieira (2009) aponta que a Constituição é um fator importante de regulação e subordinação das leis, que por sua vez devem estar em consonância com órgãos representativos da população, além de instancias institucionais que possibilitem o ordenamento jurídico. Para o autor, apenas em uma sociedade democrática é possível estabelecer um Estado de Direito.

Para Couto (2004), o movimento de conquista de direito é compreendido a partir de dois paradigmas fundamentais, o primeiro é dada a partir da ótica dos jusnaturalista, que defendem o campo do direito como inerente à condição humana, onde “a natureza humana, por si só, é detentora de direitos” (p. 34); o segundo se dá a partir da fundamentação de movimentos históricos, onde delimitam-se a partir das “condições sociais, econômicas e culturais de determinada sociedade” (p. 34).

A garantia de direitos fundamentais é estabelecida na Constituição Federal de 1988, nos garante o pleno exercício da cidadania, dos direitos sociais, da liberdade, e outras garantias constitucionais. Assim como no parágrafo quarto, do artigo terceiro, onde se estabelece a promoção do bem de todos sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade, e sem qualquer forma de discriminação. Ou mesmo no artigo quarto parágrafo segundo que garante a prevalência dos direitos humanos. Todos são iguais perante a lei, é o que estabelece o artigo quinto.

Estes são alguns exemplos da construção do que se estabelece enquanto um Estado Democrático de Direito. “A Constituição de 1988 elegeu um conjunto de valores éticos, considerados fundamentais para a vida nacional, a maior parte dos quais se expressa no reconhecimento dos direitos humanos” (SIMÕES, 2008, p. 62). Com a promulgação da Constituição Federal os cidadãos brasileiros passaram a gozar de direitos que garantem a dignidade humana e a cidadania, principalmente com os direitos sociais. Tais direitos são frutos de muitas lutas e da resistência de movimentos societários.

Para Couto (2004), os direitos sociais representam uma relação entre o Estado e a sociedade vinculados a um projeto de Estado social como enfrentamento da questão social, compreendida aqui enquanto “conjunto das expressões das



desigualdades da sociedade capitalista” (IAMAMOTO, 2000, p. 23), e que foram incorporados às conquistas dos direitos civis e políticos. A conquista destes direitos se dá somente a partir do século XX conforme aponta Marshall (1967 apud Couto, 2004).

De ordem, ao se tratar da questão de direitos, cabe aqui fazer um breve parâmetro a respeito de como se constituem. Divididos em três gerações – civis, políticos e sociais – a construção dos direitos, na ótica de Thomas Marshall. Os direitos civis, conquistados no século XVIII, representam o direito à liberdade individual; os direitos políticos, século XIX, representam a participação da sociedade no governo; já os direitos sociais, século XX, dizem respeito da participação na riqueza coletiva e garantia de princípios básicos para a dignidade humana.

Segundo Nogueira (2002) os direitos sociais são considerados um parâmetro fundamental da vida civilizada, que refletem as conquistas de movimentos democráticos e de lutas sociais. Na concepção de Pereira (2008), os direitos sociais se guiam pelo princípio da igualdade. Portanto, a concepção de direitos sociais é dada a partir de conquistas, onde é posto enquanto forma de garantir dignidade e cidadania.

Os direitos sociais classificados como direitos de segunda geração são postos no artigo 6º da Constituição Federal de 1988 onde se estabelece que “são direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados.”.

No cenário atual, o país vivencia uma crise moral, econômica, política e social, estando atrelado na retirada de direitos sociais. O Estado, enquanto centralidade no desenvolvimento de políticas públicas tem sido utilizado como mecanismo de regulação por uma classe que busca manter o poder com discursos que reproduzem estigmas de exclusão.

Tratar a respeito dos direitos sociais é fundamental para interpretarmos o que aqui buscamos compreender, que se refere à construção da cidadania das pessoas trans em nossa sociedade atual. O Estado representa papel fundamental para o reconhecimento das identidades transgênero, considerando sua função social enquanto instrumento legal de formulação de políticas públicas que possam vir atender este segmento. A categoria Cidadania, citada outras vezes aqui merece

uma atenção especial, considerando que buscamos neste trabalho aproximarmos do modo como tem se dado a construção e o reconhecimento das identidades transgêneros para garantia da cidadania da população trans em Manaus. Nesta ótica, trazemos a análise de Coutinho (1999) que considera a cidadania como resultado de uma luta permanente e,

“[...] a capacidade conquistada por alguns indivíduos, ou (no caso de uma democracia efetiva), por todos os indivíduos, de se apropriarem dos bens socialmente criados, de atualizarem todas as potencialidades de realização humana abertas pela vida social em cada contexto, historicamente determinada” (COUTINHO, 1999, p. 42).

As discussões em torno destas questões pautam-se na necessidade de conceber o exercício da cidadania diante de uma conjuntura de retirada de direitos. É neste sentido que se faz de fundamental importância se compreender como se constitui a noção de cidadania e como esta categoria nos ajuda a pensar a política e os direitos sociais diante de um cenário devastador de crises do modo econômico atual, que tem gerando impactos na garantia e na viabilidade ao acesso a bens e serviços de qualidade em nome de um crescimento que visa à lucratividade.

Nesta concepção, a abordagem trazida por Coutinho (1999, p. 41) nos possibilita refletir em torno do conceito de cidadania a partir de seu “processo histórico-político, dinâmico e contraditório, de aprofundamento e universalização da cidadania na modernidade”. Para tal objetivo, o autor se propõe a entender a relação dialética da cidadania com os princípios democráticos, onde, no contexto da modernidade, se inserem expansão e novas concepções de práticas. O processo histórico na constituição da categoria abordada pelo autor compreende desde a Grécia, nos séculos V e VI até a contemporaneidade. Neste sentido, Coutinho (1999) busca o sentido de cidadania em diversos contextos históricos diferentes a partir da abordagem de autores clássicos que se debruçaram sobre a temática, e que hoje nos possibilitam pensar este processo de construção do conceito de cidadania.

Manzine-Covre (1991) estabelece algumas compreensões em torno da cidadania a partir de elementos que subsidiem a efetivação do pleno direito à vida, para a autora,

“[...] a cidadania é o próprio direito à vida no sentido pleno. Trata-se de um direito que precisa ser construído coletivamente, não só em termos do atendimento às necessidades básicas, mas de acesso a todos os níveis de existência, incluindo o mais abrangente, o papel do(s) homem(s) no Universo. (MANZINE-COVRE, 1991, p. 6).

Para Manzine-Covre (1991), a cidadania pode ser estabelecida, para fins de análise a partir dos direitos civis, políticos e sociais, que devem estar interligados para sua plena efetividade, considerado enquanto um “processo dialético em incessante percurso em nossa sociedade” (MANZINE-COVRE, 1991, p. 8)

Diante destes apontamentos, podemos compreender a conjuntura na qual o processo de cidadania se insere, tendo em vista o sistema de produção capitalista e suas crises, e os mecanismos que fomentam debates em torno das questões que perpassam a temática de cidadania e de direitos sociais.

Tendo como ponto de partida este contexto, podemos conceber reflexões compreendendo as consequências da crise do capital nas políticas sociais e garantia de direitos, refletindo no processo de legitimação de uma cidadania ampla que garanta o acesso a bens e serviços e a participação social no processo de construção de uma sociedade que rompa os paradigmas do modelo econômico vigente e os processos de exclusão.

Conceber elementos que nos possibilitem vislumbrar uma cidadania plena ainda se faz um desafio, sobretudo quanto à população transgênero. Inúmeras são as dificuldades enfrentadas por este segmento da população para que a garantia de seus direitos, civis, políticos e sociais, sejam garantidos. Não se busca direitos exclusivos ou novos direitos, mas a efetivação de direitos fundamentais garantidos a qualquer outro cidadão. A identidade de gênero não deveria ser um fator de exclusão, porém, em nossa sociedade em que discursos conservadores se fazem tão presentes, reconhecer-se enquanto pessoa transgênero torna-se um fator de vulnerabilidade e de retirada de direitos.

No tocante à garantia dos direitos fundamentais das pessoas transgênero, o Estado tem apresentado um papel omissivo no que tange às leis que possam garantir o acesso aos serviços públicos. Nos mais variados âmbitos da vida social, seja saúde, educação, emprego e renda, ou mesmo cultura e lazer, a população trans vê-se negligenciada do acesso ao mínimo para sua sobrevivência digna.

Nas Políticas Públicas, que são entendidas enquanto ação intencional do Estado junto à sociedade com o intuito de dar respostas às demandas sociais enquanto direitos sociais, o papel do Estado é de garantir e buscar meios para que tais direitos sejam garantidos. Para Lima Júnior (2016), entende-se enquanto Políticas Públicas, o conjunto de planos e programas de ações governamentais

voltadas à intervenção, onde se apresentam as diretrizes, metas para propostas pelo Estado.

Desta forma, as Políticas Públicas apresentam-se como o Estado dará resposta as questões públicas de uma sociedade. Elas apresentam-se como determinantes gerais, já as Políticas Sociais se mostram como particulares num processo de dar respostas à população.

Há que considerarmos as dimensões econômicas para se pensar a política social, na concepção de Behring (2016, p. 1 - 2), a existência destas é “um fenômeno associado à constituição da sociedade burguesa, ou seja, específico do modo capitalista de produzir e reproduzir-se”. Ou seja, entende-se que é a partir do século XIX, com o advento do modelo de produção capitalista que se começam a surgir as primeiras ações do Estado como forma de compensação à classe trabalhadora, atendendo, também, os interesses da classe burguesa, um mecanismo onde o papel do Estado é mediar os interesses das classes, fazendo um papel de dualidade. Corroborando com esta ideia, Faleiros nos trás que,

As políticas sociais são, assim, formas e mecanismos de relação de processos políticos e econômicos. Os processos políticos de obtenção do consentimento do, da aceitação de grupos e classes e de manutenção da ordem social estão vinculados aos processos econômicos de manutenção do trabalhador e das relações de produção das riquezas. (FALEIROS, 1986, p. 33)

Desta forma, ao considerarmos as políticas sociais urge a necessidade de compreendermos o processo econômico que está inserido. Tendo como ponto de partida este contexto, podemos conceber reflexões compreendendo as consequências da crise do capital nas políticas sociais e, por consequência, garantia de direitos, refletindo na legitimação de uma cidadania ampla que garanta o acesso a bens e serviços e a participação social no processo de construção de uma sociedade que rompa os paradigmas do modelo econômica vigente se dará diante de paradoxos e antagonismos constantes.

Os debates em torno das políticas sociais perpassam a questão de reconhecimento, princípios éticos, direitos humanos e ambientais, a compreensão do contexto contemporâneo, político, social, econômico e cultural, e as particularidades das políticas, para assim, abarcar as mais diversificadas e complexas questões que estão imbricadas as relações humanas, tendo em vista que somente pensando em uma lógica de garantia de direitos que tais políticas serão possíveis.

Assim, as dimensões nas quais se compreendem o sentido de cidadania, na garantia e legitimação de direitos sociais, requerem uma compreensão da conjuntura na qual está inserida, tendo como pressuposto o constante estado de crise que permeia o sistema capitalista, refletindo, principalmente, nas políticas e direitos sociais. Considera-se que as consequências da crise do capital nas políticas sociais seguem uma lógica dominante, gerando impactos no acesso e na efetivação das políticas públicas.

As iniciativas de movimentos sociais diante de um cenário de exclusão e segregação da população trans se fazem um importante debate acerca da construção para o reconhecimento da cidadania destas pessoas. No último tópico deste capítulo iremos dissertar acerca das articulações, das conquistas e desafios diante de um contexto que rema contra a maré dos direitos.

Diante das colocações acima em torno do Estado, seu papel na formulação e execução de Políticas Públicas e Sociais, podemos nos aproximar dos debates em torno do modo o qual se faz presente (ou não) o desenvolvimento de ações que visem garantir a cidadania de pessoas transgênero, garantindo direitos e o acesso aos serviços necessários para dignidade da pessoa humana.

Durante reunião na Comissão Permanente de Pessoas LGBTI+<sup>3</sup>, com representante de países que integram o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), o Brasil recusou-se assinar o uso dos termos **identidade de gênero, expressões de gênero e crimes de ódio**. É sabido que a vertente ideológica do atual Governo Federal tende a responder contra toda e qualquer forma de expressão que se refira a comunidade LGBTI+ de forma negativa.

Medidas como esta representam uma forte omissão do Estado brasileiro a pensar em mecanismos que atendam aos pressupostos de garantia do acesso aos direitos às pessoas trans. O reflexo de tais medidas é o aumento da vulnerabilidade sofrida, das mais variadas formas de violência, na negligência no acesso aos serviços, e reforça mecanismos de opressão, de estigmas e exclusão.

A luta pela sobrevivência se faz presente no cotidiano das pessoas trans. Com a omissão do Estado as vulnerabilidades se manifestam cotidianamente. Para Jesus (2012), as pessoas transgênero vivenciam a exclusão estrutural, onde o acesso à saúde, educação, assistência social, ao emprego formal é dificultado,

---

<sup>3</sup> Para mais informações acessar: <https://www.raadh.mercosur.int/pt-br/xxxvi-raadh/>

principalmente pela dificuldade que se havia, e que ainda muitos encontram, de readequar o nome no Registro Civil à identidade de gênero, e não sendo respeita a utilização do nome social. Homens e mulheres transgênero vivenciam o medo cotidiano decorrente da transfobia, que consiste, segundo Jesus (2012), em atos discriminatórios contra a população transgênero e travestis, resultando nas mais variadas formas de violências, física, psicológica, moral, simbólica, resultando em números negativos no mapa da violência, onde a maioria dos crimes ocorrem em espaços públicos (JESUS, 2012).

O Brasil figura o ranque dos países que mais mata pessoas trans e travestis, de acordo com o Mapa da Violência contra Travestis e Transexuais do Transgender Europe's Trans Murder Monitoring. Entre janeiro de 2008 e dezembro de 2011 um total de 816 (oitocentos e dezesseis) assassinatos foram praticados ao redor do mundo, deste total 325 (trezentos e vinte e cinco) foram praticados somente no Brasil (JESUS, 2012).

São números estarrecedores que demonstram a ausência do poder público do Estado brasileiro, que fere princípios constitucionais, onde a promoção do bem de todos exclui totalmente a população trans, não garantindo o princípio da dignidade humana. Princípio este que, nos termos de Rocha (2001), é fato fundamental para a justiça social, é um direito inerente à vida e inviolável.

Porém, contra a corrente deste princípio, o Estado brasileiro tem se mostrado ineficaz em sua aplicabilidade, com desenvolvimento de ações que fomentam a exclusão social, políticas públicas excludentes e que segregam aos que não se enquadram nas “normas de binárias”.

Tais ações do Estado ferem o princípio da dignidade e vão contra os pactos internacionais que asseguram à população o que se compreende enquanto Direitos Humanos. A Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948, reconhece em seus 30 artigos, enquanto dignidade inerente a todos os humanos, a liberdade, a igualdade em direitos, à vida.

A partir do reconhecimento da própria humanidade pelo ser humano, iniciam-se as lutas por direitos, nas suas diferentes dimensões, formas e contextos. Nessa longa trajetória, os direitos surgem em função das necessidades de cada tempo e circunstância, e da organização social em torno de lutas que buscaram efetivar esses direitos. (MENDONÇA, 2015, p. 9).

Mendonça (2015) aponta que os Direitos Humanos que conhecemos na atualidade representam uma bandeira contra a arbitrariedade. É neste sentido que

se busca construir elementos que contribuam para uma sociedade mais justa e igualitária, onde os direitos sejam humanamente possíveis e não restritivos.

Ainda há muito que se buscar na efetivação de direitos fundamentais da cidadania das pessoas trans no Brasil. É uma parcela da população que ainda vive à margem da sociedade. As conquistas estão caminhando de forma lenta, porém significativa, o cenário atual, apesar de caótico, nos possibilita vislumbrar um campo ainda a ser conquistado. O avanço com a visibilidade de pessoas trans na sociedade, principalmente nos espaços públicos, ocupando cargos importantes, tem se mostrado como um mecanismo de resistência à opressão e à marginalização que buscam colocar os corpos trans (JESUS, 2012).

Debater tais assuntos se coloca enquanto mecanismo de resistência e luta nos dias atuais. Como bem salienta Carvalho e Sívore (2017), há um acirramento e tensões diante de assuntos antagônicos ao que se refere tratar Gênero e Sexualidade. É neste sentido que Carrara (2015) reconhece a necessidade de uma proteção especial por parte do Estado, sob a ótica do reconhecimento dos direitos humanos. Tais aspectos perpassam a vida cotidiana e merece uma atenção especial, é por isso que a comunidade acadêmica deve utilizar de seu espaço privilegiado para debater estes temas, contribuindo para ações para além dos muros da academia, buscando articular estratégias que possibilitem um diálogo dos saberes com aqueles que se encontram fora deste campo.

## **2.2 Por onde anda o Legislativo? A ausência de legislações específicas que atendam as demandas de pessoas trans.**

Discutimos no tópico anterior a respeito da omissão do Estado no que diz respeito o olhar às demandas das pessoas transgênero e, isto gera a ausência de documentos oficiais com peso de lei que possam assegurar a esta população o acesso a serviços básicos que garantam sua cidadania. Neste momento, é necessário refletirmos acerca da ausência do Poder Legislativo na promulgação de projetos que sejam voltados para a demanda específica e a maneira a qual o Poder Judiciário tem se colocado diante das questões inconstitucionais de privação de direitos das pessoas transgênero.

A ausência de legislações específicas que atendam as demandas da população trans torna este segmento mais vulnerável. Diante de fatores de exclusão e segregação, onde estes sujeitos têm seus direitos renegados por apresentarem sua identidade de gênero divergente do sexo biológico, a população trans é colocada em um lugar marginalizado da sociedade.

Os espaços ocupados pelos corpos transgêneros são lugares que violam a sua dignidade, onde estão sujeitos aos mais variados tipos de violência, estes enfrentam em seu cotidiano de forma cruel as diversas expressões da questão social, desemprego, falta de escolaridade, agressões, miséria. O não acesso a direitos fundamentais como saúde, educação, emprego, lazer, gera expressivas formas de negligência por parte do Estado que se omite diante deste cenário cruel.

A formação do Estado brasileiro se dá diante deste contexto, conforme discutido no tópico 2.1 deste trabalho. Aqui, iremos nos atentar para como se constituem a formação administrativa do Regime Federativo do Brasil, considerando o marco desta análise o período pós 1988, que se promulga a Constituição Federal de 1988 (CF 1988).

Para Simões (2008), a organização política do Estado brasileiro, como está disposta na CF 1988, pelo art. 2º, se dá pela manifestação do Poder Público dividido em três grandes poderes: o Executivo, o Legislativo e o Judiciário. Estes são poderes da União, independentes e harmônicos entre si, conforme estabelecido pelo art. 2º, título I, dos Princípios Fundamentais.

No parágrafo 3º da CF 1988, fundamentam-se os objetivos da República Federativa do Brasil, em alguns de seus incisos, I – construir uma sociedade livre, justa e solidária; III – erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais; IV – promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

Já em seu art. 4º, fica estabelecida no inciso II – a prevalência dos direitos humanos, discutido aqui anteriormente, mas necessário retomarmos, considerando o atual cenário em que há uma maciça ordem social que vai contra os princípios garantidos, não somente pela Constituição brasileira, mas por tratados, pactos e declarações internacionais que tem como objetivo garantir que tais direitos possam ser resguardados a todos e todas.



Aqui, daremos um enfoque a dois destes Poderes citados acima, considerando a função social, política e jurídica que exercem diretamente na sociedade, em especial à população transgênero, que são o Poder Legislativo e o Poder Judiciário. Na Constituição Federal de 1988, a organização dos poderes está disposta no Título IV, capítulos I, II e III, que detalha o modo operacional de cada um destes, bem como sua composição e competências.

O Poder Executivo, estabelecido pelo art. 76, é exercido pelo Presidente da República, auxiliado pelos Ministros de Estado, eleito democraticamente por um eleitorado para um mandato que dura de quatro a oito anos, com excepcionalidades em caso de algum impedimento deste, seja por motivo pessoal ou político. É neste que estão concentrados os Ministérios, a nível Federal, porém, há também os poderes executivos dos Estados e Municípios – comandados por governadores e prefeitos, respectivamente, igualmente eleitos por voto popular. O Presidente figura a função de Chefe de Estado, cabendo a ele a administração pública (SIMÕES, 2008).

No art. 92, do capítulo III, na seção I, da CF 1988, ficam estabelecidas as diretrizes do Poder Judiciário. A nível Federal, este é compreendido pela formação do Supremo Tribunal Federal; II. o Superior Tribunal de Justiça; III. os tribunais regionais federais e juízes federais; IV. os tribunais e juízes do trabalho; V. os tribunais e juízes eleitorais; VI. os tribunais e juízes militares; VII. os tribunais e juízes dos estados e do Distrito Federal e territórios; a nível estadual é composto por Tribunais de Justiça, juízes estaduais e juizados cíveis e criminais (SIMÕES, 2008).

Dentre os três poderes, é de cunho do Poder Judiciário fazer valer o cumprimento constitucional. O Judiciário tem exercido papel fundamental no auxílio a todos que recorrem a este na busca pela efetivação de direitos, a necessidade de ajuizar uma ação para se fazer valer um direito, o acesso a serviços essenciais ou pelo reconhecimento identitário, tem sido a saída a qual a população trans, juntamente a representações sociais organizadas recorrem, diante da ineficácia ou quase inexistência do poder publico em se fazer valer tais direitos, tendo em vista que “é dever do Estado, pois, garantir a plena realização do ser humano, com toda a dignidade que lhe é inerente” (SOUZA; SILVA, 2017, p. 255).

Na concepção de Cavalcanti (2015), há um avanço do poder judiciário em contraponto ao legislativo, considerando os avanços que este tem garantido

enquanto uma instância deliberativa e fiscalizadora, tendo em vista as incertezas que se fazem presentes no Estado na esfera política legislativa, pois há institucionalizado um preconceito ao reconhecimento das diferenças. (CAVALCANTE, 2015).

É diante deste cenário que partiremos para a próxima discussão dos poderes, tratando a respeito do Poder Legislativo, elemento fundamental para entendermos o cenário atual de omissão por parte do Estado em dar respostas eficazes às demandas da população trans.

O Poder Legislativo, que de acordo com o art. 4º da CF 1988, é exercido pelo Congresso Nacional, que se compõe da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Além de fiscalizar os atos do Poder Executivo, cabe a este legislar, conforme estabelecido na CF 1988, disposto no art. 59, dentre outras funções e competências que cabe a este.

O ato de legislar não é um ato isolado ao Poder Legislativo, tendo em vista a participação do Poder Executivo na aprovação e no veto de uma lei, conforme aponta Guimarães (2008), desta forma, pode-se entender enquanto um exercício de ambos para a construção de medidas que atendam os interesses da população.

É neste poder que se concentram as maiores críticas acerca da ausência do Estado, e de legislações específicas, que atendam as demandas da população transgênero. Para Carrara (2010), existe uma ampla discussão e repercussão midiática, porém, no plano legislativo federal não há nenhuma lei importante para o reconhecimento dos direitos da população LGBTI. Para o autor, o conservadorismo marca este processo e impede os avanços de tais discussões, e cabe ao judiciário estender direitos antes renegados (CARRARA, 2010).

Em nível de Governo Federal constam poucos os documentos oficiais específicos ao atendimento às demandas da população transgênero. Há uma escassez de debates dentro do Congresso e/ou Senado Federal que visem o atendimento das demandas requeridas. Conforme será apresentado mais a frente, os documentos oficiais oriundos deste são Portarias e Decretos, que no âmbito jurídico, não tem poder de lei que possibilite resguardar os direitos desta população, considerando que os mesmos podem a qualquer momento serem revogados.

A fala dos agentes do poder público entrevistados corrobora para esta afirmativa, “O poder público tem invisibilizado as necessidades das pessoas trans e

minimizado os problemas.” (REGULUS, 2020). Isto gerado inquietações diante do papel do Estado frente às demandas específicas da população trans, tendo em vista que as necessidades básicas ainda não são garantidas a estes.

A luta e pressão popular da sociedade civil organizada através de movimentos sociais têm garantido que ainda seja possível vislumbrar um campo de conquistas. Os embates se têm dado diante do forte teor conservador que tem se feito presente em nossa sociedade e que reverbera na vida política.

Na análise de Cavalcante (2015), o Legislativo tem se debruçado diante de um fundamentalismo religioso, que discriminam indivíduos e relegam direitos humanos. O Legislativo tem se eximido de sua função perante a sociedade trans. As garantias de direitos tem se apresentado de vias alternativas, como por exemplo, através do Judiciário, que tem feitos às vezes do legislador para garantir que princípios constitucionais sejam efetivados.

Há uma forte onda discursiva moralizante que paira na política brasileira, nos espaços públicos, que buscam regredir em nome de Deus e contra os princípios dos Direitos Humanos.

Para Barroco (2015), estes discursos surgem de princípios morais, que desempenham uma função de destaque no ideário conservador que tem tomado conta dos espaços sociais e políticos. Para a autora “essa visão conduz ao entendimento de que crises sociais e as expressões da questão social são consequências de uma degradação moral.” (BARROCO, 2015, p.25). Os discursos que fomentam os estigmas de exclusão são amparados por tais concepções que se baseiam em princípios da moralidade individual de indivíduos que ocupam cargos públicos e que reverberam na sociedade na forma de segregação.

O teor ideológico neoconservador está presente enquanto forma de dominação e poder, respondendo a um pensamento dominante, ancorado nas mais variadas formas de exclusão. Diante deste cenário de obstrução do acesso a direitos, devemos pensar em mecanismos legais que contribuam para garantia do acesso aos direitos fundamentais constitucionalmente garantidos a todos os cidadãos. É preciso buscar uma ação orientada a um fim como resposta às necessidades sociais.

Resquício de uma sociedade conservadora, pautada em princípios cristãos, onde por muito tempo a Igreja Católica exerceu grande influencia no domínio público

e social, o Brasil tem números altos de violência contra a população trans. O Conservadorismo constitui uma filosofia ideológica que prega a manutenção da ordem social a partir de elementos considerados sagrados, “é fundado em valores historicamente preservados pela tradição e pelos costumes” (BARROCO, 2015, p 624). Na análise de Barroco, conservadorismo possui uma função ideológica que “dissemina o pessimismo, o anti-humanismo, o individualismo e desvalorizam a verdade objetiva, dissimulando as contradições sociais e naturalizando suas consequências” (2015, p. 624).

Este processo se favorece em momentos de crise social, conforme aponta a autora. Nos dias atuais é comum perceber discursos onde haja elementos desta ideologia, no cenário político, social, nos espaços públicos, o conservadorismo assume uma nova roupagem a partir da década de 1970, onde princípios econômicos são incorporados, para atender os ordenamentos do contexto em que se vivia na época (BARROCO, 2015). O Neoconservadorismo, como passa a ser identificado, surge com grande influência das dimensões econômicas, mantendo-se os ideários sociais de manter a tradição. Para Barroco, o neoconservadorismo

Apresenta-se, então, como forma dominante de apologia conservadora da ordem capitalista, combatendo o Estado social e os direitos sociais, almejando uma sociedade sem restrições ao mercado, reservando ao Estado a função coercitiva de reprimir violentamente todas as formas de contestação à ordem social e aos costumes tradicionais. (2015, p. 624 – 625).

Estes elementos são fundamentais para entendermos como o processo político no Brasil se molda considerando estes princípios neoconservadores para o desenvolvimento de ações do Estado. Há um efeito drástico no cotidiano dos mais variados grupos sociais, em especial a população transgênero, foco desta pesquisa.

Ao questionarmos acerca dos desafios para efetivação das políticas em uma determinada instituição de Manaus, o conservadorismo apresentou-se como barreira para o funcionamento o acesso a determinados serviços, conforme apresenta a fala de uma das agentes institucionais entrevistadas,

A dificuldade maior neste momento é o conservadorismo, ele sempre atrapalhou o avanço desses debates, tem representado uma barreira, um obstáculo sem precedentes de retrocessos, pois há corte de verbas, acabaram com secretarias de Direitos Humanos e diversidades (REGULUS).

O presente discurso nos mostra que ainda há enraizado dentro das instituições fortes resquícios deste conservadorismo que impede o acesso a serviços

básicos. É diante deste cenário que se faz necessário rompermos com paradigmas que ainda corroboram para uma exclusão.

Ao realizar uma breve pesquisa em sites oficiais de movimentos sociais de pessoas trans e travestis, em sítios oficiais do Governo Federal, fizemos um compilado com documentos oficiais que tratam a respeito das demandas da população transgênero.

Tais documentos não têm peso de Lei, são Portarias, Decretos, Resoluções, que de alguma forma estão diretamente ligadas a alguma conquista da população transgênero a respeito de seus direitos. Não diferente do discutido acima, esta análise se dá tendo como marco legal a Constituição de 1988, considerando os documentos a partir deste período até os dias presente. Dividiremos por eixo de interesse de cada documento para que possa estar mais bem disposta ao leitor.

Enquanto marco histórico, não somente da população trans, mas como todo o movimento de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Travestis, Intersexos (LGBTI+), a I Conferência Nacional de Políticas Públicas GLBTI, realizada no ano de 2008, realizada pelo Governo Federal, por meio da pressão dos movimentos sociais. O tema da conferência foi “Direitos Humanos e Políticas Públicas: o caminho para garantir a cidadania de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais”, que tinha como objetivo ampliar metas para a cidadania, bem como o enfrentamento à violência e discriminação. Desta, surge a proposta de construção do Plano Nacional de Cidadania e Direitos Humanos LGBT (PNCDH-LGBT). Logo em seu texto introdutório, o PNCDH-LGBT estabelece,

Garantir os recortes de gênero, orientação sexual, raça/etnia, origem social, procedência, nacionalidade, atuação profissional, religião, faixa etária, situação migratória, especificidades regionais, particularidades da pessoa com deficiência, é uma preocupação que perpassa todo o Plano e será levada em conta na implementação de todas as suas ações. (BRASIL, 2009).

O teor PNCDH-LGBT apresenta enquanto objetivo geral estabelecido na Conferência “orientar a construção de políticas públicas de inclusão social e de combate às desigualdades para a população LGBT, primando pela intersectorialidade e transversalidade na proposição e implementação dessas políticas” (BRASIL, 2009, 10). Até este momento a população LGBTI não dispunha de nenhum aparato específico que garantisse o desenvolvimento social deste segmento. Além disso, o documento conta com princípios e diretrizes que possibilitam pensarmos o desenvolvimento de planos e ações estratégicas na construção de Políticas Públicas

que atendam as especificidades deste segmento, construídas num sentido de pluralidade, a partir das experiências da população.

O quadro abaixo apresenta alguns destes documentos que tratam a respeito das demandas da população trans no eixo de saúde. Os documentos tratam, principalmente, a respeito do Processo Transexualizador, que segundo Jesus (2012), é o processo a qual pessoas trans passam para que o corpo adquira as características físicas do gênero a qual o sujeito se identifica. Tais documentos emergem, em sua grande maioria, do Conselho Federal de Medicina.

No tocante à saúde a Política Nacional de Saúde Integral LGBT (Portaria 2.836 de 1º de dezembro de 2011) apresenta-se como importante instrumento a um direito fundamental que por tanto tempo foi negligenciado às pessoas trans em decorrência de fatores sociais de discriminação.

A regulamentação de tal política marca o reconhecimento da discriminação e preconceito que permeiam o espaço da saúde ao que se referem o atendimento de pessoas trans. Desta forma, busca-se garantir o direito ao acesso à saúde de forma humanizada sem qualquer forma que venha a ferir o princípio da dignidade destes sujeitos. É no sentido de romper com paradigmas de preconceitos que a PNSI LGBT busca em sua implementação um atendimento humanizado, com formação da equipe técnica de saúde, instrumentais que possibilitem atender as especificidades, além da inclusão de documentos para notificação de violência, como bem fica explicitado na Cartilha da PNSI LGBT, do Ministério da Saúde.

Com a portaria 2.803 de 19 de novembro de 2013 se estabeleceu a ampliação do Processo Transexualizador no Sistema Único de Saúde. A portaria estabelece os requisitos para o acesso ao procedimento, porém, a implementação nas unidades de saúde ainda são bandeira de luta do movimento social. A precariedade do SUS, assim como a falta de recursos a políticas públicas fragiliza a efetivação e todo e qualquer direito à população, e os reflexos à população trans apresenta-se de forma ainda mais preocupante considerando as condições às quais este grupo é submetido, onde os muitos se encontram fora do mercado de trabalho, com pouca escolaridade e em situação de vulnerabilidade.

No ano de 2018 a Organização Mundial da Saúde retira da Classificação Internacional de Doenças a transexualidade, importante conquista tanto para os movimentos quanto para as pessoas trans que durante anos sofreram com a

patologização de sua condição trans. Ainda neste ano o cenário político apresentou um marco durante as eleições de 2018, candidatas transexuais concorreram e foram eleitas para cargos públicos, reforçando a luta destas pessoas que ao longo da história buscam reconhecimento, representatividade e a efetivação de direitos.

TIPO	NÚMERO	ANO	ORIGEM	ASSUNTO
Resolução (Revogada)	1.482	1997	Conselho Federal de Medicina	Autorizar, a título experimental, a realização de cirurgia de transgenitalização do tipo neocolpovulvoplastia, neofaloplastia e ou procedimentos complementares sobre gônadas e caracteres sexuais secundários como tratamento dos casos de transexualismo
Resolução (Revogada)	1.652	2002	Conselho Federal de Medicina	Dispõe sobre a cirurgia de transgenitalismo e revoga a <u>Resolução CFM nº 1.482/97</u> .
Resolução (Revogada)	1.952	2002	Conselho Federal de Medicina	Dispõe sobre a cirurgia de transgenitalismo e revoga a Resolução do CFM 1.482/97
Portaria (Revogada)	1.707	2008	Ministério da Saúde	Institui, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), o Processo Transexualizador, a ser implantado nas unidades federadas, respeitadas as competências das três esferas de gestão.
Resolução	1.955	2010	Conselho Federal de	Dispõe sobre a cirurgia de

			Medicina	transgenitalismo e revoga a Resolução CFM no 1.652/02.
Portaria	2.836	2011	Ministério da Saúde	Institui, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), a Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (Política Nacional de Saúde Integral LGBT).
Portaria	2.803	2013	Ministério da Saúde	Redefine e amplia o Processo Transexualizador no Sistema Único de Saúde (SUS).
Portaria	807	2017	Ministério da Saúde	Altera o art. 12 da Portaria nº. 2.803/GM/MS, de 19 de novembro de 2013, que redefine e amplia o Processo Transexualizador no Sistema Único de Saúde (SUS).
-	11ª ed do CID	2018	Organização Mundial de Saúde	Retirada da transexualidade da lista de doenças e distúrbios mentais <sup>4</sup>
Resolução	2.265	2019	Conselho Federal de Medicina	Dispõe sobre o cuidado específico à pessoa com incongruência de gênero ou transgênero e revoga a resolução CFM nº 1995/2010
Portaria	1.370	2019	Ministério da Saúde	Inclui na Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses, Próteses e

<sup>4</sup> Para mais informações acesse o site da Organização Mundial da Saúde:  
[https://www.paho.org/bra/index.php?option=com\\_content&view=article&id=5702:oms-divulga-nova-classificacao-internacional-de-doencas-cid-11&Itemid=875](https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=5702:oms-divulga-nova-classificacao-internacional-de-doencas-cid-11&Itemid=875) Acessado em Dez/2019.



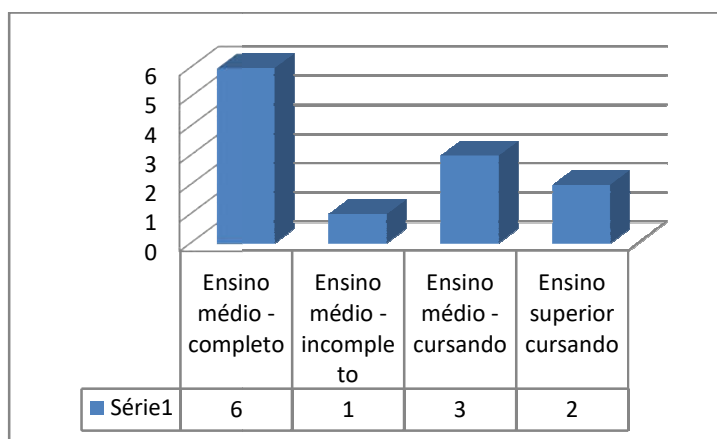
				Materiais Especiais do SUS, o seguinte procedimento de redesignaçãosexual
--	--	--	--	---

**Quadro 05:** Eixo Saúde

**Fonte:** Pesquisa Documental, elaborada pelo autor (2020).

No campo da educação, notamos as dificuldades de acesso das pessoas LGBTs, principalmente ao que se refere às transexuais e travestis. Os estigmas e preconceitos permeiam o campo desta política pública e as violências ocorrem nos mais variados níveis da educação, resultando em maiores índices de evasão. Para Louro (1997), a escola é um campo em que se constroem diferenças, distinções e desigualdades, em sua trajetória histórica já há a separação dos sujeitos. “Currículos, normas, procedimentos de ensino, teorias, linguagem, materiais didáticos, processos de avaliação são, seguramente, loci das diferenças de gênero, sexualidade, etnia [...]” (LOURO, 1997, p. 64).

Ao questionarmos quanto à escolaridade da população trans entrevistada, obtivemos o seguinte resultado explicitado na tabela a seguir:



**Gráfico 03:** Escolaridade dos/as entrevistados/as

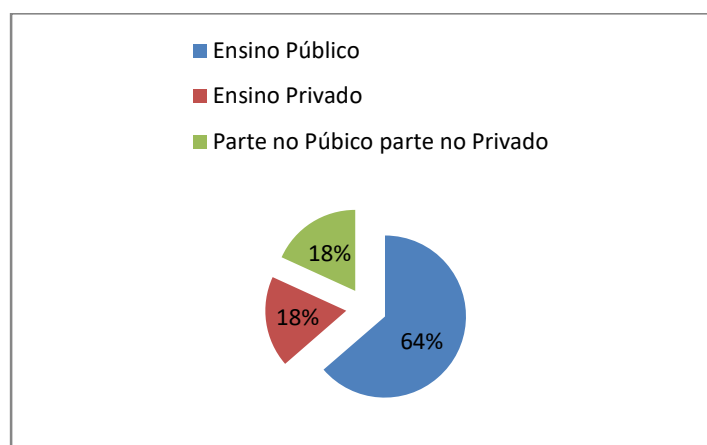
**Fonte:** Pesquisa de campo (2020).

Quanto à escolaridade, seis nos informaram que possuem o ensino médio completo, enquanto três destes estão cursando este mesmo período. Dois entrevistados ingressaram na universidade. Uma desta nos informou que não pode concluir o ensino médio, tendo que se dedicar a sua sobrevivência na sociedade, mas demonstrou interesse em continuar os estudos e ingressar num curso universitário.

Devem-se buscar estratégias que possibilitem construir um espaço de formação, seja escolar ou acadêmico, que abarque os mais complexos grupos sociais. No campo da universidade a presença de pessoas transexuais apresenta-se forma reduzida, conforme aponta a ASSOTRAM, o ingresso às universidades tem se colocado principalmente pela falta de escolarização desta população, a ausência nos ensino fundamental e médio tem se dado pela exclusão e preconceito, acarretando na evasão escolar. De acordo com pesquisa realizada pela Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Travestis, em 2016, 68% dos estudantes entrevistados sofreram algum tipo de agressão verbal na escola por sua identidade de gênero, resultando 25% com violência física, este, portanto, é um espaço que está sendo conquistado a passos lentos, um direito que vem sendo negligenciado em nome de um conservadorismo presente na sociedade.

Considerando que “o processo de heteronormatividade sustenta e justifica instituições e sistemas educacionais, jurídicos, de saúde e tantos outros” (LOURO, 2018, p.99), e que estes sistemas estão construídos a partir do ser heterossexual e apresentam-se enquanto sujeitos qualificados para usufruí-los, conforme aponta Louro (2018), devemos buscar o sentido e a efetividade da cidadania trans sob a ótica do direito, tendo em vista que outros sujeitos que fogem às normas estão relegados ao segundo plano ou devem contentar-se com meios alternativos e inferiores que excluem.

Dados como estes nos mostram a necessidade de refletirmos acerca do modo que tem se dado o processo de escolarização em nosso país que tem nos currículos matérias que sejam voltadas para a cidadania e direitos.



**Gráfico 04:** Tipo de ensino dos/as entrevistados/as  
**Fonte:** Pesquisa de campo (2020).

Dentre os/as entrevistados/as, 64% estudam ou estudaram no ensino público, 18% no ensino privado e 18% estudou em parte no ensino público e parte ensino privado. Este dado representa o quão necessário se faz os debates em torno do campo de estudos sobre Gênero e Sexualidade nas escolas, sobretudo de ensino público.

Na análise do perfil socioeconômico se faz importante buscarmos compreender a política de educação na vida dos/as entrevistados/as, considerando que a falta desta política reverbera em outras expressões da questão social.

De acordo com dados da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES)<sup>5</sup>, um total de apenas 0,2% são os estudantes do Ensino Superior da rede pública identificam-se como transgênero, vale ressaltar que nesta pesquisa a porcentagem de estudantes que as abstiveram de responder a ao questionamento sobre identidade de gênero corresponde a 4,5%, e os que preferiram não se classificar corresponde a 3,7%, um quantitativo expressivo que nos traz muitas indagações a respeito do modo o e o que os debates em torno das identidades de gênero estão sendo levados a estes estudantes e as motivações que os levaram a não se classificarem? Foi somente a partir do ano de 2019 que estudantes trans puderam ter o Nome Social, que nos termos de Jesus (2012) representa o nome ao qual travestis e transexuais se identificam, respeitados nas instituições de ensino público do Brasil.

O quadro a seguir mostra o quanto a Política Pública de Educação é negligenciada aos corpos trans, a tardia aprovação deste decreto representa anos de desrespeito e segregação daqueles que ainda não tinham seus Registro Civil retificado.

TIPO	NÚMERO	ANO	ORIGEM	ASSUNTO
Resolução	1	2019	Ministério da Educação	Define o uso do nome social de travestis e transexuais nos registros escolares

**Quadro 06 – Eixo Educação**

**Fonte:** Pesquisa Documental, elaborada pelo autor (2020).

<sup>5</sup>A pesquisa completa pode ser visualizada por meio do link: <http://www.andifes.org.br/wp-content/uploads/2019/05/V-Pesquisa-Nacional-de-Perfil-Socioecon%C3%B4mico-e-Cultural-dos-as-Graduandos-as-das-IFES-2018.pdf> Acessado em julho/2020.

Outro dispositivo que contribuiu para a garantia da cidadania trans foi a decisão do Supremo Tribunal Federal na Ação Direta Inconstitucional (ADI) 4275 que teve diversas entidades representativas de pessoas trans envolvidas, refere-se à alteração do Registro Civil sem a necessidade de judicialização da causa ou da cirurgia de redesignação sexual, reafirmado pelo Provimento Nº 73/2018 do Conselho Nacional de Justiça, estes dispositivos facilitam a mudança e a utilização do nome social em documentos oficiais.

Para Bento (2014), há uma cidadania precária e o uso do nome social representa um primeiro passo para a garantia de direitos, porém, há uma série de dificuldades burocráticas para a implementação de tal medida. “O que se observa no Brasil é a total ausência de uma legislação que assegure os direitos fundamentais às pessoas trans” (BENTO, 2014, p. 172). É neste sentido que se faz necessário buscar mecanismos que possibilitem assegurar os direitos fundamentais a esta população por meio de resoluções, normativas e portarias, porém, a necessidade de legislações específicas que garantam tais direitos é fundamental para o estabelecimento de medidas mais eficazes.

Estamos diante de uma normatização que se refere ao nível capilar das relações sociais. E sua necessidade foi orientada por uma sensibilidade muito singular: garantir que as normas gerais ganhem vida onde a vida de fato acontece: nas microinterações cotidianas. Esta resolução respaldou-se, principalmente, na Constituição federal de 1988, que dispõe que todos são iguais perante a lei, sem distinção ou discriminação de qualquer natureza, e garante a educação como direito de todos, em igualdade de condições de acesso e permanência, e na Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (LDB), que estabelece que o ensino seja ministrado com respeito à liberdade e apreço à tolerância. (BENTO, 2014, p. 176).

Conforme tratado anteriormente, os processos de judicialização de ações por parte de movimentos sociais de pessoas trans representa um dado significativo da ausência do Estado, e de medidas do Legislativo, para suprir as necessidades do reconhecimento da identidade transgênero nos espaços públicos, nas escolas, hospitais.

O Poder Judiciário tem se colocado diante deste cenário enquanto um órgão auxiliar para garantia dos direitos das pessoas trans. O quadro abaixo mostra alguns documentos oficiais que possibilitam às pessoas transgênero um olhar para sua cidadania, onde o nome civil seja respeitado, o processo de desburocratização de retificação de nome seja implementada com eficiência, que medidas contra a

violência, negligência e supressão de direitos sejam viabilizados através de Políticas Públicas.

<b>TIPO</b>	<b>NÚMERO</b>	<b>ANO</b>	<b>ORIGEM</b>	<b>ASSUNTO</b>
Plano Nacional	-	2008	Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República	Traz as diretrizes e ações para a elaboração de Políticas Públicas voltadas para esse segmento, mobilizando o Poder Público e a Sociedade Civil Organizada na consolidação de um pacto democrático
Resolução	12	2015	Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoções dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais – CNCD/LGBT	Estabelece parâmetros para a garantia das condições de acesso e permanência de pessoas travestis e transexuais – e todas aquelas que tenham sua identidade de gênero não reconhecida em diferentes espaços sociais – nos sistemas e instituições de ensino, formulando orientações quanto ao reconhecimento institucional da identidade de gênero e sua operacionalização.
Portaria	202	2018	Ministério de Direitos Humanos	Institui o Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência LGBTfóbica
Ação Direta de	4.275	2018	Supremo	Alteração do nome

Inconstitucionalidade			Tribunal Federal	civil em cartórios de registros de pessoas naturais sem a necessidade de ação judicial
Provimento	73	2018	Conselho Nacional de Justiça	Averbação da alteração do prenome e do gênero nos assentos de nascimentos e casamento de pessoas transgênero no Registro Civil de Pessoas Naturais
Decreto	8.727	2016	Presidência da República	Dispõe sobre o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis e transexuais no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

**Quadro 07 – Eixo Justiça e Cidadania**

**Fonte:** Pesquisa Documental, elaborada pelo autor (2020).

No tempo presente, onde direitos humanos são questionados e vistos como não necessário, é fundamental nos empoderar dos acontecimentos que violam toda e qualquer forma de dignidade da pessoa humana, aprofundarmos nos assuntos que permeiam esta dimensão da realidade.

A garantia do acesso a direitos deve perpassar a todos os segmentos de nossa sociedade, desta forma, pensar políticas publicas que sejam transversais entre si, no atendimento e no acesso a direitos enquanto estratégia que possibilite viabilizar o acesso a serviços básicos que garantam a dignidade da pessoa humana é um princípio básico para legitimação da garantia plena da cidadania de pessoas transgênero.

Ao questionarmos quanto o conhecimento de alguma legislação e/ou política que lhe beneficia e se utiliza alguma desta em seu cotidiano, obtivemos os seguintes discursos:

<b>Sírius</b>	Sim, conheço. Sim, a decisão do STF que garante a retificação do nome de pessoas trans diretamente no cartório que foram registradas.
<b>Pollux</b>	Conheço bem pouco. Sim, da retificação do nome social.
<b>Mirzan</b>	O direito de usar o nome social aonde quer que eu vá. O direito de trocar a minha documentação, e finalmente de garantir viver na sociedade plena. Processo transexualizador no Ambulatório do Pan da Codajás.
<b>Adhara</b>	Sim. Sim
<b>Rígel</b>	Sim. Uso do nome social na minha escola no Ensino médio, sendo o único a usar.
<b>Hadar</b>	Não, infelizmente, de acordo com o requisito não averigüei. Não, pois não conheço.
<b>Vega</b>	Não. Não.
<b>Alnitak</b>	Sim. Pude realizar a retificação do meu nome em 2019, e anterior a retificação eu fazia uso de nome social na faculdade, e utilizava banheiros públicos de acordo com a minha identidade de gênero. E conheço o espaço da Delegacia Geral, o qual notifica denúncias de transfobia. Faço uso das políticas públicas de saúde voltadas à população trans. Além de possuir todos os documentos retificados, sem ter feito uso de processos judiciais.
<b>Bellatrix</b>	Não tenho tanto conhecimento, apenas do básico. Faço, sobre o nome social nos estabelecimentos, mas nem todo mundo sabe sobre isso.
<b>Canopus</b>	Não. Não.
<b>Alhena</b>	Sim, o decreto do STF de Fevereiro de 2018, que permite a possibilidade de retificação de nome e gênero na certidão de nascimento, diretamente nos cartórios, sem ser necessário o um laudo psiquiátrico, e sem necessidade de cirurgia, e o acolhimento de mulheres trans/Travestis na lei Maria da Penha. No momento não, estou em processo judicial para retificar meus documentos.
<b>Saiph</b>	Sim, a lei sobre o uso de nome social, a criminalização da homotransfobia, entre outros. Já fiz, quando precisei retificar meus documentos para o nome social

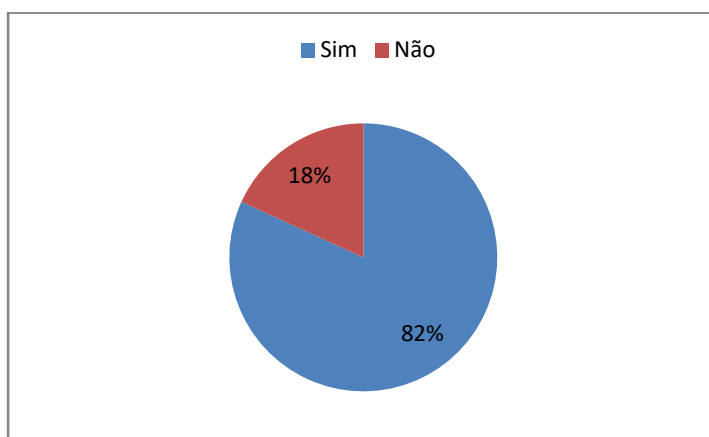
**Quadro 08:** Conhecimento sobre legislações

**Fonte:** Pesquisa de campo, 2020

Hadar, Vega, Bellatrix e Canopus nos informaram que desconhecem estas legislações a fundo, portanto não podendo discorrer mais sobre. Já os demais,

conhecem algumas legislações, assim como usufruem dos direitos que eles lhes concerne.

As pessoas trans participantes da pesquisa, ao serem questionadas acerca do conhecimento dos serviços ou normativas que atendam suas necessidades específicas, 82% destes conhecem algum serviço e 18% desconhecem totalmente os serviços que lhe são oferecidos pelo poder público. Isso é um reflexo da escassez de informações e divulgações destes serviços, conforme um dos entrevistados nos saliente “eu desconheço, não é algo que é tão falado, fiquei sabendo por meio de amigos, se existe é preciso divulgar!” (HADAR).



**Gráfico 05:** Conhecimento sobre os serviços do sistema público

**Fonte:** Pesquisa de campo, 2020.

Os corpos trans representam corpos de resistência ao Estado, à sociedade e toda a violência praticada por estes. Diante de um cenário de exclusão, de discursos que reverberam a segregação e o desrespeito, do atual chefe de Estado do Brasil, é preciso articular, mobilizar e enfrentar as lutas cotidianas, é necessário mudarmos o cenário que estamos inseridos, estas dimensões de representatividade veremos no tópico a seguir.

### **2.3 Todos são iguais perante a lei? Luta e resistência pelo reconhecimento identitário e cidadania de pessoas transgênero.**

Diante de um cenário de retrocessos e retiradas de direitos, onde discursos moralizantes ecoam, estigmatizando e excluindo, principalmente, aqueles que não se enquadram em padrões estabelecidos socialmente, ferindo a dignidade e a



defesa dos direitos humanos, se coloca em questão a necessidade de compreendermos o reconhecimento das identidades e dos direitos que permeiam as transgeneridades.

Desta forma, faz-se necessário entender essa temática a partir de um processo de construção das identidades, abarcando as mais diversas expressões envoltas nelas. Assim posto, compreende-se que o processo histórico, lutas sociais e conflitos presentes no bojo do processo de formação da sociedade se fazem constantes em todos os aspectos de sociabilidade e formação das identidades, portanto, o sentido de identidade é dado a partir desta compreensão sócio-histórica, nos antagonismos e dinâmicas da sociedade.

Compreender como se dá este processo de construção de identidade e reconhecimento da população trans, em sua trajetória histórica de luta por meio de movimentos sociais faz-se necessário no tocante a busca pela legitimação de direitos que garantam a cidadania, bem como o acesso a bens e serviços das políticas públicas.

Partimos aqui da compreensão de movimentos sociais em seu processo histórico a partir da década de 1970, período em que o Brasil passava pelo processo de redemocratização, onde a luta dos movimentos sociais se fizeram presentes na conquista da garantia da efetivação de direito na promulgação da Constituição Federativa do Brasil de 1988. A definição desta categoria ainda se encontra em constante discussão, não há uma concepção única de movimentos sociais, mas podemos compreendê-los a partir da análise de Gohn (2011, p.335) que aponta os movimentos sociais como sendo “ações sociais coletivas de caráter sociopolítico e cultural que viabilizam formas distintas de a população se organizar e expressar suas demandas”. A partir desta premissa, entenderemos aqui o movimento social enquanto organização político-social.

A concepção de movimentos sociais, segundo Gohn (2011), se dá em todo o movimento histórico da sociedade, tendo em vista que representam forças sociais organizadas, realizando diagnósticos e construindo propostas a respeito da realidade social. “Os movimentos sociais são fontes de inovação e matrizes geradoras de saber” (GOHN, 2011, p. 362). É no bojo dos antagonismos presentes em nossa sociedade que se farão notar a presença de movimentos sociais que lutam pela garantia e efetivação de direitos. Considerando os sujeitos que estão

diante das complexidades da sexualidade, apresentando relações não-heteronormativas ou identidades de gêneros não correspondentes ao sexo biológico e que fogem do binarismo de gênero, podemos presenciar discursos moralizantes e conservadores que estigmatizam, excluem e, portanto, negligenciam o acesso aos direitos fundamentais, tais como saúde e educação, por exemplo, além desta população sofrer as mais variadas formas de violência, física, psicológica, simbólica, entre outras que ferem o princípio da dignidade da pessoa humana, garantido pela Constituição Federal do Brasil, de 1988, e por outros documentos internacionais.

. A mobilização e a organização da sociedade se colocam como campos privilegiados de discussões e debates acerca da garantia de direitos. Nesta luta constante em garantir e efetivar direitos, o movimento social de pessoas trans se faz de extrema necessidade enquanto organização política e social, na participação de debates e diálogos com o Estado, a fim de buscar ter voz ativa frente às ideologias do neoconservadorismo que assola a sociedade e as representações políticas e o reconhecimento de suas identidades.

O (não) reconhecimento das identidades transgênero no cenário político, nas políticas públicas, nas legislações e na sociedade representa a necessidade pensarmos em mecanismos que contribuam para romper com paradigmas de exclusão. O reconhecimento é, segundo Honneth (2003), uma forma possível para conceder identidade a um indivíduo, entendida sob a ótica da liberdade individual e da autonomia. A luta por reconhecimento representa, portanto, uma luta pela construção da identidade enquanto um processo de construção social. Desta forma, o reconhecimento está interligado às dimensões de identidade.

Para Honneth (2003), o reconhecimento está estabelecido a partir de estruturas das relações sociais, onde o mesmo as caracteriza a partir das relações primárias, amor e amizade, estabelecida a partir da natureza afetiva; relações jurídicas, dos direitos, postas na imputabilidade moral; e da comunidade de valores, da solidariedade, enquanto capacidades e propriedades.

Berenice Bento (2008) discute esta categoria reconhecimento fazendo uma indagação pertinente logo no título de seu trabalho “Identidade legal de gênero: reconhecimento ou autorização?”. A autoria inicia seu debate trazendo o reconhecimento das identidades trans por vias legislativas, que no caso do Brasil são inexistentes, há apenas propostas de projetos de lei, onde a primeira proposição

data do ano de 1995, porém, assim como outros projetos voltados aos interesses deste segmento não obteve êxito. O que a autora propõe é um debate em torno de como este reconhecimento parte não somente do indivíduo que se reconhece ou não como tal, mas da necessidade de aparatos legais que possibilite o reconhecimento das identidades trans por vias legislativas e/ou jurídicas por meio de intervenção do Estado.

Considerando a dimensão social das expressões das desigualdades em torno das identidades de gênero deve ser confrontada numa perspectiva de emancipação dos sujeitos e na garantia de direitos. É neste sentido que se coloca em questão os direitos das pessoas trans enquanto garantia de sua cidadania, tendo em vista que este grupo encontra-se socialmente excluído por não enquadrarem-se na lógica binária de homem-mulher socialmente imposta por uma ordem ideológica.

Ainda há um longo caminho a se percorrer no processo de concretização dos direitos. O tempo presente expressa constantes retiradas de direitos em prol a lógica da classe dominante, desemprego, miséria, saúde precária, educação colocada em último plano, enfim, inúmeras são as formas de negligência de direitos sociais à população. No tocante ao segmento da população trans, estas dimensões da exclusão social intensificam a medida que o Estado não reconhece as identidades trans enquanto condição humana que requer atenção quando suas demandas, mas que também busca o reconhecimento de seus direitos tanto quanto pessoas cis.

A ausência de legislações específicas a este segmento da população contribui para a não efetivação de direitos básicos, conforme discutimos anteriormente. Os documentos oficiais que visam a garantia dos direitos as pessoas transgênero partem, principalmente, de medidas do Supremo Tribunal Federal ou mesmo do Supremo Tribunal de Justiça, e de Conselhos profissionais, o caso do Conselho Federal de Medicina, que no uso de suas atribuições atendem a solicitação geradas a partir das necessidades de efetivação de ações para o atendimento à esta população levadas por meio de entidades representativas, como movimentos sociais.

Os espaços conquistados até aqui são frutos de lutas e mobilização, geralmente individuais, potencializados pela inserção dos coletivos trans, “que se

caracteriza por políticas de identidades ou identitárias” (JESUS, 2012b). Afinal, como se constituem os movimentos transgênero na sociedade brasileiro?

Para iniciarmos, a emergência de um movimento de representação específica para a chamada população T – travestis e transexuais – se dá diante de um contexto de invisibilidade dentro do movimento social LGBTI. Para entendermos este processo, partimos das premissas de Facchini (2009), que ao abordar o movimento LGBT, considera seu processo histórico a partir da disputa coletiva.

Na luta dos sujeitos que tem direito por direito (CARRARA, 2010), constroem-se mecanismos diversos de reconfiguração destes sujeitos com o propósito de enquadrarem diante dos dispositivos sociais. Nos mais variados campos de sociabilidade edificam-se arenas de conflito onde o movimento social se faz presente buscando dar voz aqueles silenciados. Não diferente, o movimento de pessoas trans constrói-se diante de um cenário antagônico de resistências do reconhecimento identitário.

Para Jesus (2012b), o movimento transgênero tem conquistado cada vez mais visibilidade, demonstrando a complexidade das identidades subjetivas trans. O corpo, a identidade e o indivíduo não se estabelecem de forma estática, se molda e (des) constrói. É neste movimento que as entidades representativas buscam fomentar discussões que permitam se fazer respeita suas identidades, sua subjetividade e seu reconhecimento perante os olhares tortos de uma sociedade fundada na moralidade cristã.

Entre avanços e retrocessos, ainda estamos distantes, principalmente na realidade brasileira, de um estado de plena cidadania para as pessoas trans. A possibilidade de progredir nessa direção está, sob a ótica da mobilização social como forma de influência dos grupos sociais marginalizados, em que as pessoas que vivenciam a dimensão das transgeneridades (ou trans generalidades), orientadas por políticas de cunho identitário, tornem a sua realidade cada vez visível, e continuem lutando, dentro dos sistemas legais e políticos, para propiciar um maior reconhecimento de sua humanidade e da justiça de suas várias demandas. Dentre elas, o direito à identidade, e antes desta, o direito à vida. (JESUS, 2012b, p. 11).

Tais colocações nos permitem aproximar das dimensões presentes na luta pelo reconhecimento identitário na construção da cidadania de pessoas trans. São movimentos que nascem na rua, em grupos e pela necessidade. Para isto, a constituição dos movimentos de pessoas transgêneros/transexuais passou a ganhar força, garantindo que as transgeneridades pudessem ganhar visibilidade nas agendas políticas e o direito à cidadania, em âmbito nacional, estadual e municipal.

Atualmente, a Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA)<sup>6</sup> tem se colocada a frente das mais diversas lutas pela causa das pessoas trans no Brasil, a fim de garantir e desenvolver ações para a promoção de direitos e resgate da cidadania das pessoas transexuais e travestis.

Iniciando as atividades no ano de 1992 como Associação de Travestis e Liberados (ASTRAL), na cidade do Rio de Janeiro, o movimento articulava estratégias que possibilitassem maior visibilidade das causas que ainda eram renegadas mesmo dentro do movimento LGBT. Para compor uma articulação com outros movimentos, foi realizado no ano de 1993 o I Encontro Nacional de Travestis e Liberados que Atuam na Prevenção da AIDS – ENTLAIDS, onde se notou a pouca participação de transexuais e travestis nestes movimentos. A partir das mobilizações do ANTRA projetos voltados para travestis e transexuais passaram a ser pensados como forma de articulação e aproximação daquelas/daqueles que estavam distante do movimento.

Essa mobilização se deve da tentativa de dar visibilidade as expressões da questão social que pessoas trans vêm sofrendo cotidianamente. De acordo com dados do Mapa dos Assassinatos<sup>7</sup> da ANTRA, no ano de 2017 o número de assassinatos registrados foi de 179, sendo 169 travestis e mulheres trans e 10 homens trans, colocando o Brasil no topo dos indicadores de maior índice de violência contra travestis e transexuais. Os dados reforçam a necessidade da luta e resistência no combate de toda e qualquer forma de violência, de retirada de direitos, negligência ou transfobia.

No âmbito regional, a representatividade da população trans é dada pela Associação de Travestis, Transexuais e Transgênero do Amazonas (ASSOTRAM), sua trajetória se deu a partir do III Encontro Regional de Travestis, Transexuais e Homens Trans, realizado em 2017, em Manaus/AM. A partir do compartilhamento de experiências de quatro mulheres trans, surgem as inquietações acerca da ausência de uma representação específica de pessoas trans e travestis na região.

Segundo a Ata de constituição, ao dia 16 de agosto de 2017, às 15horas, reuniram-se em Assembléia Geral com instituição de convocação para formação do corpo gestor da ASSOTRAM, com a finalidade, única e exclusiva, fundar uma associação civil sem fins lucrativos e de natureza não governamental, constituindo-se como pessoa jurídica, sem fins políticos partidários. Além disso, objetivou-se com esta instituição a união de forças e

---

<sup>6</sup> Disponível em: <https://antrabrasil.org/>

<sup>7</sup> Disponível em: <https://antrabrasil.org/mapadosassassinatos/>

representatividade para trabalhar em conjunto com os demais grupos e entidades municipais, estaduais, nacionais e internacionais que lutam igualmente pelos direitos de lésbicas, gays, bissexuais, travestis, mulheres e homens transexuais. (ASSOTRAM)<sup>8</sup>.

Desde então o movimento tem promovido palestras, eventos, debates acerca das experiências, dos direitos, e ausência deles, para a população trans amazonense.

Além deste, outro movimento, com especificidade para homens trans, está em construção em Manaus, é o Coletivo O Gênero, que não constando nenhum site ou descrição, não se pode dissertar acerca de sua história, porém, sua existência é concreta nas redes social<sup>9</sup>, onde estão ativamente desenvolvendo a disponibilização de assuntos pertinentes à população trans.

A representação social de ativistas de homens e mulheres trans é responsável pelo aumento da consciência política deste segmento da população (JESUS, 2012). Os espaços têm sido conquistados, principalmente, por meio do ativismo online (MACHADO, apud JESUS, 2012), onde a rede social é o mecanismo de aproximação entre os sujeitos, além dos métodos tradicionais de mobilização, marchas, caminhadas, paradas, e outros.

Os movimentos estão na linha de frente das mobilizações pela luta da garantia de direitos da população trans. No cerne de seu desenvolvimento, a luta política pela representação social deste grupo se faz diante de contradições e antagonismos no reconhecimento identitário e na ineficiência do Estado na formulação de leis que possam garantir a estes o acesso aos serviços essenciais.

Os desafios presentes apresentam-se como fator crucial para articulação de movimentos que lutem pela garantia de direitos e da cidadania das pessoas trans. Ao logo da trajetória do movimento social alguns direitos foram sendo conquistados.

Apesar de tais conquistas, as entidades representativas de pessoas trans ainda buscam a efetivação concreta de tais medidas por diversos setores da sociedade, além buscarem ampliar o acesso à cidadania de pessoas trans, além da reafirmação de direitos já estabelecidos pela Constituição Federal de 1988 e que ainda são negligenciados a este segmento social.

---

<sup>8</sup> Retirado do histórico da ASSOTRAM, disponível em: <http://assotram.com.br/nossa-historia/> Acessado em julho/2020.

<sup>9</sup> Redes Sociais do Coletivo O Gênero: [www.instagram.com/ogenerocoletivo](http://www.instagram.com/ogenerocoletivo) (@ogenerocoletivo).

Articular com o movimento social que está à frente das lutas de pessoas trans é um importante mecanismo de estabelecer um diálogo fluido com estes sujeitos, não sendo ações de cima para baixo, mas compreendendo de fato os desafios vivenciados por estes em seu cotidiano.

Sob este viés que se vislumbra um campo de disputas. Arenas conflituosas entre a justiça e moral, onde pessoas transgêneros encontram-se meio a conflitos pela garantia de gozar dos mesmos direitos plenos enquanto cidadãos e cidadãs, onde nenhuma forma de preconceito cerce a capacidade destes seres e que o poder existir seja garantido e suas vidas não estejam a mercê de nenhum ato transfóbico. É sob estes meandros que lutar e resistir é preciso, que a bandeira é hasteada, que vozes ecoam na luta constante dos que se encontram nessa arena de disputas.

Diante do exposto, compreender os desafios postos às pessoas trans no acesso aos serviços das políticas públicas requer um olhar para as especificidades de suas demandas, diante do contexto de preconceito e discriminação que ainda apresentam-se enquanto um fator excludente em nossa sociedade. É importante salientar que reconhecer o processo dinâmico no qual estão postas as identidades de gênero é um instrumento fundamental para rompermos com paradigmas históricos de preconceito. Portanto, cabe a nós aproximarmos das questões que permeiam às minorias sociais em sua luta pela garantia de direitos.

As lutas do movimento trans estão no campo político tem representado conquistas que antes se viam de forma excludente por qualquer aparato legal. A partir de mobilizações sociais as pessoas transgêneros puderam gozar do direito ao uso do Nome Social, representando uma das primeiras conquistas deste movimento na luta pelo reconhecimento identitário pelo poder público.

Portanto, é necessário buscar a garantia do acesso a direitos, o qual deve perpassar a todos os segmentos de nossa sociedade, ao pensar em ações articuladas, programas, projetos, legislações e políticas que atendam aos pressupostos desta população e sejam transversais entre si, no atendimento e no acesso a direitos enquanto estratégia que possibilite viabilizar o acesso a serviços básicos que garantam a dignidade da pessoa humana. Cabe o dever de nos debruçarmos sobre a temática, a fim de compreender as especificidades da população transgênero nos mais variados campos, viabilizando e garantindo direitos,

pensando em ações e estratégias que possibilitem o acesso equitativo as políticas públicas resguardando as especificidades de cada um.

Desta forma, buscar construir uma rede de apoio entre poder público e movimentos sociais representa um ganho significativo para a população trans e contribui para a garantia de direitos, e que estes possam ser ouvidos em suas singularidades e particularidades, tendo, assim, suas demandas atendidas de forma ampliada, nos mais variados aspectos da vida social.

E para isto, os movimentos sociais buscam, também, representações políticas, por meio de partidos políticos, ou mesmo candidatando-se, como estratégia de ampliação dos debates das pautas trans nas Câmaras, Assembleia ou mesmo no Congresso e no Senado, com o intuito de garantir que propostas e ementas inclusivas. Segundo dados da ANTRA, neste ano de 2020, foi possível contabilizar 281 (duzentos e oitenta e uma) candidaturas pessoas trans e travestis que concorrem ao cargo de representante nas Câmaras municipais, um salto de 209% em relação a eleição municipal de 2016.

De acordo com dados do Senado Federal<sup>10</sup> e da ANTRA<sup>11</sup>, pelo menos 27 pessoas trans foram eleitas para a Câmara Municipal nas eleições de 2020. É um ganho significativo na luta pela visibilidade e reconhecimento para a cidadania trans na luta contra o preconceito. Sob a ótica de Jesus (2012b), a tomada de espaço de pessoas trans tem se dado a partir de mobilizações políticas de diferentes agentes e em meios variados de sociabilidade.

A partir destas estratégias que se ampliam as possibilidades de discussões em torno das demandas trans nos espaços públicos. A cobrança e a luta dos movimentos sociais são fundamentais para manter um diálogo entre as instituições do poder público e seus representantes sociais.

Quando tratamos a questão das conquistas de direitos por pessoas trans, é necessário compreendermos que é um processo ainda andamento, considerando a falta de ações e serviços voltados para as demandas deste seguimento, bem como os fatores que acarretam no impedimento ao acesso a estes. É necessário rompermos com as formas de dominação desta sociedade fundada em um patriarcado branco, cis, hétero, onde toda e qualquer forma que foge das normas

---

<sup>10</sup>Fonte: Portal do Senado. <https://www12.senado.leg.br/radio/1/noticia/2020/11/18/eleicao-tem-recorde-de-pessoas-trans-eleitas-para-camaras-de-vereadores>. Acessado em dez/2020.

<sup>11</sup> Fonte: ANTRA <https://antrabrasil.org/eleicoes2020/>. Acessado em dez/2020.



deste sistema está fadado à exclusão. E identificar o espaço que os corpos trans ocupam que, segundo Jesus (2012b, p. 03), “o espaço reservado a elas é o da exclusão extrema, sem acesso a direitos civis básicos, sequer ao reconhecimento da identidade”

A retirada de direitos representa uma das formas de maior segregação. Reconhecer formas variadas das expressões e identidade de gênero e orientações afetivo-sexuais representa uma forma de buscarmos contribuir para romper com paradigmas sociais de exclusão e dominação nos mais variados aspectos da vida social.

O atual cenário político e social do país representa uma retomada massiva de uma onda neoconservadora que tem assolado os espaços públicos, os discursos e tem gerado retiradas de direitos sociais e mesmo a própria liberdade. Na questão dos corpos trans, tem reverberado mecanismos de poder com falas moralizantes e que propagam ódio, intolerância, e desinformação. A transfobia, enquanto fator de exclusão estrutural, conforme aponta Jesus (2012b), tem sido cada vez mais presente, tendo como base o discurso do próprio governante do país. São tempos onde lutar e resistir se faz necessário na busca incessante pela garantia de direitos básicos, inclusive o de existir.

Diante do exposto, compreender os desafios postos às pessoas trans no acesso aos serviços das políticas públicas requer um olhar para as especificidades de suas demandas, diante do contexto de preconceito e discriminação que ainda apresentam-se enquanto um fator excludente em nossa sociedade. É importante salientar que reconhecer o processo dinâmico no qual está posto o que é ser transgênero é um instrumento fundamental para rompermos com paradigmas históricos de preconceito. São corpos de resistência, que lutam sobrevivência, que buscam a dignidade e a efetividade de direitos.

Cabe a nós aproximarmos das questões que permeiam às minorias sociais em sua luta pela garantia de direitos, é necessário haver uma tomada de espaço (SILVA, 2018) dos agentes de representação social de pessoas trans enquanto porta vozes do silêncio que estes são submetidos.

Por fim, finalizando as discussões aqui pertinentes, os movimentos de representação social da população trans têm papel fundamental na construção do reconhecimento identitário pela cidadania deste segmento diante de um Estado que

se omite, em nome da moral e princípios religiosos, a legislar em função dos direitos constitucionais. Não se busca outros direitos ou prioridades, mas sim a garantia dos direitos já existentes, garantidos constitucionalmente, mas que são socialmente renegados às pessoas trans em seu cotidiano. O acesso aos serviços que poderiam garantir sua sobrevivência, como educação, saúde, emprego formal, são retirados impossibilitando-os de ter sua cidadania garantida como qualquer outro membro da sociedade que esteja na ordem cisgênero.

É claro que aqui estamos considerando a ordem dos direitos à população trans e cis, sem considerar de fato as dimensões de classe, onde se colocaria ainda mais inviável, tendo em vista a dificuldade de políticas que de fato atendam a demanda da população, no caso da população seriam duplamente retirados. Faz-se necessário, portanto, a busca por um Estado que garanta de fato os direitos fundamentais a todos, sem distinções e segregações por identidade de gênero, e políticas públicas transversais que possibilitem o acesso a bens e serviços de forma equitativa, reconhecendo todas as identidades, todos os corpos e expressões de gênero na sociedade.

### CAPÍTULO 3

## CAMINHOS PARA A CIDADANIA: O desafio do reconhecimento das transgeneridades em Manaus.

*A auto identificação segue sendo importante para desdemonizarmos a escolha por cruzar a linha, a escolha por ceder a essa pulsão e nos deixar levar para além do que fomos criadas pra ser [...] mas já há muito mais do que esse testemunho, essa auto identificação, para pensarmos as existências trans.*

*Amara Moira Rodovalho*

Nos capítulos anteriores, trabalhamos categorias fundamentais para compreendermos as questões ligadas às transgeneridades, bem como o papel do Estado diante das demandas apresentadas. Neste momento, iremos nos aprofundar na realidade local do município de Manaus/AM, onde discutiremos acerca da construção da cidadania trans na cidade, e buscaremos a partir da pesquisa exploratória, dados de agentes sociais de movimento e poder público, bem como de sujeitos que se encontram foram destas arenas representativas, pelo acesso para efetivação da cidadania.

Os enunciados trazidos neste capítulo representam os discursos proferidos pelos participantes da pesquisa, agentes institucionais, agentes sociais e população trans. Estes estarão identificados da seguinte maneira - agentes sociais: **Archenar; Arctrus; Procyon**; agentes institucionais: **Aldebarã; Antares; Regulus**; população trans: **Sirius; Pollux; Mirzan; Adhara; Rígel; Hadar; Veja; Alnitak; Bellatrix; Canopus; Alhena; e Saiph**.

Os objetivos pretendidos com esta pesquisa, conforme citado anteriormente, foi de analisar o processo de reconhecimento da construção da cidadania transgêneros partir do discurso dos sujeitos na cidade de Manaus/AM. Bem como Apresentou os aportes das construções identitárias e seus significados no cotidiano da população transgênero; Ponderou o papel do Estado no tocante a efetivação da cidadania da população trans; Desvelou os desafios de efetivação da cidadania das pessoas transgênero a partir dos sujeitos, em Manaus/AM.

As análises dos dados coletados no campo se darão a partir de representações gráficas e tabelas, além dos discursos proferidos por estes e estas participantes da pesquisa.

O enfoque aqui foi de articular as discussões teóricas com os discursos destes participantes, bem como responder o seguinte questionamento que norteou esta pesquisa: De que forma o poder público em Manaus tem reconhecido as demandas das pessoas trans?

### **3.1 Na linha de frente da busca por cidadania e resistência dos corpos trans.**

Consideramos aqui como agentes sociais os representantes de Movimentos Sociais, representado pela Associação de Travestis e Transexuais do Amazonas (ASSOTRAM), Coletivo O Gênero e Associação Manifesta LGBTQ+, considerando o reconhecimento destes na luta em dar voz aqueles que se encontram invisíveis aos olhos do poder públicos. Abordamos brevemente acerca dos movimentos específicos da população trans ASSOTRAM e O Gênero no capítulo anterior, iremos agora nos aprofundar acerca de sua função social desempenhada na luta pela garantia da efetivação de políticas e do atendimento à população trans em Manaus. A representação destes agentes sociais se dará da seguinte forma, Archenar representa o Coletivo O Gênero, Arctus representa a ASSOTRAM, e Procyon representa o Manifesta LGBTQ+.

Ao abordar o cotidiano, a violência e o movimento social, Lima (2020), traz em seu artigo a realidade manauara que percorre a construção do movimento de uma travesti militante em Manaus. Lima (2020) nos aponta a necessidade em enxergarmos o ritual de transformação como um ato político, em específico a autora debates corpos trans femininos e de travestis, mas podemos considerar seus apontamentos como necessários para entendermos este processo.

O movimento transgênero se encontra cada vez mais visível, a partir de manifestações públicas, mas principalmente pelo ativismo em rede, instrumento pelo qual fabricam novas realidades sociais, reconfigurações das relações de gênero, por meio da combinação de elementos cotidianos e extra-cotidianos, demarcando suas identidades pessoais e sociais e demonstrando, na sua práxis cotidiana, que a sua identidade de gênero não esgota sua subjetividade, sendo, portanto, seres humanos complexos, como quaisquer outros. (JESUS, 2012b, p.09).

Nesta corrente onde se buscava representação social, as pessoas trans viram a necessidade de um movimento com ênfase em suas pautas como bandeira que visasse sair dos meandros da cisgeneridade. Para isto, a constituição dos movimentos de pessoas transgêneros/transsexuais e travestis passou a ganhar força, garantindo que as estas identidades pudessem ganhar visibilidade nas agendas políticas e o direito à cidadania (FACCHINI, 2009).

Diante da necessidade de buscar por efetivação e legitimação de direitos e construir um diálogo mais próximo com o poder público, os movimentos sociais, especificamente os que lutam por causas da população trans em Manaus, se fazem presentes no bojo de lutas e desafios constantes.

O ativismo social cada vez mais frequentemente entre homens e mulheres transsexuais e travestis, praticados de formas mais ou menos intuitiva, tem aumentado a consciência política da própria população transgênero. (JESUS, 2010, p. 10)

Dentro destes movimentos específicos, é necessário considerar outras dimensões das identidades, “entre as pessoas de um mesmo grupo há diversidade: as pessoas brancas não são todas iguais, como não são as pessoas negras, mulheres, homens, indígenas, transsexuais e tantas outras.” (JESUS, 2012a, p. 7).

No âmbito regional, a representatividade da população trans é dada pela Associação de Travestis, Transexuais e Transgênero do Amazonas (ASSOTRAM), sua trajetória se deu a partir do III Encontro Regional de Travestis, Transexuais e Homens Trans, realizado em 2017, em Manaus/AM. A partir do compartilhamento de experiências de quatro mulheres trans, surgem as inquietações acerca da ausência de uma representação específica de pessoas trans e travestis na região.

Segundo a Ata de constituição, ao dia 16 de agosto de 2017, às 15horas, reuniram-se em Assembleia Geral com instituição de convocação para formação do corpo gestor da ASSOTRAM, com a finalidade, única e exclusiva, fundar uma associação civil sem fins lucrativos e de natureza não governamental, constituindo-se como pessoa jurídica, sem fins políticos partidários. Além disso, objetivou-se com esta instituição a união de forças e representatividade para trabalhar em conjunto com os demais grupos e entidades municipais, estaduais, nacionais e internacionais que lutam igualmente pelos direitos de lésbicas, gays, bissexuais, travestis, mulheres e homens transsexuais. (ASSOTRAM<sup>12</sup>)

Lima (2020, p. 340), aponta que “é a primeira associação com a finalidade de abarcar as múltiplas identidades de gênero para não comprometer o diálogo político em torno de pautas que contemplam as categorias”

---

<sup>12</sup> Retirado do histórico da ASSOTRAM, disponível em: <http://assotram.com.br/nossa-historia/> Acessado em julho/2020.

Desde então o movimento tem promovido palestras, eventos, debates acerca das experiências, dos direitos, e ausência deles, para a população trans amazonense.

Além deste, outro movimento, com especificidade para homens trans, está em construção em Manaus, é o Coletivo O Gênero, que não constando nenhum site ou descrição, não se pode dissertar acerca de sua história, porém, sua existência é concreta nas redes sociais <sup>13</sup>, onde estão ativamente desenvolvendo a disponibilização de assuntos pertinentes à população trans.

A representação de pessoas trans em Manaus se dá a partir de uma disputa de espaço, onde dar voz a este segmento da população LGBTQI se faz necessário diante este do processo de construção das identidades dentro do movimento, bem como aponta Facchini (2009). Compreender como se dá este processo colabora para legitimação de causas que contribuam social e politicamente no combate à discriminação, é proceder com estudos que embasem e garantam a possibilidade de luta a partir de uma análise das relações de poder presentes diante do atual cenário político. Frente a estas colocações, a pesquisa buscou entender como se dá o processo presente no movimento social de pessoas trans em Manaus para a efetivação de direitos sociais e a realidade dos desafios enfrentados na sociedade manauara, num viés de lutas, conflitos e desafios, presentes enquanto impedimento para a construção da cidadania de pessoas trans.

Os agentes sociais participantes da pesquisa contribuíram de forma significativa para uma análise acerca dos desafios que se fazem presentes em seu cotidiano e que refletem as necessidades específicas desta parcela da população em Manaus. Ao serem questionados em como compreendem as demandas em torno das identidades de gênero, Archenar e Arctrus, agentes de movimentos específicos da população trans, nos dão um primeiro redimensionamento deste campo de conflito que tratamos aqui a respeito da ótica das transgeneridades por meio do olhar cisgênero do pesquisador. É comum que busquemos olhar a realidade a partir das nossas vivências e dos nossos meios de relações sociais, portanto, compreende-se que se faz necessário desprendermos do conhecido para olhar o novo. “O desafio é entender quais são estas questões. Ser trans não se trata apenas de nome social, hormônios e cirurgias, há problemas na educação, saúde,”

---

<sup>13</sup> Redes Sociais do Coletivo O Gênero: [www.instagram.com/ogenerocoletivo](http://www.instagram.com/ogenerocoletivo) (@ogenerocoletivo).

(ARCHENAR). Já na perspectiva de Arctrus, o desafio está em “compreender as demandas essenciais, faltam políticas para esta população. Não lutamos por políticas específicas ou diferenciadas, lutamos por direitos básicos”.

Na concepção de Feitosa (2017), a formulação de políticas específicas está dentro de um jogo de interesses, é imbuída em precariedades e com poucos recursos., conta-se com a boa vontade de alguns para ações pontuais.

Este é um retrato da primeira forma de violência vivenciada no cotidiano de corpos que são excluídos, conforme aponta Jesus (2012b), é uma exclusão estrutural, onde estes sujeitos são desatendidos de seus direitos fundamentais.

Os discursos destes agentes representam uma necessidade de redimensionamento dos olhares acerca das necessidades da população trans para além da relação com o corpo, os direitos básicos ainda são renegados, gerando uma série de problemáticas que interferem em sua existência. Na fala de Procyon, as demandas são “específicas, é necessário compreender as várias identidades, as demandas não são respeitadas e seus direitos são violados.”

A ordem destes discursos corrobora com o que Jesus (2012b) nos retrata ao que se refere ao aspecto da visibilidade trans recaí sobre a marginalização destes corpos e pouco no seu cotidiano e suas demandas. As especificidades das demandas são postas enquanto fator ímpar pelos agentes sociais entrevistados, porém, a violação dos direitos básicos se apresenta como determinante de exclusão.

É neste sentido que o papel dos movimentos sociais tem sido colocado em debate diante das arenas de conflito no campo político, moral e social. A partir dos discursos de Archenar, Arctrus e Procyon, o movimento social se apresenta como “mobilizador e principal meio de divulgação de direitos”. É a partir das organizações destes que é possível fomentar as discussões necessárias para o embate de idéias que possam levar as demandas de pessoas trans para além do círculo destes movimentos.

A história da articulação dos movimentos sociais específicos às pessoas trans em Manaus se dá em uma arena de conflito, onde se viu a necessidade de dar voz à população “T” (travestis e transexuais) dentro do movimento LGBTQI, conforme relata Arctrus (2020). A ASSOTRAM, movimento composto por mulheres trans e travestis, se constitui em 2017, com o intuito de fortalecer os diálogos com outros movimentos e com o poder público, como forma de viabilizar ações voltadas

para este segmento da população e para o reconhecimento das demandas das identidades trans, conforme está disposto no histórico da associação<sup>14</sup>. Arctrus, ao falar a respeito das ações desenvolvidas no movimento, nos informa que “realiza um trabalho de assessoria, acompanhamento, de sensibilização e divulgação de direitos e demandas da população trans em Manaus”.

Lima (2020) salienta que após a ASSOTRAM, houve uma radical mobilização do movimento, travestis e mulheres trans passaram a ter papel de destaque e participação mais ativa com a tomada de consciência de direitos, contribuindo para o embate de políticas públicas mais abrangentes. Ainda sobre a ASSOTRAM,

Situada num outro contexto de disputa política e social, a organização encara um novo formato de ativismo, atrelado ao transfeminismo, com o fim de garantir a permanência dos direitos e a idealização de políticas afirmativas para a população trans, contrariando a invisibilidade e a marginalidade que a transfobia proporciona. (LIMA, 2020, p. 342).

No tocante ao Coletivo O Gênero, movimento formado exclusivamente por homens trans, sua fundação é datada a partir de 2016, com o fim de debater as questões em torno das transgeneridades masculinas. A respeito da função desenvolvimento dentro do Coletivo, é “orientar, fazer encaminhamentos, articular com o poder público e outros movimentos, além da representatividade e luta” (ARCHENAR).

Referente à Associação Manifesta LGBTQ+, o enfoque deste se caracteriza enquanto misto, representando lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, intersexuais, e as demais identidades de gênero e sexuais que confrontam o sistema que constroem estigmas em nossa sociedade, inicia suas atividades em 2017. No tocante às ações desenvolvidas estão,

Trabalhamos com política de assistência, em parceria com a SEMASD. Na Casa Miga<sup>15</sup> oferecemos acolhimento, cursos profissionalizantes – que pagamos para as acolhidas e os acolhidos, temos o Prepara Miga – cursinho pré-vestibular, cursos de línguas estrangeiras – inglês e espanhol, no lazer fazemos parceria e temos Yoga e Fit Dance, também oferecemos cursos e oficinas profissionalizantes. (PROCYON).

O desenvolvimento das ações e estratégias destes movimentos representa um ganho nas arenas de disputas por direitos, considerando o engajamento e a luta

---

<sup>14</sup> Associação de Transexuais e Travestis do Amazonas <https://www.assotram.com.br/nossa-historia/>. Acessado em nov/2020.

<sup>15</sup> Casa de acolhimento, sendo a primeira na capital amazonense a tratar questões específicas das demandas LGBTQ+, conforme consta no Estatuto Social da Associação Manifesta LGBTQ+



pela cidadania da população trans em Manaus, considerando que “o poder público tem invisibilizado as necessidades das pessoas trans e minimizado seus problemas” (ARCHENAR).

Estes movimentos sociais têm adquirido protagonismo na luta por reconhecimento dos direitos desta população. Fraser (2006) entende estas lutas por reconhecimento como forma de chamar a atenção para as especificidades de determinados grupos sociais, numa perspectiva de promover a diferenciação para possam ser atendidas as demandas específicas destes grupos, esta luta valoriza o sentido dos grupos e reconhece as especificidades de cada um, para a realidade ser modificada é necessário uma mudança estrutural na cultura, na economia e na política (FRASER, 2016).

O reconhecimento das identidades transgênero em Manaus ganharam o espaço público a partir das demandas apresentadas pelos sujeitos de forma individual e/ou coletiva por meio dos movimentos sociais. A auto percepção de si não é suficiente para o reconhecimento identitário de um indivíduo, nesta ótica se recorre ao poder público. Ao serem questionados acerca da de como se dá a relação destes movimentos com o poder público de Manaus os discursos dos agentes sociais sob a ótica do pressionamento para uma construção de diálogo dentro de determinadas instituições para o atendimento das demandas que estes representam.

Na concepção de Arctus ao responder o questionamento feito informou que, “a burocratização ainda é uma barreira, temos que contar com a boa vontade das que estão à frente de alguns serviços, em algumas instituições há uma abertura maior, em outras não somos nem recebidos”. Feitosa (2017) aponta que nas regiões norte e nordeste as dificuldades de articulação entre os movimentos sociais com o poder público se inflam, para o autor, há uma necessidade de olhar para compreender os detalhes históricos, os contextos sociais e políticos de determinadas regiões para não recair em uma visão unilateral da construção dos movimentos sociais.

Para Archenar, “o movimento trans precisa se juntar com outros movimentos mais antigos na cidade para a construção de um diálogo, uma ponte para a construção de caminhos que atendam nossas demandas”. É neste perspectiva que se buscam articulações, ações, estratégias e a junção de agentes que possibilitem

trilhar caminhos para se construir e efetiva uma cidadania de corpos trans. O sentido atribuído ao corpo, as normas persistentes em nossa sociedade estabelecem elementos de exclusão e dominação aos quais reverberam na população transgênero nos mais variados campos de sociabilidade, como bem tratamos no capítulo 1 deste trabalho.

Os discursos dos agentes sociais entrevistados permeiam uma arena de conflito a se enfrentar no cotidiano não somente daqueles que estão dentro dos movimentos, mas aqueles corpos que se encontram distantes destes espaços de luta. O reconhecimento destes corpos na ótica do acesso a serviços tem se pautado em um cenário de estigmas construídos em nossa sociedade. Goffman (2008) traz esta perspectiva dos estigmas criados quando determinada identidade se apresenta divergente do padrão de comportamento estabelecido.

Estes estigmas estão presentes nos mais variados campos de sociabilidade de pessoas trans. Um exemplo é quanto às ações voltadas não somente para pessoas trans, mas para o público LGBTI, tem se colocado diante das questões de HIV/AIDS, principalmente a partir da década de 1980, bem como apontam Heilborn, Brandão (1999) e Citelli (2005). Na ótica de Simpson (2016), isto representou, de certa forma, um ganho para esta população, considerando que se iniciou a entrada de grande parte desta população no Sistema Único de Saúde (SUS).

São estes alguns dos desafios que se encontram presentes no cotidiano das pessoas transgênero em Manaus. Não sua identidade reconhecida perante os serviços públicos constrói muros para caminharmos para a construção de uma cidadania plena. E esta questão que se apresentam enquanto preconceito institucional se encontra nos discursos variados de Arctus, Archenar e Procyon. Enquanto representantes da população trans a frente de seus movimentos, estes agentes reconhecem enquanto ordem de desafio romper as barreiras institucionais que recriminam corpos e identidades.

Diante da necessidade de busca por efetivação e legitimação de direitos, os movimentos sociais, especificamente os que lutam por causas da população transgênero, se fazem presentes no bojo de lutas e desafios constantes. Frente aos discursos dos entrevistados quando questionados acerca dos desafios para a efetivação das políticas que atendam aos pressupostos das demandas de pessoas trans em Manaus, temos as seguintes colocações:

Eu acredito que seja mais a questão do preconceito institucional, pois nós temos já construído o mínimo de políticas públicas. Mas quando chegamos na ponta para usar os serviços a pessoa que presta serviço não conhece as legislações não sabe caminhar, não sabe como atender. Acredito que essa é uma das dificuldades. É uma das formas de violência que a gente sofre também é a falta de informação tanto para a gente quanto para as pessoas que oferecem os serviços quanto para população, dificultando o acesso. (ARCTRUS).

Procyon nos aponta como desafio “a garantia dos direitos perante o Estado, os espaços devem ser ocupados com diálogo e luta, por isso que cotidianamente batemos de frente contra preconceito e a discriminação.”

Jesus (2013b) dialogando com Herdt (1996), contribui para esta discussão em torno dos estigmas, da marginalização e perseguição que a população transgênero vem sofrendo ao longo da história. Para Jesus (2013b), devemos considerar falacioso estes estereótipos atribuídos aos corpos nesta concepção de “normalidade”, tendo em vista as experiências transgêneros que nos possibilitam pensar para além do que lhes são atribuídos. São corpos resistentes que representam as lutas cotidianas para sobrevivência.

Na realização das entrevistas com os agentes sociais, uma preocupação ficou clara nos discursos dos entrevistados: a ausência das legislações que possam garantir o atendimento a esta população. A inquietação dos agentes se faz presente nos poucos recursos que estes dispõem para a viabilização de direitos à população trans em Manaus. Na fala dos referidos, o município ainda tem se recusado de pensar em estratégias que possibilitem um diálogo maior, além de encontrarem maior dificuldade de acesso às instituições públicas de Manaus. Para Jesus (2012b), homens e mulheres trans, além das travestis, recaem no espaço da exclusão extrema, há negação do acesso a direitos civis básicos, não se reconhecem as identidades, “são cidadãs e cidadãos que ainda tem que lutar para terem garantidos os seus direitos fundamentais” (JESUS, 2012b, p. 02).

Apesar de a construção de um diálogo com setores do poder público em Manaus ter se fortalecido nos últimos tempos, ainda se faz necessário uma atenção maior deste, principalmente em determinados setores. Para Jesus (2012b), o espaço que transgêneros tem conquistado é fruto de mobilização na busca pelo respeito a sua identidade, as suas especificidades e pelos direitos fundamentais, e este feito tem tido grande contribuição dos movimentos, coletivos e organizações.

Esses movimentos articulam as questões da esfera privada — como as discriminações que sofrem, os estigmas que lhes são atribuídos, e até

mesmo a recepção interpessoal negativa (repulsa) a atributos físicos ou de personalidade relacionados a determinados grupos sociais (Jesus, 2012b) — com as reivindicações da esfera pública, para construir espaços de intimidade e sociabilidade que demarcam semelhanças e diferenças, por meio de mobilizações sociais das mais variadas espécies (marchas, caminhadas, paradas, procissões, desfiles), incluindo o ativismo online (Machado, 2007), reelaborando as relações sociais difusas, de encontros e deslocamentos, que a cultura brasileira atribui às categorias casa e rua (Freyre, 2003; Damatta, 1987, 1990). (JESUS, 2012b, p. 09).

Nesta perspectiva, as instituições aqui pesquisadas ASSOTRAM, O Gênero e Manifesta LGBT+ tem buscado articulações que gerar frutos para construir estratégias que possibilitem mecanismos de resistência diante do cenário a qual estão inseridos. Em Manaus, estes movimentos se fazem presentes nos mais variados campos e arenas de disputa por espaço de sociabilidade. Tal estratégia se faz em consonância ao que é estabelecido no Plano Nacional de Promoção à Cidadania e Direitos Humanos de LGBT (PNPCD/LGBT).

Implantar uma agenda comum entre os movimentos LGBT, indígena e étnico-raciais, de mulheres, criança juventude e deficientes LGBT, realizando seminários, reuniões e oficinas de trabalho sobre o racismo e a homofobia, machismo, sexismo, preconceito de gênero, de classe, raça e etnia, pessoas com deficiência e com recorte geracional (BRASIL, 2008, p. 32).

Apesar de tais conquistas, as entidades representativas de pessoas trans ainda buscam a efetivação concreta de medidas por diversos setores da sociedade, além buscarem ampliar o acesso à cidadania de pessoas trans, e a reafirmação de direitos já estabelecidos pela Constituição Federal de 1988 e que ainda são negligenciados a este segmento social.

O desenvolvimento de ações como eventos alusivos a datas comemorativas, palestras, workshop, dentre outras ações como de cunho assistencialista, doações de roupas, alimentos, parcerias com divulgação de informações e campanhas, dentre outras funções destas organizações, representa um caminho construído por estes movimentos para afagar as necessidades sociais apresentadas por este segmento da população. É um movimento político, são ações de cidadania e representam a resistência contra a tomada de espaço e retirada de direitos.

Ao questionarmos quanto as ações e/ou projetos desenvolvidas nos movimentos, obtivemos as seguintes falas destes agentes,

Aqui na Associação nós realizamos diversos trabalhos para a população trans. A última foi voltar para retificação do nome que tem o foco maior nessa construção da busca pela cidadania. Devido à pandemia nesse último mês nós temos trabalhado muito com assistencialismo, distribuindo cesta básica, roupas, álcool em gel, máscaras. Então nós mudamos um pouco

foco do nosso trabalho, mas trabalhamos muito com a divulgação dos direitos com eventos para a sociedade, com instituições para Trabalhar às questões das pessoas transgêneros em Manaus, lutando por direitos básicos ainda. (ARCTRUS).

Archenar informou que “desenvolve mutirões de retificação de nomes, além de atuar orientando a população trans manauara”. Já Procyon, “atua diante das demandas desta população, conforme surgem aqui para nós, mas num geral, retificação do nome social, acompanhamento no processo transexualizador, orientações e encaminhamentos”.

Para Jesus (2013a), a pauta do movimento social de pessoas transgênero tem se voltado, principalmente, a adoção do nome social. Esta representa uma demanda específica desta população, que a partir dos movimentos sociais tem se possibilitado o encurtamento do caminho para sua efetivação.

Em Manaus, as ações para retificação do nome social se dão a partir de demandas espontâneas e coletivas, com representações ou não de entidade jurídica, além de ações promovidas pela Secretaria de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos do Estado do Amazonas, como vemos mais a frente.

No tocante ao processo transexualizador, Jesus (2013a), nos aponta um caminho ainda mais longo a ser trilhado para a efetivação deste serviço a mais transgêneros. Existem percalços que dificultam ainda o acesso. No bojo das discussões em torno desta temática se coloca a necessidade de judicialização deste processo. Ventura (2010), no âmbito jurídico a autonomia da pessoa trans permanece inalterada, não há um direito ilimitado, mas sim uma faculdade de dispor de seu corpo, mas a necessidade de judicialização destas ações se dá diante da escassez do serviço público em viabilizar este processo.

Porém, a visibilidade que tem se construído ao longo da trajetória histórica do movimento social de pessoas transgênero tem se apresentado enquanto um fator político de evidenciação da ação coletiva destes sujeitos (JESUS, 2013a). É a partir destes movimentos que as demandas são apresentadas perante a sociedade cisgênero.

As especificidades das demandas da população transgênero em Manaus tem se colocado em debate nos seminários realizados para discutir as questões em torno das transgeneridades, através dos movimentos sociais. Ao serem questionados acerca de que forma o poder público em Manaus tem trabalhado para a efetivação da cidadania de pessoas trans, Archenar, Arctrus e Procyon,

responderam negativamente e indagaram a preocupação quanto às ações do poder municipal diante desta demandas.

Na verdade não tem trabalhado! Manaus é um município que não trabalha as políticas. As poucas ações que nós temos ainda são muito voltadas para as IST<sup>16</sup>, então ainda vincula-se muito não só as pessoas trans, mas a população LGBT. Então trabalhamos mais com estado do que com prefeitura. Por exemplo, o ano retrasado o Ministério Público chamou atenção da prefeitura para ver exatamente isso, pois a porta de entrada para a população trans no tratamento de hormônioterapia seriam as Unidades Básicas de Saúde (UBS), e quando chegamos lá não temos atendimento adequado, não temos os serviços especializados. O município não tem se responsabilizado com o que seria a porta de entrada. Então os órgãos do município nós menos temos acesso. (ARCTRUS).

Archenar caracterizou a ação do poder público em Manaus como “horível!”, para este agente social, há apenas um interesse por parte da prefeitura de Manaus em ser reconhecido por algo que de fato não faz, e as demandas estão sendo trabalhadas diretamente por alguns profissionais que se debruçado sobre isso. Já na concepção de Procyon,

O poder público no estado do Amazonas só age quando os movimentos cobram, fora isso nada se faz de forma espontânea. As escassas parcerias acontecem de forma pontual, quando os movimentos sociais LGBTI+ da cidade de Manaus se reúnem exigindo algum direito. (PROCYON).

Os sujeitos entrevistados se mostraram preocupados quanto a ausência do poder público em Manaus nas demandas da população transgênero. Feitosa (2017), alerta para o frágil reconhecimento e fragmentado das ações que precariza os serviços voltados para cidadania LGBTI, em especial das pessoas trans.

No tocante aos desafios presentes na efetivação da cidadania de pessoas trans em Manaus, os agentes sociais colocam a necessidade de conhecer as pautas e demandas específicas, o desconhecimento por parte dos agentes do estado, desde os seus governantes até aqueles que estão a frente dos serviços se apresenta enquanto um desafio cotidiano.

As políticas existem, mas os funcionários e a população não conhecem até o dia que precisar. As pessoas não têm o hábito de procurar e cobrar seus direitos, existe uma visão de que deixar pra lá vai trazer a devida paz pra pessoa viver. Porém **quando a pessoa é invisível aos olhos dos outros não existe essa possibilidade de escolha. Manaus é uma cidade extremamente violenta para pessoas trans que não vivem em contexto de privilégio.** (ARCHENAR, 2020, grifos do autor).

O discurso deste agente quanto estes desafios de efetivação se coloca diante de um cenário a qual a população transgênero vivencia cotidianamente, que é

---

<sup>16</sup> Infecções Sexualmente Transmissíveis.

a invisibilidade destes sujeitos perante a sociedade e ao poder público. Outro ponto importante neste discurso é a fala quanto a violência vivenciada não somente por estes sujeitos, mas em específicos a estes sujeitos que estão a mercê dos mais variados tipos de violência.

Procyon (2020), em sua fala aponta enquanto desafio na cidade de Manaus “é a sociedade heteronormativa em que vivemos, pois quando se trata de cidadania trans, precisamos ser sempre didáticos e explicar a importância daquele serviço para aquele usuário”. Diante dos discursos aqui apresentados, podemos apontar Desta forma, podemos conceber que as ordens de desafios apresentados pelos agentes entrevistados inserem-se na questão da ausência do conhecimento das demandas por parte de agentes públicos, o preconceito da sociedade que corrobora para uma exclusão social destes e indivíduos e a ausência do poder público de Manaus no atendimento das demandas.

Para Jesus (2012b), os crimes contra pessoas trans ocorrem em sua grande maioria nos espaços públicos. Segundo a autora, homens e mulheres trans estão sujeitos aos mais variados tipos de violência e exclusão na sociedade. As identidades trans não devem ser a característica única das pessoas trans, é necessário concebê-los enquanto sujeitos de direitos, que vivenciam as mesmas dificuldades da população cisgênero, com a diferença que sua identidade trans agrava o acesso aos serviços.

Por fim, buscamos compreender dos agentes sociais quanto as perspectivas futuras para que se possam construir políticas e/ou legislações específicas para atender as necessidades de pessoas trans em Manaus, e diante deste questionamento, tivemos os seguintes discursos:

Eu acredito que mais cobrança por parte da população. Nós somos um movimento que estamos começando a ter voz ativa agora, só que enquanto mais pessoas participando, mais longe podem escutar a nossa voz, mais longe a transformação pode chegar, falta mais cobrança ainda. Tem ainda a questão da judicialização das políticas. Mas a partir do momento que uma pessoa denunciou ao Ministério Público que o estado ou município estão se eximindo dos seus direitos a justiça nos dá uma resposta. Porém é necessário que mais pessoas participem busquem e que garantam os seus direitos para termos uma voz ativa. E talvez consigamos efetivar essas políticas e efetivar essa cidadania. (ARCTRUS).

Entender que essas pessoas existem e que precisam ser incluídas quando as políticas são criadas, as políticas ou legislações precisam pensar o todo, pensar em todos, todas e todes, levar em conta a especificidade de cada

ser humano. Só isso de fato, teremos uma sociedade mais igualitária. (PROCYON).

Na fala dos agentes, há a inquietação quanto a ausência de uma cobrança maior por parte da população e políticas que abarquem as identidades trans em sua formulação.

Diante da fala dos agentes sociais pode-se perceber que a temática ainda é renegada na sociedade. Um fator que pode ser considerado chave para entendermos escassez de ações voltadas para as pessoas transgênero em Manaus. Ainda há uma necessidade de se romper barreiras até mesmo num campo de produção de conhecimento, como forma de pesquisas que contribuam para discussões e fomento do diálogo entre movimentos sociais, poder público e sociedade.

Outro ponto relevante colocado nos discursos dos agentes trata-se da fragmentação e desarticulação das políticas quando se trata não somente das demandas da população trans, mas em um contexto mais generalizado das ações e estratégias desenvolvidas pelo Estado. Ainda há uma ruptura que impede que possa haver uma discussão sob a ótica multidisciplinar e do diálogo dos saberes. É um desafio a ser rompido.

Diante dos apontamentos trazidos nesta discussão, devemos considerar a premissa de Jesus (2013b), devemos tratar para além da questão da identificação de gênero enquanto trans, devemos considerar enquanto seres humanos com gênero, orientação sexual, raça, trabalho, desenvolvimento econômico, político e social. Sob esta ótica, se faz necessário construir caminhos que levem a efetivação da cidadania destas pessoas, as demandas específicas devem sim ser consideradas, porém, as demandas básicas, os direitos fundamentais devem ser garantidos a estes sujeitos, que para além das questões políticas e econômicas que assolam as políticas sociais, estes estão sujeitos à categorização em decorrência de sua identidade.

### **3.2 Os agentes do Estado entre os limites e possibilidades na efetividade das políticas**

As reflexões até aqui trazidas em torno da cidadania de pessoas trans nos exige um olhar para aqueles que estão a frente dos serviços públicos na cidade de



Manaus oferecidos a esta população. Diante disto, iremos analisar os discursos destes que iremos denominá-los de agentes institucionais, considerando o lugar que estes sujeitos estão e representam na sociedade.

No tocante aos agentes institucionais, serão representados por aqueles que estão à frente dos serviços voltados para população transgênero, a partir das seguintes secretarias do Estado do Amazonas: Secretaria de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania (SEJUSC), representada pela agente Aldebarã, Secretaria de Estado de Educação e Desporto do Estado do Amazonas (SEDUC), representada pela agente Regulus, e Secretaria de Estado de Saúde do Amazonas (SES), representada pela agente Antares.

Neste item, buscaremos evidenciar os desafios na efetivação da cidadania das pessoas trans em Manaus, com ênfase nas falas destes sujeitos e diante da realidade da região citada, bem como as perspectivas futuras diante do atual cenário social, econômico e político que vivenciamos na atualidade e os serviços oferecidos a este segmento da população.

O processo de identificação e reconhecimento de pessoas com identidade voltada a transgeneridade passa do caráter subjetivo para a esfera pública. Isso requer uma análise acerca dos mecanismos que possam garantir a estes sujeitos o pleno reconhecimento de seus direitos, além dos serviços oferecidos que garantam possibilidades para sua sobrevivência. O direito, bem como explicitamos no capítulo anterior, é fruto de um processo de luta e resistência contra os paradigmas societários que recaem sobre aqueles marginalizados sob a ótica hegemônica.

No campo das políticas públicas, quando se referem às transgeneridades, o binômio saúde-doença tem se apresentado enquanto principal debate na fala dos que detém o poder, bem como coloca Toneli e Amaral (2017). Ao tratar dos “corpos políticos públicos”, termo utilizado pelas autoras para discorrer acerca da produção das vulnerabilidades desta população, as autoras apresentam uma análise das discussões produzidas no campo do conhecimento sobre como tem se produzido as mais variadas formas de expressões de desigualdade e como se dão olhares para esta temática.

No tocante as demandas da população transgênero, há um contexto de abandono analítico nas demais esferas sociais, tais como educação, empregabilidade, moradia, segurança (TONELI; AMARAL, 2017). Neste sentido,

buscaremos discutir neste tópico as ações desenvolvidas no município de Manaus a partir do posicionamento dos representantes das secretarias entrevistados nesta pesquisa.

Iniciaremos a partir de uma breve pesquisa realizada nos sites de órgãos públicos que atendem o município de Manaus sobre ações específicas de atendimento à população transgênero na cidade.

<b>Saúde</b>	Ambulatório de Diversidade Sexual e de Gênero; Processo Transexualizador; Hormonioterapia.
<b>Educação</b>	Gerência de Atendimento Educacional Especial de Diversidade da SEDUC; Uso do nome social.
<b>Justiça</b>	Gerência de Diversidade e Gênero do Departamento de Promoção social em Defesa dos Direitos Humanos da SEJUSC; Comissão Especial Mista da Diversidade Sexual e de Gênero da OAB/AM; Retificação do nome social.
<b>Segurança Pública</b>	Delegacia Especializada em Ordem e Política Social.
<b>Empregabilidade</b>	Formação e capacitação técnica por meio de agências, em parceria com movimentos sociais; Processos seletivos específicos para a população trans.
<b>Movimentos Sociais</b>	Duas entidades representativas específicas; Casa de Acolhimento; Apoio psicológico, jurídico e assistencial.

**Quadro 09:** Serviços públicos em Manaus para população trans

**Fonte:** Elaborado pelo autor (2020).

O quadro acima nos referencia quanto às possibilidades de atendimentos específicos voltados para a população transgênero na capital. Quanto sua aplicabilidade, não foi possível mensurar cada uma destas, porém, ao longo deste item buscaremos dialogar a fala dos agentes entrevistados com autores que nos possibilitem compreender a realidade nas instituições.

O desenvolvimento destas ações tem se dado, principalmente, pelas secretarias de estado aqui pesquisadas, citadas anteriormente. E ao adentrar a este campo, ao questionarmos como estes agentes compreendiam as demandas em torno das transgeneridades obtivemos discursos constituídos sob a ótica da necessidade do reconhecimento dos sujeitos transgênero nas ações realizadas pelo Estado, e para além disso, que as políticas públicas passem a inserir estes sujeitos e suas demandas específicas. As diversas formas de violação de direitos se apresentaram nestes discursos.

Na ótica de Jesus (2012b), estas identidades tem se tornado invisíveis nos mais variados espaços sociais, em decorrência de uma onda de ofensivas reacionárias, refletindo no acesso aos serviços públicos. Esta concepção aparece na fala de Aldebarã, que aponta “a invisibilização desta população nas políticas e na sociedade..”

Quanto ao reconhecimento destas demandas, pondera-se o seguinte relato de um destes agentes:

São demandas que precisam de uma maior atenção do poder público e também dos agentes institucionais. Precisamos construir um caminho para a efetivação de uma cidadania, a partir das especificidades. (ANTARES).

De acordo com a Antares, este caminho se constrói com luta, mobilização e articulação do poder público com os movimentos sociais. A mobilização social aparece como um mecanismo de progredir para “tornar a sua realidade cada vez mais visível” (JESUS, 2012b, p. 13). É necessário, portanto, buscar subsídios e alternativas legais para atender as demandas desta população, como apontou Regulus.

A conjuntura atual nos tem instigado a questionar o sistema política e social do nosso país, nos mais variados campos de sociabilidade, o que contribuído para fortalecer a construção de um diálogo entre o poder público e os movimentos sociais.

Diante disto, buscamos compreender o tipo de política pública ou legislação cada agente institucional trabalhava no gozo de suas funções. Aldebarã e Antares apresentam discursos mais precisos quanto a este questionamento, já Regulus identificou certa dificuldade, considerando a ausência de legislações específicas que embasem suas ações.

Penso que temos um caminho ainda muito árduo a ser seguido. Sempre precisamos trabalhar com marcos legal da educação. Então, quanto mais estiverem estruturados, principalmente no âmbito federal. Quando vem a demanda e temos um amparo legislativo conseguimos lidar de forma muito mais prática. No caso da população trans temos que buscar subsídios, alternativas. Temos recebidos muitas demandas por parte de gestores quanto ao uso do nome social e dos banheiros. Como não temos Diretriz Curricular específica para a população trans para implementar, então pegamos materiais paradidáticos, fazemos formações com coordenadores e professores, buscamos parcerias com a SEJUSC e os Conselhos, temos feito materiais específicos aqui na cidade de Manaus. (REGULUS).

Diante desta fala, podemos perceber como a ausência de legislações específicas tem impacto negativamente tanto a população trans, que neste caso tem sido mais afetada, quanto aos agentes institucionais que atuam nesta política. É

neste sentido que Louro (1997) coloca o campo da educação enquanto meio de distinções e reafirmação das diferenças, sendo necessária a construção de estratégias que possibilitem o espaço de formação para as diversidades.

A utilização do nome social representa uma conquista, sem dúvidas, à população trans, porém, é necessário compreendermos que suas demandas vão além, pois demandam um olhar para aspectos sociais destes sujeitos. Bento (2008) considera uma “gambiarra legal”, pois é alteração tão diretos na vida social destas pessoas, mas devemos sim apresentar como um ganho.

No campo da saúde, como bem já abordamos neste trabalho, as identidades trans tem tido uma maior aproximação dos serviços, apesar dos desafios ao acesso, como aponta Simpson (2016). Na fala de da agente institucional quanto às especificidades da política desenvolvida na instituição, nos informa um ganho para as transgeneridades manauaras,

Nós montamos este ambulatório em 2017. Começou devida uma demanda de alguns que já frequentavam aqui por ser um ambulatório de ginecologia e endocrinologia, viam para atendimento, começamos a perceber que existia essa população. Na época, foi tema de TCC que questionou sobre esse atendimento e sua ampliação. E a partir deste projeto foi criado o ambulatório. E após isso, com apoio de movimentos e da SUSAM e da UEA formalizamos o ambulatório. (ANTARES).

A construção deste ambulatório representa um marco na luta e reconhecimento da cidadania trans em Manaus, mas ainda é necessário fazer muito mais, tendo em vista que a porta de entrada para o acesso a saúde seriam as UBS, e estas não estão preparadas para atender estas demandas, de acordo com Antares. Simpson (2017), salienta que é necessário tornar sólidas as ações implementadas no âmbito da saúde, para que esta população acesse e possa permanecer, ainda se faz necessária a capacitação de gestores e demais agentes de saúde para saberem lidar com as diferenças.

A PNSI LGBT tem dado norte às ações e estratégias na área da saúde para o aprimoramento dos serviços. A partir dela, há uma ampliação do acesso aos serviços e garante o acesso ao processo transexualizador, disposto enquanto um dos objetivos desta política, que juntamente com os demais possibilita articular estratégia, campanhas, desenvolver ações voltadas para este público.

No tocante à política trabalhada na área da Justiça e Cidadania, conforme relatado por Aldebarã, a agente tem se colocado à frente das demandas que

chegam à instituição e busca viabilizar o atendimento por meio da rede construída entre agentes institucionais que contribuem ativamente no atendimento a estas demandas.

A nossa atuação dentro dessa gerencia é a promoção e defesa dos direitos. E trabalhamos as diretrizes da Política Nacional de Direitos Humanos LGBT, vinculado ao Ministério da Mulher, da Família e Direitos Humanos. As diretrizes foram articuladas nas Conferências Nacional de Direitos Humanos, 2008, 2015 e 2016, no qual o Estado do Amazonas realizou todas as etapas. Uma das propostas das conferencias era a criação do tripé da cidadania. O objetivo dela é a efetivação da política de direitos humanos. Temos articulado desde 2017 a questão da retificação do Nome Social. Realizamos mutirão, além de articular com a Defensoria Pública, considerando que nem todos tinham condições de pagar. Hoje é um serviço disponibilizado pela Defensoria, basta a pessoa agendar pelo disk 129 e solicitar a retificação de nome. Ainda há uma resolução aprovada que garante a gratuidade deste serviço. A partir de 2019, também solicitamos a criação de uma delegacia especializada para investigação de crimes de ódio, que pudesse atender as violências que este segmento da população vivência. Isso representa a promoção e defesa dos direitos. (ALDEBARÃ).

A utilização do Nome Social apresenta-se como um mecanismo que possibilitou aqueles e aquelas a ter sua identificação reconhecida, como estes se apresentam perante a sociedade e como querem ser chamados. Bem como já citado, esta tem sido uma das principais demandas apresentadas pela população trans. A partir da Ação Direta de Inconstitucionalidade Nº 4.275/2018<sup>17</sup> do STF, e o Provimento 73/2018<sup>18</sup> do CNJ, com estas medidas de alteração do registro civil e alteração do pronome de gênero nos documentos oficiais possibilitaram que a população trans pudesse usufruir do direito de ter seu nome reconhecido em conformidade sua identidade de gênero, tendo em vista que,

O nome revela um papel no mundo, papel subjetivo, social, profissional, afetivo, sexual, familiar entre muitos outros [...] O ato de nomear e de reconhecer o outro a partir de um nome revelam práticas discursivas que tanto podem visibilizar politicamente sujeitos e seus corpos, quanto silenciá-los. (ALVES; MOREIRA, 2015, p.60).

O discurso de Aldebarã representa o contexto vivenciado por esta agente institucional e os mecanismos possíveis para que possibilite recorrer às instituições públicas para a alteração dos documentos oficiais. Cabe ressaltar que dentre as agentes institucionais entrevistadas Aldebarã apresentou um maior arcabouço teórico quanto às várias dimensões em torno das transgeneridades. No tocante aos

---

<sup>17</sup> SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL.

<http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=371085> Acessado em Out/2020.

<sup>18</sup> CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. <https://www.cnj.jus.br/cnj-servico-como-fazer-a-troca-de-nome-e-genero-em-cartorios/> e <https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2018/06/434a36c27d599882610e933b8505d0f0.pdf> . Acessado em Out/2020.

documentos que tratam a respeito das identidades de gênero, ao questionarmos acerca do seu conhecimento quanto a estes documentos, obtivemos as seguintes falas:

Sim, não vou saber te dizer as leis de cabeça, mas buscamos pegar o máximo de materiais, pois é uma pauta complexa que precisa ser estudada, temos buscado parcerias com as universidades. Temos utilizado muito a do Nome Social, fazendo capacitação juntamente com os técnicos das escolas, pois ainda tem muitos que desconhecem. Ainda encontramos muita resistência e conservadorismo que tem se apresentado nesses espaços. (REGULUS).

Conheço algumas. Trabalhamos com algumas específicas. A política de saúde LGBT, inclusive o ambulatório é regido por esta política. Além as portarias do CFM. (ANTARES).

Conhecer as especificidades das questões transgênero requer um mergulho intenso e contínuo no que se produz em nível de conhecimento, das legislações, produções acadêmicas, noticiários em geral. Diante disto, Silva (2018), coloca que as discussões que permeiam a produção do conhecimento quanto às identidades de gênero e sexuais têm abarcado um intenso campo de disputa dentro e fora dos muros da academia, reflexos de uma sociedade pautada em paradigmas sociais de exclusão, mas são necessários o enfrentamento para a difusão do conhecimento e da construção de um diálogo das pesquisas com membros que estão a frente das arenas de conflito que legitimam direitos.

De acordo com Jesus (2013), a constituição do movimento social com organismos públicos tem possibilitado o reconhecimento e a visibilidade de suas demandas.

No que tange às ações e projetos desenvolvidos nas instituições, o quadro 07 nos apresentou brevemente alguns serviços oferecidos em Manaus. Quanto às especificidades em cada instituição, na fala de Regulus “realizamos casamento coletivos, apoiamos conferências, realizamos o mutirão de retificação do nome e estamos no processo de efetivação do Conselho LGBT”. Regulus nos informou que se trabalho se dá no campo das articulações possíveis dentro da instituição, realizando campanhas, desenvolvendo matérias com uma proposta ampla para divulgações necessárias. Já Antares, por ter um atendimento mais direcionado especificamente para a população LGBTI, e um atendimento mais direto com a população trans em Manaus no informou que,

Hoje temos uma demanda por volta de 227 pessoas trans, que vem em busca de atendimento específico para hormonioterapia e preparo pré operatório e após 2 anos de harmonização para questões cirúrgicas daqueles que a queiram. Mas em geral, fazemos atendimento ginecológico, hormonal. Temos atendimento psicossocial, enfermagem e fonoaudióloga. Mas por ser uma Policlínica abre um espaço para discutir outras especialidades a partir dos atendimentos. Procuramos implantar a PNSI LGBT. Temos os ambulatórios para cada particularidades das identidades de gênero e sexual.

Na perspectiva de Simpson (2016), a partir das Conferências realizadas foi possível vislumbrar um acesso à saúde para a população trans e travestis para além de estigmas. Em Manaus, tem se colocado enquanto estratégia no Ambulatório de Diversidade Sexual e de Gênero da Policlínica da Codajás/SES, um atendimento voltado para cada demanda, cada especificidade dos corpos trans que ali transitam, buscando uma articulação com outras entidades e organizações sociais, tendo em vista que esta população é a mais distanciada dos serviços de saúde (SIMPSON, 2016).

Ao serem questionadas quanto à articulação dos movimentos sociais com o poder público, as entrevistadas apresentaram satisfação ao abordar a questão, tendo em vista que Aldebarã e Regulus, além de estarem a frente de serviços na promoção de direitos humanos e cidadania, estão diretamente ligadas à alguma instituição social e conhecem a realidade e dificuldades apresentadas por estes.

As falas se cruzam na construção de um diálogo que possibilite o direcionamento de ações a partir das demandas. Na fala de uma das agentes entrevistadas é possível verificar que as ações partem de iniciativa do movimento e se constrói um movimento dentro da instituição com as pessoas atendidas.

Temos uma boa articulação com o movimento. Afinal, a história do ambulatório começa com o convite do movimento, ajudando a construir aqui. É uma parceria com trocas de experiência. Dentro do ambulatório surgiu um novo movimento, coletivo Novo Senso Trans, que partiu daqui dos e das atendidos. Além do atendimento médico dentro das especialidades. (ANTARES).

Porém, uma das falas nos chama a atenção quanto os papéis desempenhados e a necessidade de uma diferenciação da ação enquanto agente institucional e agente social desempenhada por uma das entrevistadas.

Tentamos ser o mais participativo possível e tentamos agregar suas demandas. Temos que saber definir o papel de cada um. O movimento social tem o papel de cobrar a gestão, participo de um movimento social específico e busco contribuir, não pode haver divergência nos papéis que exerço em cada espaço público, seja frente à Gerência seja dentro movimento. . A Gerência busca atender as demandas. Há alguns conflitos de interesses. Trabalhamos a política e buscamos atender as

especificidades numa perspectiva de garantia de direitos. Mas temos trabalhado de forma bem articulada com os movimentos através do diálogo. (ALDEBARÃ).

Compreendendo a fala destes agentes, em consonância com o que discutimos no tópico anterior acerca desta articulação poder público e movimentos sociais, podemos vislumbrar um campo que tem se construído por meio de ações conjuntas que possibilitam um maior respaldo no fazer política trans.

Neste sentido, buscamos compreender a partir da fala destes agentes a possibilidade de realização de um trabalho interinstitucional, dentre as falas destacamos das três agentes entrevistadas, destacamos a presença de uma articulação entre as Secretarias e os movimentos sociais. Destacamos o posicionamento de Antares, por representar uma maior articulação da rede e representar uma aproximação direta e maior com a população trans.

Sim, trabalhamos de forma interinstitucional com a UEA, SUSAM, SEMSA, Fiocruz, Ministério Público estadual, federal e a OAB. PROPAZ/UEA, são nossos grandes parceiros. Além do hospital tropical, a Opas, Casa Miga e com os movimentos. Parcerias com pesquisas, como o TransOdara, eventos. (ANTARES).

Este trabalho se dá em correlação ao que é estabelecido pelo PNPCDH/LGBT como possibilidade de articulação para traçar estratégias que garantam a promoção da cidadania não somente da população trans, mas de todas e todos LGBTQI

Promover a articulação e a parceria entre o poder público, sociedade civil organizada, institutos de pesquisa e universidades visando a estabelecer estratégias específicas e instrumentos técnicos que possam mapear a condição socioeconômica da população LGBT, com o objetivo de monitorar o combate à discriminação por orientação sexual e identidade de gênero, com indicadores de resultados a serem estabelecidos. (BRASIL, 2008, p. 35).

Na ótica de Simpson (2016), o papel das organizações da sociedade civil juntamente ao poder público tem se feito fundamental na contribuição para articulação de políticas públicas.

Ainda há um leque de questões que precisam ser trabalhadas para que PNPCDG/LGBT a realmente atenda a população trans de forma digna e em suas mais variadas expressões de desafios presentes em sua vivência, tendo em vista que é necessário pensar em políticas públicas lembrando que há muitas outras envolvidas, considerando que as políticas devem estar em constante ligação entre si, ser pensada e executada de forma transversal para seu melhor funcionamento e



que os resultados sejam satisfatórios e não apenas emergenciais de forma emergencial. É um dos desafios apresentados no discurso dos entrevistados. O Estado precisa pensar o atendimento de forma integral a população trans e não apenas uma única expressão de suas problemáticas cotidianas, pois as vulnerabilidades são múltiplas, não somente de caráter identitário, mas social, econômico e político.

Quanto à ordem de desafios apresentadas por estas agentes institucionais, podemos elencar três: a negação de direitos; necessidade de pesquisas; e dificuldades institucionais.

Na fala de Aldebarã, é necessário desenvolver ações que possibilitem a garantia de direitos que são negligenciados de forma integrada.

Para Antares, busca-se compreender a partir de um olhar mais atento, onde se faz importantes estudos e pesquisas que possam relatar estes desafios. A partir do entendimento de Silva (2018, p. 19) quanto às produções científicas,

As potencialidades presentes nas produções científicas realizadas apresentam-se enquanto fundamentais para fomentar discussões em nível de políticas públicas e legislações que possibilitem compreender as particularidades de determinados grupos, principalmente ao que se refere no acesso aos direitos, a liberdade e a questão de reconhecimento

Sob esta ótica, a construção do conhecimento representa um mecanismo que possibilita a construção e o desenvolvimento de ações mais integradas.

Ainda quanto aos desafios, Antares nos informa que

A grande dificuldade é que os órgãos gestores envolvidos levem adiante a implantação, mas pra poder ter a implantação do ambulatório, e de hospitais e a SEMSA como a porta de entrada na unidade básica, precisa que as coisas andem dentro das secretarias, é a principal dificuldade que eu vejo. (ANTARES).

O reflexo disto se dá na falta de materiais necessários para o funcionamento da instituição e para o prosseguimento de muitos atendimentos, conforme explicita Antares.

Ao questionarmos de que forma o poder público em Manaus tem trabalhado para a efetivação da cidadania de pessoas trans, obtivemos negativas quanto a função do município desenvolvendo ações voltadas para esta população. Conforme citamos anteriormente, as UBS seriam porta de entrada para o acesso à saúde, porém isto é negado. Além dos contextos de negligência que tem se apresentado, principalmente na articulação com demais órgãos.

Estas discussões sobre as especificidades dos desafios em Manaus nos possibilitam buscar um recorte que atenda as demandas, ou como bem coloca Fernandes (2018, p. 56), que em sua dissertação aborda o cotidiano das transgeneridade femininas, “é viabilizar seus cotidianos, suas dificuldades e suas práticas discursivas”.

O reconhecimento das transgeneridades pelo poder público em Manaus tem se apresentado na ausência dos serviços oferecidos para esta população no âmbito do município. Fernandes (2018), ainda dialoga quanto à marginalização do corpo trans em nossa sociedade enquanto um mecanismo de perda de valor destes corpos, tornando-os ilegítimos.

Isto nos leva às ordens desafios apresentadas pelas entrevistas ao serem questionadas quanto aos desafios na efetivação da cidadania trans em Manaus. Obtivemos apontamentos quanto às questões estruturais, na fala de Regulus podemos perceber isto mais claramente:

Deparamo-nos com questões estruturais, onde as instituições se engessam e constroem barreiras, não há a pré-disposição daqueles que estão na linha de frente das instituições, e muito menos do poder público. Estamos em um país que massacra, discrimina e até anula essa população, e isso acarreta diversas outras formas de negligências.

O Plano Nacional de Cidadania LGBT nos possibilita estratégias, metas e diretrizes para criação de ações a serem desenvolvidas pelo poder público que abarque todo o segmento, o que não vem sendo realizado diante do cenário de retirada de direitos, exclusão de secretarias e violência dos tempos atuais.

Diante disto, questionou-se o que ainda é necessário ser feito para que as políticas Públicas e/ou Legislações possam atender as necessidades da população trans?

Percebemos elementos centrais discursivos quanto a ausência de legislações específicas. O redirecionamento das ações se dá de forma pautada buscando brechas para se construir as possibilidades de ação.

Quanto a isto, Aldebarã nos apresenta as possibilidades presentes e possíveis no momento quanto sua atuação frente à Gerência.

Precisamos unir forças, propor estratégias que dentro da Assembleia Legislativa que possa atender estas especificidades. Passamos por um momento de reestruturação, com pandemia, com reformas administrativas, com a conjuntura política atual. Precisamos buscar estratégias. A identidade de gênero é um fator político. Precisamos criar mecanismos diversos que possibilite debater com a sociedade a avançarmos nos espaços de poder.

Jesus (2012a, 2012b, 2013), apresenta justamente este posicionamento quando se trata do teor político das identidades trans, além de representar corpos resistentes.

Sob a ótica de Antares, os caminhos para a construção da cidadania se dão com ações precisas,

É preciso sair do papel e fazer que sejam aprovados os documentos para que o ambulatório funcione melhor, que possa se expandir. Que a população tenha o atendimento de forma mais digna. Estamos conseguindo mais visibilidade. Faço um trabalho diário de forma transversal nos atendimentos. Além das parcerias que construímos

Já Regulus buscando uma análise da atual conjuntura, possibilita pensar o cenário presente de nossa sociedade.

Nesse atual cenário não vejo um marco legal que garanta a cidadania de pessoas trans em Manaus, pois não representantes suficientes com esse olhar para as diversidades, o que impede nosso trabalho institucional, a lei precisa ser implantada e implementada.

Em Manaus, a ausência do poder público gera impactos negativos na formulação de estratégias que possibilitem o atendimento desta população. Tendo em vista que é no município que se dão as portas de entrada de diversos serviços, onde a promoção e prevenção deveriam estar presentes, há o descaso.

É necessário reconhecermos que temos avançado no desenvolvimento de ações estratégicas que atendam a população trans em Manaus. Diante do cenário que vivenciamos onde direitos estão sendo negados à população em geral, com o atual Governo Federal do presidente Jair Bolsonaro indo contra medidas que tratem a respeito dos Direitos Humanos, o reconhecimento das identidades trans tem caminhado a passos lentos, por meio destas agentes que se encontram a frente das instituições, em consonância com agentes de movimentos sociais, tendo em vista a dificuldade de implementar políticas que atendam aos pressupostos da população trans, é realizado uma frente de embate por estes agentes em conjunto com a sociedade civil como resposta à esta política de destruição de vidas e corpos, como coloca Mbembe (2016), ao fazer uma análise dos limites da soberania ao tratar daqueles que podem viver e os que podem morrer, é o que o autor chama de “necropolítica”.

Tendo o poder concentrado na mão do Estado, onde seu representante máximo, na figura do Presidente da República reverbera falas de cunho machista,

racista, homotransfóbico, as políticas locais sofrem grande impacto em seu desenvolvimento, como bem reverbera a fala de alguns destes agentes.

Em diálogo com Foucault, Mbembe (2016), nos aponta o modo em que os Estados modernos operam seu funcionamento no biopoder, que segundo Mbembe (2016) se apresenta insuficiente para tratar a respeito do poder da morte ou necropolítica. Este poder sobre os corpos está inscrito numa lógica de relações de poder que possibilita a dominação de corpos, como já tratamos anteriormente.

O que se vê na realidade brasileira, e em específico em Manaus, é a construção de uma política voltada para apenas determinados grupos. Mbembe (2016) salienta que isto se dá a partir da constituição de um poder que confere a alguns o status de “mortos-vivos”, como forma de legitimação de uma política de destruição.

Sob a ótica de Nardi (2017), é um cenário tenso, que nos mostra a recente legitimação das expressões de gênero e sexuais, diante de um contexto reacionário, conservador e sob a dominação masculina, onde a democracia vem sendo ameaçada.

É possível vislumbrarmos um caminho ainda a ser construído. As identidades de gênero não se limitam ao reconhecimento identitário, como bem apontamos, mas em vivências múltiplas e ao mesmo tempo específicas, que compreendem o contexto social, político e econômico.

Os discursos representam uma ordem clara no diz que respeito a ausência do Estado quanto instituição que deveria fazer valer direitos. Das agentes institucionais entrevistadas o descaso do poder público na demanda da população trans apareceu enquanto fio condutor durante o diálogo. É necessário fazer valer direitos, buscar estratégias que possibilitem um diálogo e a construção de aparatos legais que visem o acesso aos serviços públicos por parte da população transgênero em Manaus. Nos mais variados campos de sociabilidade, a corpo trans padece pelos estigmas que são colocados sobre eles.

### **3.3 Corpos trans e os desafios na (des) construção da cidadania e reconhecimento de suas identidades.**

As discussões anteriores permearam diálogos necessários para chegarmos até aqui. As análises discursivas dos agentes sociais e institucionais nos

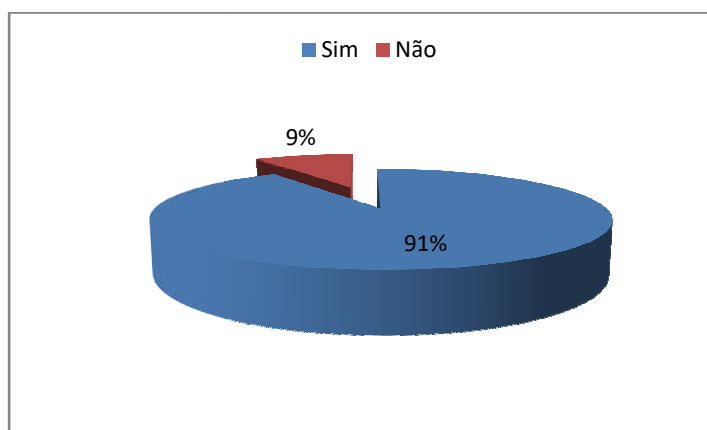
demonstraram as ordens de desafios presentes na construção da cidadã de pessoas trans em Manaus. Neste momento, buscaremos analisar as falas dos sujeitos trans, suas perspectivas e olhares para o modo que se institui as políticas e ações do poder público para o reconhecimento de suas identidades e demandas específicas, mas para além disso, a garantia dos direitos fundamentais a estes sujeitos, considerando as especificidades dos serviços oferecidos em Manaus.

Para Faleiros (2014, p. 708), “as demandas por serviços sociais ou políticas sociais expressam as desigualdades econômicas, de inclusão/exclusão social, de dominação de gênero, de relações de poder [...]”. É neste sentido que buscaremos compreender como tem se dado as ações desenvolvidas em Manaus para atender as especificidades desta população sob a ótica do reconhecimento de seus direitos.

Para isto, considerou-se a utilização das seguintes identificações destes corpos resistentes: Sirius; Pollux; Mirzan; Adhara; Rígel; Hadar; Veja; Alnitak; Bellatrix; Alhena; e Saiph. Ao longo de todo este trabalho, buscamos respeitar as identificações de cada indivíduo, neste momento, buscaremos manter tal feito com a utilização dos pronomes ele/ela, dele/dela, estes/estas, e buscando ao máximo a utilização de pronomes neutros da língua portuguesa. Ao abordarmos o conjunto destes sujeitos e destas sujeitas, utilizaremos o termo corpos resistentes.

Abordaremos aqui questões em torno do reconhecimento destes corpos resistentes nos serviços públicos em Manaus, desafios, possibilidades e perspectivas no atendimento de suas demandas a partir da fala destes e destas que utilizam os serviços públicos na capital amazonense.

Dentre os/as entrevistados/as, 91% nos informou que é usuário do sistema público na cidade de Manaus, quanto 9% informou que não tem acesso a estes serviços, bem como mostra o gráfico a seguir:



**Gráfico 06:** É usuário/a do sistema público?

**Fonte:** Pesquisa de campo (2020).

A princípio, buscamos compreender deles e delas quais serviços públicos acessavam. Dentre as respostas que obtivemos, o SUS apareceu como principal serviço utilizado por elas e eles. Como bem explicitado por Simpson (2016) e Jesus (2012a, 2012b), o sistema de saúde tem representado o serviço de maior demanda da população trans. Conforme o quadro abaixo nos demonstra.

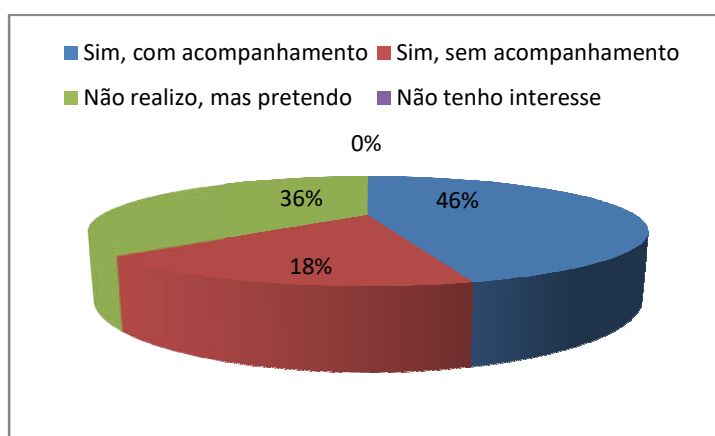
<b>Sirius</b>	O SUS com mais frequência.
<b>Pollux</b>	Do SUS, através do ambulatório.
<b>Mirzan</b>	A Policlínica da Codajás, o PAC e o Hospital Tropical
<b>Adhara</b>	Saúde, de mês em mês
<b>Rígel</b>	Ambulatório transexualizador, de 3 a 5 vezes por mês
<b>Hadar</b>	Acessava, pois dificilmente eu saio.
<b>Veja</b>	Saúde pública e ensino público, frequentemente.
<b>Alnitak</b>	Eu conheci o ambulatório de Diversidade Sexual e Gênero, localizado na Policlínica Codajás através de pesquisas na internet. Eu queria encontrar um local em Manaus que atendesse pessoas trans e fosse gratuito. Iniciei meu acompanhamento médico na policlínica em outubro de 2019. Recebo acompanhamento ginecológico, psicológico e fonoaudiológico dentro do ambulatório, além das prescrições de receitas para a compra dos hormônios. Através da policlínica consigo ter uma rotina de exames preventivos.
<b>Bellatrix</b>	Algumas vezes na semana vou ao ambulatório de acolhimento LGBT na Codajás, acesso a psicólogo e alguns serviços de saúde pra tratamento hormonal.
<b>Canopus</b>	Tenho acesso ao SUS do meu bairro. Mas somente para exames e consultas de rotina. Geralmente a cada 6 meses.
<b>Alhena</b>	UBSs, Políclínicas e Ambulatórios, mensalmente.
<b>Saiph</b>	O SUS.

**Quadro 10:** Serviços acessados pela população trans

**Fonte:** Pesquisa de campo, 2020.

Dentre estas falas, podemos perceber que o Ambulatório de Diversidade Sexual e de Gênero da Policlínica Codajás/SES, localizado no bairro da Cachoeirinha em Manaus/AM, tem se apresentado como principal espaço de acolhimento das pessoas transgênero na capital. A respeito deste Ambulatório, no tópico anterior, na fala de uma das agentes institucionais entrevistadas identificamos a sua criação a partir de uma ação coletiva dos movimentos sociais com integrantes de instituições públicas, que possibilitaram o andamento do projeto.

Este representa a possibilidade de um acompanhamento das especificidades a esta população no que tange aos aspectos biopsicossociais. Iniciativas como esta vão em consonância ao que é estabelecido na PNSI LGBT e no PNCD LGBT. Santos (2016) compreende o processo de desconstrução (bio) psicossocial que homens e mulheres trans vivencia que fragiliza sua saúde integral. Dos/as entrevistadas, quando questionados se realizam ou pretendem realizar hormonização, 46% nos informou que realiza acompanhamento médico, possível de ser realizado no Ambulatório do Pan da Codajás, em Manaus; 36% nos informou que ainda não realiza, mas pretende realizar; 18% realiza ainda sem o devido acompanhamento médico; nenhum informou a ausência de interesse.



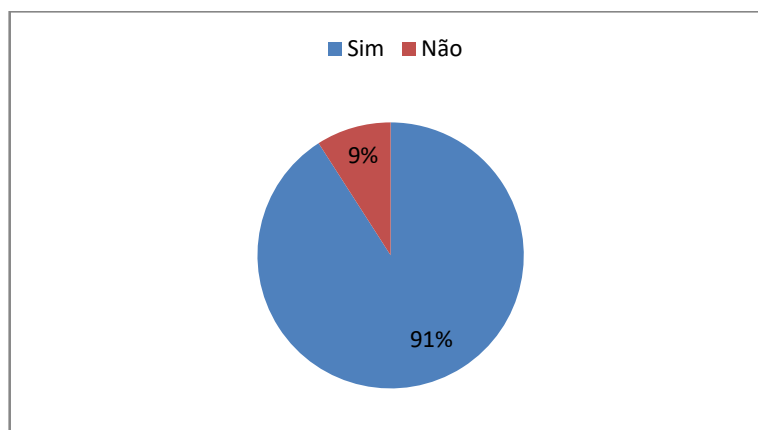
**Gráfico 07:** Realiza hormonização?  
**Fonte:** Pesquisa de campo (2020)

A partir da Portaria 2.803/2013, em conjunto com a Portaria 804/2017 do Ministério da Saúde representa um grande avanço para esta população ao dispor acerca da regulamentação e ampliação do Processo Transexualizador, bem como apontam Santos (2016) e Simpson (2016).

Ampliar os atendimentos específicos para à população trans requer um olhar voltado para as especificidades dos sujeitos, da região, do contexto político, econômico, social e do espaço que estão inseridos e inseridas na sociedade. É neste sentido que Ramos (2013), aponta que há a necessidade de um esforço por parte do poder público em reconheça as demandas para que possa avançar nas discussões dos direitos. No tocante a isto, podemos vislumbrar uma arena de conflitos constantes que se faz presente no cotidiano dos corpos trans, a partir dos discursos apresentados pelos entrevistados para esta pesquisa.

Nos mais variados campos de sociabilidade o reconhecimento das identidades trans se fazem necessário. Ramos (2013) salienta a luta diária vivenciada por travestis e transexuais na luta pelo reconhecimento identitário, deve-se haver um choque de realidade. A luta pelo reconhecimento das identidades trans e por políticas identitárias tem se realizado cotidianamente por agentes sociais de enfrentamento e por corpos de resistência na cidade de Manaus.

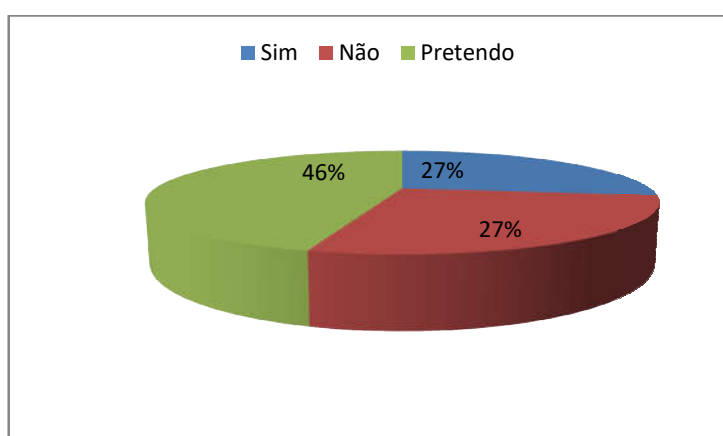
A Lei 4.946 de 2019, do Governo do Estado do Amazonas representou um grande avanço na garantia do uso do nome social em instituições públicas. A possibilidade de usar o seu nome social remete a uma conquista árdua. O quadro 03, do tópico 2.2, nos mostra o que tem se construído de legislações a nível federal para esta população. Porém, é necessário percorrer um distante caminho para a efetivação desta cidadania em Manaus, principalmente se tratando de serviços públicos. No tocante ao nome social, a representação gráfica a seguir mostra como se dispõe o conhecimento dos corpos resistentes entrevistados nesta pesquisa quanto aos procedimentos para retificação do nome social nos documentos.



**Gráfico 08:** Conhece os procedimentos para retificação dos documentos oficiais  
**Fonte:** Pesquisa de campo (2020)



Conforme nos mostra o gráfico, 91% das pessoas entrevistadas afirmam saber como se dá os procedimentos para retificação do nome social nos documentos oficiais de identificação, 9% apresentaram total desconhecimento de como proceder a este processo, mas se mostraram solícitos, a saber, informações a respeito. Quanto a isto, buscamos compreender acerca do uso do nome social nos documentos e/ou se havia interesse em realizá-lo. Dentre os/as entrevistados/as apenas 27% possuíam o nome social em seus documentos, quanto 27% ainda não o tinham ; 47% destes pretendem buscar algum informativo ou setor que possibilite esta modificação.



**Gráfico 09:** Possui o nome social em seus documentos?

**Fonte:** Pesquisa de campo (2020)

No tocante a isto, ao questionarmos acerca de como veem os serviços públicos voltados para pessoas trans em Manaus, obtivemos discursos diversos que permeiam a falta de informação, o descaso com as políticas e com a população, a precariedade e a dificuldade no acesso, como bem mostra o quadro abaixo:

<b>Sirius</b>	O serviço ainda tem muito que melhorar, nem sempre as pessoas que trabalham nesses ambientes sabem lidar ou tem algum conhecimento sobre transgêneros.
<b>Pollux</b>	Deveria ter mais, e são poucas pessoas que conhecem.
<b>Mirzan</b>	É ainda está muito lento, mas a gente vai chegar lá.
<b>Adhara</b>	Razoáveis.
<b>Rígel</b>	Precário, pouca visibilidade para nós, principalmente para nossa saúde. Tendo apenas 1 ambulatório para nós atender, pelo SUS.
<b>Hadar</b>	Algo interessante, pois nos refere como pessoas normais e dificilmente encontramos, pois são poucos.
<b>Vega</b>	Como algo muito bom, porém, poderia ser melhor.
<b>Alnitak</b>	Os serviços públicos de modo geral, como: UBS, Policlínica,

	Hospitais ainda possuem grande dificuldade em lidar com o nome social de seus usuários. A negligência quanto ao uso do pronome também. Acredito que deveriam existir outros ambulatórios de diversidade sexual e gênero em outras policlínicas da cidade, os quais pudessem atender um maior quantitativo de pessoas sem precisar sobrecarregar (como tem acontecido) o ambulatório da policlínica Codajás. E sinto falta de políticas públicas voltadas à gestação de homens trans já retificados: que hospitais da rede pública estão preparados para receber um homem grávido? Será que compreendem que homens também engravidam? Também abortam? Além disso, Manaus não possui nenhuma política pública que habilite o SUS a realizar cirurgias de redesignação sexual, mastectomias masculinizadoras, inserção de próteses mamárias, histerectomias. Pensar nessas questões é de extrema importância para a saúde integral de homens trans.
<b>Bellatrix</b>	Razoável, acho que deveria ter mais lugares com serviços, pois é um pouco difícil morar em uma zona e ter que ir pra outra zona longe apenas para receber um tratamento razoável que nem sempre realmente é realizado por conta de ter poucas pessoas que atuam na área com sabedoria e acolhimento.
<b>Canopus</b>	Não tenho uma opinião formada, pois até então não sabia da existência de um.
<b>Alhena</b>	Acessíveis, porém pouco divulgado.
<b>Saiph</b>	Um avanço em questões de políticas públicas, e sou muita grata pelos serviços em que sou contemplada

**Quadro 11:** Percepção dos serviços públicos em Manaus

**Fonte:** Pesquisa de campo (2020).

Um destaque à fala de Alnitak, que durante seu discurso faz questionamentos necessários para as especificidades das transgeneridades masculinidades. As discussões que permeiam as transgeneridades masculinas ainda são escassas no Brasil, conforme aponta Almeida (2012, p. 517) nos aponta que “é uma impossibilidade conceituá-la de forma universal, unívoca e a partir de uma classificação estritamente médico-psiquiátrica”. As experiências de homens trans devem ser dialogadas considerando o caráter específico das demandas apresentadas por estes (ALMEIDA, 2017). Como questiona Alnitak, estaria a rede pública preparada para atender as demandas das transgeneridades masculinas? Um questionamento necessário a ser pesquisado futuramente, tendo em vista que urge a necessidade de respostas a esta demanda.

A ausência de serviços específicos tem se apresentado enquanto uma ordem desafiadora a esta população. O campo da saúde tem se concentrado a maior oferta destes serviços, como apontado no tópico 3.2.

Em Manaus, de acordo com a fala dos corpos participantes da pesquisa, há uma carência quanto à rede de proteção de seus direitos, inexistente uma articulação com a atenção básica de saúde, bem como tem se discutido acerca do atendimento a esta população.

Não se busca uma política identitária somente, as lutas tem se concentrado na efetivação dos direitos fundamentais renegados a esta população. Dentro dos serviços públicos ainda se faz necessário o fomento de capacitação técnica quanto ao uso do nome social, por exemplo, medicada que se encontra presente enquanto eixos da PNCD e PNSI LGBT.

O não reconhecimento das identidades trans em espaços públicos em Manaus, bem como a segregação de corpos trans representa um passo retrógrado nas conquistas de Direitos Humanos estabelecidos. Para Toneli e Amaral (2017, p. 43)

Considerar a exposição do nosso corpo como nossa condição humana de existência, no qual a vida está relacionada e essa exposição, inclusive à violência, demonstra que nossos corpos são aparatos centrais nos quais abriga uma gama de poderes que possibilita vida e morte.

No tocante à esta questão, ao questionarmos a cerca do tratamento que estes recebem nos serviços públicos em Manaus, obtivemos as falas a seguir:

<b>Sirius</b>	Onde faço o tratamento hormonal, apesar do serviço ser num espaço improvisado, o atendimento é muito bom, acolhedor e sem discriminação.
<b>Pollux</b>	Às vezes é um pouco constrangedor, pois nem todos estão preparados pra lidar com o público.
<b>Mirzan</b>	Bem, em relação ao nome, me chamam de ele ainda em certos lugares (hospitais, posto de saúde, ubs), mas existem profissionais bem preparados que nos tratam com respeito.
<b>Adhara</b>	Um bom atendimento.
<b>Rígel</b>	Ótimos, todos me respeitam. Na escola também, todos me respeitam.
<b>Hadar</b>	Normal, muito carismático e pacífico, nos fazendo ver uma oportunidade de uma forma mais altruísta.
<b>Veja</b>	Muito agradável
<b>Alnitak</b>	Sou respeitado integralmente. Mesmo antes de ser retificado meu nome social era respeitado, e sempre fui bem recebido e atendido. O ambulatório de diversidade sexual e gênero possui excelentes profissionais.

<b>Bellatrix</b>	É bom, pois pelo menos os pequenos detalhes já fazem uma grande diferença para a comunidade.
<b>Canopus</b>	Regular! Sempre há umas grosseiras, o ambiente não me parece nada bom e, os funcionários não tratam bem as pessoas.
<b>Alhena</b>	Nos lugares que frequento, já vejo um preparo maior, na questão de tratamento com pronomes, e nome, mas não em todos os lugares que isso acontece.
<b>Saiph</b>	Sou sempre muito bem tratada.

**Quadro 12:** Tratamento nos serviços públicos em Manaus

**Fonte:** Pesquisa de campo (2020).

Apresenta-se enquanto ordens discursivas uma posição favorável ao tratamento, presentes nas falas de Sirius, Adhara, Rígel, Hadar, Veja, Bellatrix, Alhena e Saiph, que corroboram para pensarmos que estes serviços possibilitam um acesso humanizado e com respeito às diversidades das identidades de gênero. No tocante ao que fala Pollux, Mirzan e Canopus o atendimento tem se colocado dificultoso em decorrência de fatores que estão ligadas principalmente ao uso do nome social.

Quanto a isto, observa-se nos discursos destes e destas ao serem questionados/as se já sofreram algum tipo de discriminação em algum serviço público, sete responderam enfaticamente que não, sem discorrer sobre o assunto. As/os demais apresentaram situação de seu cotidiano, principalmente quanto ao uso do nome social, do banheiro e outras violências transfóbicas, bem como demonstrado no quadro abaixo:

<b>Sirius</b>	Sim, uma funcionária ao invés de me chamar pelo nome social na época, me constrangeu ao gritar o nome do registro num determinado exame.
<b>Pollux</b>	Sim. Em relação a usarem o nome de batismo, e uma vez que fizeram uma pesquisa comigo e tinha bastante gente em volta, fiquei constrangido.
<b>Mirzan</b>	Sim. Fui fazer exames de rotina no hospital Tropical, e lá fui orientada por certas assistentes sociais que deveria ter atendimento com ela, quando fui consultada fui insultada pelo médico que não lembro o nome, ele disse que “o nome social é só para dizer que temos que ser respeitadas, mas ele só chamará por ela se tivesse provas de que esta informação era verdade, com laudo comprovando a informação”
<b>Adhara</b>	Não.
<b>Rígel</b>	Não.
<b>Hadar</b>	Sim, falta de respeito e entendimento do meu gênero, falando

	sempre sobre minha aparência.
<b>Vega</b>	Sim, no fim do ensino médio, uma professora se recusava a me chamar pelo nome social, mesmo com aviso e informações.
<b>Alnitak</b>	Não.
<b>Bellatrix</b>	A única coisa que me ocorreu até agora em serviços é que os atendentes não tem a menor ideia de diferença entre gênero e sexualidade e ficavam tentando entender achando que eu era apenas uma lésbica que queria ser homem.
<b>Canopus</b>	Não sei se é relevante, mas quando cursei faculdade sofri uma discriminação da pedagoga da instituição. Eu estava informando ela de que gostaria de fazer uso do meu nome social na instituição e, logo após, ela me respondeu que: "NÃO TERIA UM BANHEIRO ADEQUADO PARA PESSOAS QUE NEM EU.
<b>Alhena</b>	Sim, já passei bastante constrangimento em UBSs, quando fui tomar vacinas por conta do meu nome civil, ainda não retificado. Também já foi motivo de chacota para um funcionário público no SPA Danilo Correa, quando estava passando mal de dor, e quando deu meu RG para ele fazer a ficha, quando ele viu a foto do meu RG ainda não retificado, e atualizado, ele começou a rir da minha cara, e a debochar pelo fato de estar acompanhada de meu então namorado da época.
<b>Saiph</b>	Não.

**Tabela 13:** Já sofreu algum tipo de discriminação nos serviços públicos.

**Fonte:** Pesquisa de campo (2020).

Para Guaranha e Lomado (2017), homens e mulheres trans tem sofrido constantemente com as violações de direitos humanos, por muitas vezes perceptíveis aos olhos cis, esta população vivencia experiências cotidianas de negação de direitos e exclusão social por conta de sua identidade gênero.

O nome social apresenta-se como signo de fundamental importância, representa o modo como estas pessoas se apresentam na sociedade. Ter este direito negado no caso da população requer uma análise para o sistema cisgênero de construção dos corpos dominantes, tendo em vista as práticas discursivas que se apresentam no ato de nomear alguém, como bem apontam Alves e Moreira (2015).

O nome social apresenta-se enquanto elemento central para a construção de suas novas identidade, como apontam Guaranha e Lomado (2017). Já para Rodovalho, não é suficiente, considerando que,

A auto identificação não dá conta de resolver o caso, visto que o papel que a pessoa desempenha no mundo não é decidido de maneira unilateral, por decreto, mas sim através duma negociação tensa de sentidos entre o que é ser e o que parece ser. (2017, p. 369).

Isto nos remete a luta cotidiana que esta população enfrenta para ter seu reconhecimento identitário e para vivenciar as experiências do gênero ao qual se identifica sem ter seus direitos renegados em razão disto.

No tocante ao questionamento sobre a identidade de gênero ser respeitada nos serviços públicos, obtivemos discursos convergentes, cinco entrevistados/as informaram que o respeito quanto sua identidade é reconhecido.

<b>Sirius</b>	Hoje em dia sim, pois já sou retificado, mas quando n era. Não só eu, mas para quem está começando esse longo processo passa por muito constrangimento, infelizmente.
<b>Pollux</b>	Um pouco, as vezes rola um constrangimento.
<b>Mirzan</b>	Não. As pessoas (algumas) não querem saber se você acha isso bom ou ruim pra você. Pra eles tudo é a mesma coisa, na tem diferença se é trans, lésbica, gay.
<b>Adhara</b>	Não.
<b>Rígel</b>	Não.
<b>Hadar</b>	Algumas das vezes sim.
<b>Vega</b>	Sim.
<b>Alnitak</b>	Hoje sim. Atualmente a minha possibilidade é maior, meus documentos são retificados, minha voz é masculina: isso contribui muito para que a minha identidade de gênero seja afirmada socialmente. Porém, antes da transição e da terapia hormonal eu sofria muito. Isso quer dizer que não importa se você diga que seu nome é “Victor” e que você é um homem, o que vale mais socialmente falando (e também nos protocolos de atendimento) é sua voz, o formato do seu corpo e os seus documentos. A ausência de conhecimento sobre a transexualidade entre os agentes de saúde ainda é muito grande. Isso dificulta o acesso de pessoas trans a esses serviços, pois elas preferem evitar do que passar por constrangimentos, discriminações e humilhações.
<b>Bellatrix</b>	Não mesmo, as pessoas não tem informação.
<b>Canopus</b>	Não.
<b>Alhena</b>	Na verdade não, pelo que vejo, nos lugares públicos são contadas as pessoas que tem preparo para lidar com pessoas trans. E a maioria das pessoas ainda acha que o uso do nome social é um favor, e não um direito conquistado.
<b>Saiph</b>	Sim.

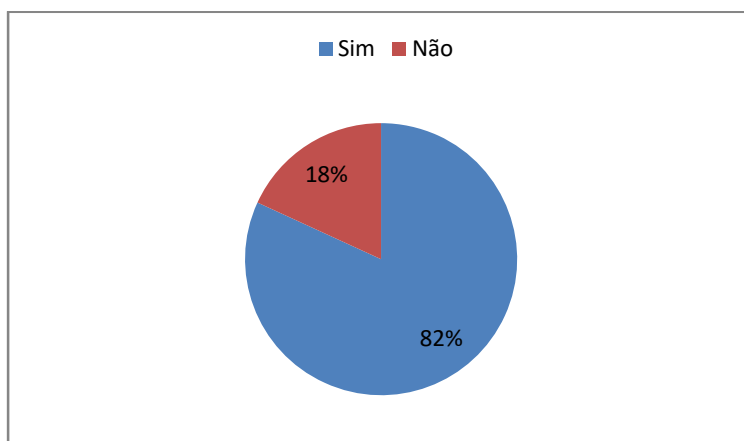
**Quadro14:** Tem sua identidade respeita nos serviços públicos.

**Fonte:** Pesquisa de campo (2020).

Aos que responderam negativamente ao questionamento, percebemos que o desconhecimento quanto às identidades de gênero são causadores para que não sejam respeitadas as identidades diversas.

As tensões que se apresentam no campo político estabelecem desafios (NARDI, 2017), os serviços oferecidos seguem com objetivos e diretrizes, mas ainda falta capacitação técnica que abarque as discussões de identidades. Toneli e Amaral (2017) apresentam as narrativas dos corpos políticos como uma dimensão do enfrentamento a estas dimensões, se requer um olhar para a demanda, para os/as sujeitos/as destas políticas, que se tornam corpos vulneráveis.

Ao serem questionados sobre o conhecimento acerca dos serviços públicos que buscam garantir os direitos desta população, obtivemos o seguinte resultado:



**Gráfico 10:** Conhece os serviços públicos em Manaus?

**Fonte:** Pesquisa de campo (2020).

O resultado nos mostrou que 82% de participantes conhecem algum serviço voltado para as especificidades de suas demandas, quanto 18% desconhecem totalmente os serviços oferecidos.

Desta forma, buscamos compreender os desafios enfrentados na sociedade para a efetivação da cidadania de pessoas trans em Manaus. Educação, empregabilidade, reconhecimento identitário, se apresentam como desafios e formas de exclusão, bem como mostra o quadro a seguir:

<b>Sirius</b>	Os dois maiores desafios da nossa comunidade, é terminar a escola e ser inserido no mercado de trabalho lidando com a realidade que são poucas as oportunidades de trabalho para pessoas trans.
<b>Pollux</b>	Mais é emprego, a dificuldade para conseguir trabalho, e os banheiros também.
<b>Mirzan</b>	Bom, eu queria fazer faculdade de Biologia, cursos também, mas tem que ter dinheiro e moradia fixa. Trabalho as pessoas ainda te olham estranho se ver teu nome no documento e documento e você não condiz, não te aceitam, portanto tem que melhorar muito.

<b>Adhara</b>	Todos os tipos de desafios, sair de casa todos os dias é um desafio.
<b>Rígel</b>	O respeito por ser quem somos, a sociedade cria padrões do que é um homem ou mulher, e isso acaba prejudicando a nossa efetivação na sociedade, seja, profissional e até mesmo em família, que muitas das vezes, não somos aceito.
<b>Hadar</b>	A aparência, o falar, os documentos, e verbal, pois nós temos que provar o que somos.
<b>Vega</b>	Por não ter o nome retificado e a aparência não tão passável, o respeito nem sempre chega, e é complicado ter o reconhecimento.
<b>Alnitak</b>	A inserção no mercado de trabalho. Todos os meus empregos de carteira assinada foram anteriores a retificação. Atualmente estou desempregado e nas últimas entrevistas de emprego que fiz o fato de ser um homem trans me causou constrangimentos e danos psicológicos irreparáveis. Fui impedido de realizar uma entrevista de estágio em uma unidade prisional por conta do meu binder (a faixa que comprime os seios), pois para a unidade prisional homens não usam faixa para seios, afinal homens não têm seios. Conseguem enxergar que pessoas trans são renegadas, e esquecidas como cidadãos em algumas instituições? O sistema prisional ainda não está pronto para receber uma pessoa trans: nem como presos, muito menos enquanto funcionário.
<b>Bellatrix</b>	A burocracia e a demora são enorme, isso é tudo o que tenho pra dizer, não é fácil.
<b>Canopus</b>	Os três serviços que julgo essenciais são os que mais são escassos a população trans. Saúde, Trabalho, Educação.
<b>Alhena</b>	O primeiro delas é ter esse direito, de ao menos ser vista como cidadã. Segundo o próprio preconceito, e a falta da informação das pessoas sobre o assunto. A violência dentro da própria casa, nas escolas, e se sem dúvidas a dificuldade de conseguir emprego formal, acredito que faltam muitas políticas públicas para essa questão da empregabilidade, o que acaba agravando o fato de várias transexuais terem que prostituir para sobreviver.
<b>Saiph</b>	Nossa humanidade é desafiada todo dia em todos os espaços, acho que as poucas vezes que passei por alguma discriminação foi perante a legitimidade da minha identidade feminina

**Quadro 15:** Desafios para a efetivação de sua cidadania em Manaus.

**Fonte:** Pesquisa de campo (2020).

A educação tem se apresentado como política de maior resistência para população trans. Bem como coloca Louro (1997), a educação é um campo de produção de exclusões. Mirzan apresenta em seu discurso duas problemáticas de ordem social: educação e emprego. Os estigmas e preconceitos permeiam o campo desta política pública e as violências ocorrem nos mais variados níveis da educação,

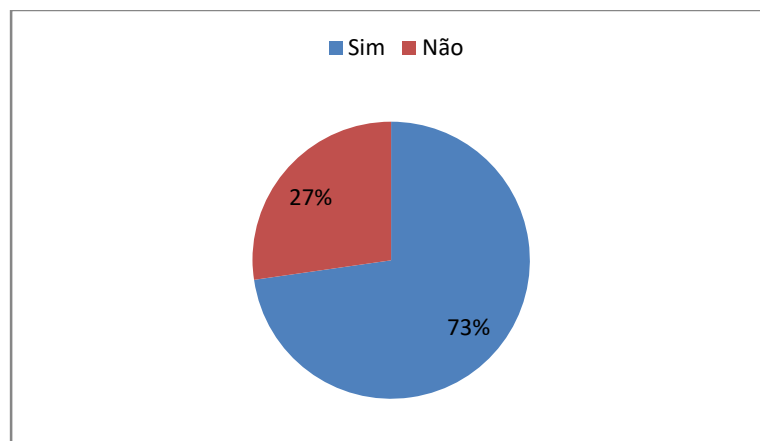


resultando em maiores índices de evasão. Para Louro (1997), a escola é um campo em que se constroem diferenças, distinções e desigualdades, em sua trajetória histórica já há a separação dos sujeitos.

Para Reidel (2017), a educação e o trabalho se apresentam como campos de disputas, onde os corpos trans são negados. Diante do cenário de exclusão a resistência se faz presente.

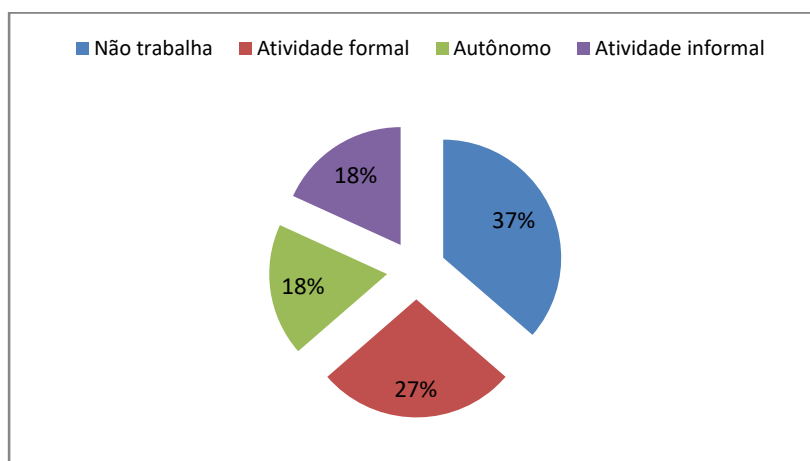
Podemos vislumbrar um cenário de perspectivas positivas para além dos desafios que são postos cotidianamente. Tem se criando um leque de possibilidades para se debater sobre gênero, sexualidade e temas afins, principalmente ao que tange ao ingresso de pessoas transgêneros ao campo universitário, e consequentemente ao universo das pesquisas científicas. No ano de 2018, a Universidade Federal do Amazonas outorgou o grau de bacharela a primeira aluna trans a usar o nome social em sua colação de grau<sup>19</sup>, uma conquista fruto de muitas lutas travadas no espaço da academia.

De acordo com a pesquisa realizada, os dados quanto a empregabilidade dos/as entrevistados/as se dispõem da seguinte maneira



**Gráfico 11:** Empregabilidade.  
**Fonte:** Pesquisa de campo (2020).

<sup>19</sup> Mais informações <https://ufam.edu.br/noticias-bloco-esquerdo/7864-ufam-outorga-grau-a-110-formandos-do-instituto-de-filosofia-ciencias-humanas-e-sociais-ifchs> Acessado em nov/2020



**Gráfico 12:** Profissão/Ocupação.  
**Fonte:** Pesquisa de campo (2020).

A questão da escolaridade levanta outros aspectos socioeconômicos como a questão da empregabilidade e renda dos/as entrevistados/as. O ensino básico já não se faz mais suficiente para o mercado. Dentre os/as entrevistados/as 73% trabalham ou já trabalharam, quanto 27% ainda não ingressaram no mercado de trabalho, conforme aponta no gráfico 03.

Ao que se refere à profissão e/ou ocupação destes e destas, a representação gráfica dispõe da seguinte maneira: 37% não possui ocupação no momento; 27% encontra-se no mercado formal; 18% em atividade informal; e 18% se identificou como autônomo. Nos discursos destes agentes apresentou profissões como empreendedor, cozinheira, aprendiz e atendente.

Busca-se pessoas qualificadas e preparadas para realizarem as mais diversificadas funções. Para isto, a qualificação, a busca pelo conhecimento de novas técnicas e preparo faz com que o mercado de trabalho esteja competitivo e exigente, principalmente para atender a demanda do grande capital, e mesmo com a qualificação desejada adentrar ou permanecer no mercado de trabalho formal não é sinônimo de garantia de emprego, como cita Souza (2010).

Faz-se presente nas instituições um caráter excludente daqueles que não possuem requisitos básicos para sua admissão ou permanência, tornando, assim, cada vez mais difícil adentrar ao mercado formal, a precarização do espaço empregatício, as constantes crises no mundo do trabalho, a substituição do homem por máquinas ou por quem apresenta mais preparado para exercer várias funções, mesmo que não seja remunerado de forma justa, torna o número de pessoas fora do

mercado de trabalho cada vez mais expressivo Souza (2010) explica a baixa qualificação dos trabalhadores dificulta a sua inserção no mercado de trabalho atual, em decorrência dos constantes avanços tecnológicos e novas máquinas e equipamentos que são introduzidos nas empresas locais.

Porém, ainda há muito que se percorrer, de acordo com a ASSOTRAM, a permanência destes/as nas escolas ou mesmo faculdades tem se tornado um desafio. Os dados da Andifes, apresentados anteriormente, apresentam este quadro significativo, onde apenas 0,2% dos estudantes das universidades federais se identificam enquanto pessoa trans.

No tocante à empregabilidade, tem se buscado construir uma rede que possibilite o ingresso destes/as no mercado formal de trabalho. A ASSOTRAM e o Coletivo O Gênero tem propiciado através de suas redes sociais uma central de compartilhamento de oportunidade de emprego para a população trans. Em matéria noticiada no site da ASSOTRAM<sup>20</sup>, a discussão a respeito desta temática tem se colocado enquanto um desafio a se desvelar. Algumas vezes nem formação superior é suficiente para a locação no mercado formal.

Partindo para a compreensão dos e das entrevistados/as quanto à forma que o poder público tem lhe dado com as demandas em Manaus, o quadro abaixo

<b>Sirius</b>	Assistência que o governo da é pouquíssima, em comparação aos outros estados. Manaus, ainda é muito atrasada no que diz respeito ao SUS e saúde da população trans. Aqui temos que comprar nossos hormônios em SP é dado de graça.
<b>Pollux</b>	Não sei muito bem opinar.
<b>Mirzan</b>	Ainda há um atraso em relação a isso, seja na escola, em casa, no trabalho, nos postos de saúde, etc. Mas como somos muito, o poder público de Manaus tem que ceder as propostas e emendas levadas a ele.
<b>Adhara</b>	Poucos serviços, somos quase invisíveis.
<b>Rígel</b>	Nenhum suporte e nenhum sinal de ajuda até agora.
<b>Hadar</b>	Razoável.
<b>Vega</b>	Não tão efetivamente, há praticas que ajudam, mas são escassas ou não tão completas.
<b>Alnitak</b>	Existem os Comitês de Saúde da População LGBTQIAP+, e existem políticas públicas de saúde vigentes. Mas, ainda é muito pouco para o que a população trans realmente precisa. É necessário uma articulação maior com as grandes empresas,

<sup>20</sup> ASSOTRAM: <https://www.assotram.com.br/populacao-trans-enfrenta-resistencia-e-busca-alternativas-para-insercao-no-mercado-de-trabalho/> Acessado em Nov/2020.

	treinamentos para os agentes públicos da saúde, da educação, do comércio, enfim; treinamento para que pessoas trans sejam bem atendidas e respeitadas. E é preciso ir fomentar essas políticas a partir do olhar, e da voz de quem realmente sabe o que está faltando, é preciso dar voz às periferias.
<b>Bellatrix</b>	Muito mal, parece que a cada dia a sociedade está completamente vendada quando se trata desse assunto principalmente o poder público, quase não se vê falar ou escrever normas que ajudem a minimizar certos desconfortos ou acolher, as casas de acolhimento a pessoas LGBT's que existem em Manaus não foram criadas pelo poder público, foram os próprios LGBT's com ajuda de alguns contatos que tentam manter ao máximo um lugar.
<b>Canopus</b>	Não vejo nenhum progresso em nada. Apenas decepção.
<b>Alhena</b>	O poder público em Manaus em si ignora nossas demandas, vejo mais efetividade em ongs e associações independentes, do que dá parte da Prefeitura/Governo. Associações com a ASSOTRAM (Associação de Travestis e Transexuais do Amazonas) e a Casa Miga (Abrigo para pessoas LGBTs e estrangeiros em situações de rua, ou vulnerabilidade social) tem feito grandes ações na cidade de Manaus.
<b>Saiph</b>	Acho que é um trabalho de formiga, suas políticas voltadas para nós tem pouco tempo então ainda tem muita coisa a se melhorar

**Quadro 16:** Ação do poder público de Manaus com a demanda da população trans.

**Fonte:** Pesquisa de campo (2020).

Os discursos apresentam o descontentamento quanto às ações e a não efetividade dos serviços oferecidos em Manaus. De acordo com a ASSOTRAM, a viabilização de direitos por meio da prefeitura de Manaus tem sido inexistente, as instituições públicas municipais não tem se aberto ao diálogo.

Bellatrix, em sua fala apresenta a cegueira social diante das mudanças da sociedade. Novos corpos, novas identidade se constituem para além do que já é conhecido. A ineficácia tem se apresentado nos mais variados campos sociais em Manaus, desde o lazer ate direitos essenciais como a saúde básica.

Diante das considerações apresentadas, nota-se um desafio a ser desvelado em torno das transgeneridades, ao reconhecimento das identidades destes sujeitos, mas no cerne das questões ligadas aos direitos fundamentais que são ainda negligenciadas pelo Estado.

No tocante a isto, buscamos compreender a partir dos discursos destes sujeitos, o que ainda necessário a ser feito para as políticas possam atender as demandas destas pessoas em Manaus.

<b>Sírius</b>	Que as leis saiam do papel, e que se tenham recursos para tais leis funcionarem.
<b>Pollux</b>	Ouvir mais a gente. Entender nossas demandas a partir de nós.
<b>Mirzan</b>	Tem que fazer a canetada valer de verdade, reeducar desde os pais, dentro de suas casas para que seus filhos também sejam educados quanto às pessoas trans, tratar com respeito nas escolas públicas.
<b>Adhara</b>	Sermos ouvidos.
<b>Rígel</b>	Capacitação de profissionais, seja de saúde e educação para melhor conforto para todos. A ampliação de ambulatórios transexualizadores em Manaus, tendo, até então, somente 1 na cidade.
<b>Hadar</b>	Mais oportunidades, mais reconhecimentos, lugares sociáveis e diversos com leis, precisamos de mais oportunidades de ajudar aqueles que não tem condições, de fazer a hormonização, por exemplo, e mudanças de tabus, mais lugares para uma disponibilidade social.
<b>Vega</b>	A fiscalização e treinamento dos órgãos para o atendimento das pessoas trans é o que deveria ser mais enfatizado.
<b>Alnitak</b>	É necessário dar voz aos trans. Os diálogos ainda são muito elitistas, academicistas. É preciso sair da academia, sair das mesas dos comitês e ir buscar os jovens das comunidades para serem ouvidos. É preciso fomentar as casas de apoio LGBTQIAP+ aqui de Manaus, dar visibilidade a essas instituições, e principalmente tornar as políticas educacionais capazes de acolher uma criança, um adolescente, um adulto trans em suas escolas, para que o índice de evasão escolar da população trans diminua. É preciso aumentar os locais de denúncia contra transfobia, e treinar os agentes policiais a intervir de forma ética em casos de transfobia e não causar ainda mais sofrimentos à pessoa trans, e tornando sua denúncia uma subnotificação e não uma denúncia de transfobia de fato.
<b>Bellatrix</b>	Séria um sonho que houvesse um ambulatório pelo menos em cada zona da cidade, ou que pelos nas casinhas e UBS tenham treinamento para essas situações, ter casas de acolhimento pois nem toda pessoa trans tem local pra morar por conta da discriminação, ter mais campanhas de informação ao público e não precisar de tanta burocracia para retificação dos documentos e também um atendimento mais rápido para o tratamento hormonal.
<b>Canopus</b>	Ter mais políticos homens e mulheres que entendam nossas necessidades básicas, que saibam o nosso direito, principalmente se eles forem LGBTQ+.
<b>Alhena</b>	Eles precisariam ser eficazes, e acessíveis a toda população T. Inclusive as mulheres trans que trabalham nas ruas, na prostituição, que A divulgação dessas leis também deveria ser mais visíveis e didáticas. E no fim, ter mais fiscalização para que as mesmas sejam cumpridas de forma efetiva, e eficaz.

<b>Saiph</b>	Mais representatividade nossa para poder lutar pelos nossos direitos
--------------	--

**Quadro 17:** O que é necessário para atender as demandas da população trans em Manaus.

**Fonte:** Pesquisa de campo (2020).

No tocante a esta discussão, os/as entrevistados/as apresentaram preocupações quanto ao funcionamento dos serviços, bem como a ausência de legislações específicas, além de capacitação profissional. “É necessário dar voz aos trans” (ALNITAK), sob esta fala podemos perceber a necessidade construção de um diálogo com a população que acessa a estes serviços.

Na concepção de Larrat (2016), a negação das necessidades específicas fomenta as mais variadas formas de exclusão desta população. A tentativa de transversalizar a pauta da demanda da população trans tem se apresentado como maior desafio do poder público (LARRAT, 2016).

Em Manaus tem se apresentado discussões necessárias realizadas por meio dos movimentos sociais de representação com o intuito de debater acerca das demandas desta população.

Diante do exposto, compreender os desafios postos às pessoas trans no acesso aos serviços das políticas públicas requer um olhar para as especificidades de suas demandas, diante do contexto de preconceito e discriminação que ainda apresentam-se enquanto um fator excludente em nossa sociedade. É importante salientar que reconhecer o processo dinâmico no qual estão postas as identidades de gênero é um instrumento fundamental para rompermos com paradigmas históricos de preconceito. Portanto, cabe a nós aproximarmos das questões que permeiam a luta pela garantia de direitos.

Portanto, é necessário buscar a garantia do acesso a direitos deve perpassar a todos os segmentos de nossa sociedade, desta forma, pensar em ações articuladas, programas, projetos, legislações e políticas que atendam aos pressupostos desta população que sejam transversais entre si, no atendimento e no acesso a direitos enquanto estratégia que possibilite viabilizar os serviços básicos que garantam a dignidade da pessoa humana, bem como nos aponta Feitosa (2017).

Cabe o dever de debruçarmos sobre a temática, a fim de compreender as especificidades da população transgênero viabilizando e garantindo direitos,

pensando em ações e estratégias que possibilitem o acesso equitativo as políticas públicas resguardando as especificidades de cada.

Vimos aqui, a partir da amostra desta pesquisa, um panorama dos discursos e experiências da população trans a respeito do reconhecimento das identidades transgênero nos serviços públicos que garantam a cidadania em Manaus. Verificamos a necessidade de uma ação efetiva do poder público na capital amazonense a fim de atender as demandas desta população que se vê em uma realidade onde seus direitos básicos não são atendidos, reflexos de uma gestão do Governo Federal que se cala e se nega a atender aos pressupostos que venha a viabilizar direitos humanos, direitos fundamentais aos mais variados grupos sociais, que reflete drasticamente na população trans.

Ainda há um leque de questões que precisam ser trabalhadas para que a cidadania destas pessoas seja realmente efetivada. É necessário pensar uma política pública lembrando que há muitas outras envolvidas, tendo em vista que as políticas devem estar em constante ligação entre si para seu melhor funcionamento e que os resultados sejam satisfatórios e não apenas emergenciais.

O Estado precisa repensar o atendimento de forma integral a esta população e não apenas ações de forma pontual, pois a população em vulnerabilidade social encontra-se envolta a muitas das expressões da questão social. As políticas públicas devem ser transversais entre si, caso contrário ao buscar alternativas para uma determinada problemática outras expressões da questão social serão postas.

É um contexto de difícil que requer uma análise acerca das mais variadas formas de opressão e exclusão que tentam silenciar as vozes desta população e dos agentes que se colocam na linha de frente da luta pelo reconhecimento da cidadania das pessoas transgênero em Manaus.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Compreendemos até aqui a construção social dos corpos em nossa sociedade e o modo que se desenvolveu as arenas de conflitos em torno das identidades transgênero. Instaura-se um sistema heteronormativo que representa uma dinâmica social de exclusão e segregação que reverberam as relações de poder a partir do dispositivo do corpo enquanto um fator político na omissão do Estado perante as demandas identitárias da população trans.

Tecer considerações acerca das problemáticas vivenciadas por pessoas trans não cabe neste trabalho. Buscamos aqui compreender sob a ótica destes sujeitos as possibilidades para se enfrentar as variadas formas de exclusão vivenciadas por eles e elas na sociedade e contribuir para dar visibilidade a esta população e suas demandas.

Nos mais variados campos e espaços sociais e arenas de conflitos as identidades transgênero representam experiências que requerem um olhar para os aspectos que vão além do reconhecimento identitário. Para Modesto (2013), este grupo é que mais é que tem mais sofrido rejeição social.

São violências diversas que estes e estas estão submetidos em seu cotidiano. De acordo com a ANTRA, as identidades políticas, termo apresentado por esta associação e por aqueles e aquelas que são representados por esta, tem sido reivindicada nos espaços sociais.

O não reconhecimento do nome social, não ter sua identidade de gênero respeitada, a evasão escolar, o difícil acesso ao mercado de trabalho, dentre inúmeras formas de negligência que esta população vivencia representam o como a ótica cisgênero massacra os corpos trans em nossa sociedade.

Notou-se que não se busca apenas políticas identitárias, mas a efetivação dos direitos fundamentais a esta população que e tem o acesso negado às políticas de saúde, educação, segurança, assistência e outras, em decorrência de sua identidade de gênero.

As questões em torno das transgeneridades perpassam tanto as dimensões de ordens de luta por reconhecimento identitário, da cidadania, do direito e da subjetividade quanto de ordens morais, religiosas e conservadoras. São concepções antagônicas que se encontram em arenas de disputas fundadas no binarismo de gênero normatizado.



Neste sentido, o Estado tem apresentado um papel omissivo no tocante às demandas por políticas que atendam aos pressupostos das demandas desta população, que possibilitem o reconhecimento de identidades daqueles e daquelas que não se enquadram no sistema cis-heteronormativo constituído em nossa sociedade.

O estabelecimento de políticas de exclusão adotadas pelo Governo Federal do atual presidente Jair Bolsonaro implica no não funcionamento dos aparatos legais a nível de estado e município. Há a constituição de uma ordem de exclusão daqueles que não se enquadram em paradigmas morais deste governo, representando o que Mbembe (2016) nos coloca enquanto uma necropolítica, onde se decidem através do poder aqueles que devem ou não viver, tendo em vista que a negligência em políticas sócias torna ainda mais difícil o acesso e reconhecimento da cidadania destes sujeitos.

As políticas identitárias são necessárias, mas a garantia de direitos fundamentais a esta população é de extrema urgência. Precisamos desconstruir e eliminar qualquer forma de exclusão e invisibilização destes corpos em nossa sociedade. É necessário reconhecer os direitos humanos, o direito à vida, à liberdade, às escolhas, às identidades.

O Estado tem se colocado em constante conflito com movimentos sociais e todos aqueles que representam determinados grupos que lutam pelo reconhecimento de suas identidades. São arenas de conflito, onde o Estado enquanto detentor de poder deslegitima lutas por reconhecimento, fragmenta políticas, resultando em exclusão.

Faz-se necessário que o Legislativo, a nível de Congresso, Senado e Câmara municipal, assumam seu papel perante a sociedade e trate as demandas da população transgênero de forma política sem considerar paradigmas de moralidade que tem recaído sobre a política brasileira.

Em Manaus, a partir das falas da população trans entrevistada e dos agentes sócias e institucionais, podemos perceber o modo como a ausência do poder público, tanto a nível federal quanto estadual e municipal tem reverberado no funcionamento das políticas de forma pontual, e tomada por iniciativa daqueles e daquelas que estão à frente de determinados serviços e em constante diálogo com os movimentos sociais.

Como bem apresentamos em nossa pesquisa de campo, Manaus tem apresentado dificuldade para disponibilizar o acesso a esta população aos serviços essenciais, colocando-os em situação de vulnerabilidade e exclusão.

Temos que considerar o cenário político atual brasileiro de retirada de direitos e de a ausência do Estado nas mais variadas formas de opressão, que exclui estes corpos.

Ao adentrar ao campo de pesquisa e ouvir as experiências a partir dos discursos presentes nas falas das e dos sujeitos trans, bem como os agentes sociais e institucionais em Manaus, percebe-se o descaso e o silenciamento para com as demandas desta população.

A partir desta pesquisa, poderão ser pensados mecanismos que possibilitem estudos voltados às transgeneridades, assim como subsidiará a construção e desenvolvimento de políticas públicas que contribuam para a efetivação da cidadania de pessoas trans na cidade de Manaus.

Diante disto, os agentes sociais e institucionais desta pesquisa apresentaram-se enquanto resistência, enfrentando esta difícil realidade de se fazer ser ouvido e garantir o acesso a direitos fundamentais a esta população.

A busca pela construção de um caminho que vise ações para a efetivação da cidadania trans em Manaus tem se colocado a partir do diálogo construído entre os agentes da pesquisa. Os dados nos mostram a necessidade de eliminar as mais variadas formas de opressão vivenciadas por esta população, tais como baixa escolaridade, ausência de renda ou de emprego, e o não acesso a informações necessárias que possibilitem dar o primeiro passo para o reconhecimento de sua identidade.

É neste sentido que se deve articular debates e aproximações dos movimentos de representação das pessoas trans, assim como aprofundar estudos na temática, propondo ações que possibilitem garantir o acesso aos mais variados serviços sociais por este segmento da população. Articular com o movimento social que está à frente das lutas das pessoas trans é um importante mecanismo de estabelecer um diálogo fluído com estes sujeitos, não sendo ações de cima para baixo, mas compreendendo de fato os desafios vivenciados por estes em seu cotidiano.

Desta forma, pesquisas acadêmico-científicas em torno das transgeneridades perpassam desafios nos campos da moralidade, da religiosidade e do conservadorismo. Por estes motivos que buscar analisar, sob a luz da cientificidade, o reconhecimento da cidadania transgênero coloca-se enquanto fator ímpar para substanciar medidas que possibilitem articular a garantia de direitos com argumentos que rompam paradigmas sociais.

É necessário nos desprendermos de paradigmas construídos socialmente, conceitos e definições que moldam nossa sociedade para construirmos uma sociedade que respeite todos os corpos e identidades que se constroem ao logo da subjetividade de cada indivíduo, e que possam ser reconhecidas enquanto sujeitos de direito.

Portanto, é necessário buscar a garantia do acesso a direitos deve perpassar a todos os segmentos de nossa sociedade, desta forma, pensar em ações articuladas, programas, projetos, legislações e políticas que atendam aos pressupostos desta população que sejam transversais entre si, no atendimento e no acesso a direitos enquanto estratégia que possibilite viabilizar o acesso a serviços básicos que garantam a dignidade da pessoa humana. Cabe o dever de debruçarmos sobre a temática, a fim de compreender as especificidades da população transgênero nos mais variados campos, viabilizando e garantindo direitos, pensando em ações e estratégias que possibilitem o acesso equitativo as políticas publicas resguardando as especificidades de cada.

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Guilherme. "Homens trans": Novos matizes na aquarela das masculinidades?. In: Estudos Feministas. Florianópolis, 20(2): 256, mai/ago, 2012.
- ANDRADE, Luma Nogueira. Travestis na escola: Assujeitamento e resistência à ordem normativa. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal do Ceará, 2012. Disponível em:  
<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/131976/tese%20Luma%20Andrade.pdf?sequence=1&isAllowed=y>
- ARAÚJO, Giowana Cambrone Araújo. Transtorno? Não... Transcedência! Corpos Tras (cedentes). In: SILVA, Daniele Andrade da et al. (Orgs). Feminilidades: Corpos e sexualidade em debate. – Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013
- ASSOCIAÇÃO DE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS DO AMAZONAS.  
<https://www.assotram.com.br/>
- ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS. Mapa dos assassinatos de Travestis e Transexuais no Brasil em 2017. Disponível em:  
<https://antrabrasil.org/> Acessado em janeiro/2018.
- BARROCO, Maria Lúcia Silva. Não passarão! Ofensiva neoconservadora e Serviço Social. In: Serviço Social e Sociedade, São Paulo, n. 124, p. 623-636, out./dez.2015.
- BEHRING, Elaine Fundamentos de Política Social. In: MOTA, Ana Elizabete et al. (orgs.). Serviço Social e saúde. São Paulo: OPAS, OMS, Ministério da Saúde, 2006. Disponível em:  
[h\\_p://www.sbf.org.br/fnepas/pdf/servico\\_social\\_saude/texto1--1.pdf](http://www.sbf.org.br/fnepas/pdf/servico_social_saude/texto1--1.pdf). Acesso em: 6 jan 2016.
- BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. Política Social: fundamentos e História. São Paulo: Cortez, 2011.
- BENEDETTI, Marcos. Toda Feita: O corpo e o gênero das travestis. – Rio de Janeiro :Garamond, 2005. (Gênero e sexualidade; Homossexualidade e cultura).
- BENTO, Berenice. A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual. – Rio de Janeiro : Garamond, 2006. (Coleção Sexualidade, gênero e sociedade).
- BENTO, Berenice. Nome social para pessoas trans: cidadania precária e gambiarra legal. In: Contemporânea, v. 4, n. 1, p. 165 – 182, jan/ jun. 2014
- BENTO, Berenice. O que é Transexualidade. São Paulo : Brasiliense, 2008. – (Coleção Primeiros Passos).
- BOURDIE. Sobre o Estado. Cursos nos Collège de France (1989-1992) 1ª ed. São Paulo: Cia das Letras, 2014.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988. – Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2007.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa. Política Nacional de Saúde Integral de LGBT. Brasília: Ministério da Saúde, 2012.

BRASIL. Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais. Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República – SEDH, Brasília, 2009.

BRITO, Wladimir. Do Estado da Construção à Desconstrução do Conceito de Estado-Nação. In: Revista da história das idéias. Vol 26, 2005.

BUTLER, Judith. Regulações de Gênero. In: Cadernos Pagu (42), janeiro-junho de 2014:249-274.

CARRARA, Sérgio. Moralidades, racionalidades e políticas sexuais no Brasil contemporâneo. In: MANA 21(2): 323-345, 2015 – DOI <http://dx.doi.org/10.1590/0104-93132015v21n2p323>

CARRARA, Sérgio. Políticas e Direitos Sexuais no Brasil contemporâneo. In: Bagoas, n. 05, 2010, p. 131 – 174.

CARVALHO, Marcos Castro; SIVORE, Horacio Federico. Ensino religioso, gênero e sexualidade na política educacional brasileira. In:Dossiê Conservadorismo, Direitos e moralidades. Cadernos Pagu (50), 2017.

CAVALCANTE, Lidiany de Lima. Sob o Véu da Homossexualidade: relações como espaço de conflito, poder e reconhecimento em Manaus. Tese ( Doutorado em Sociedade e Cultura na Amazônia). Universidade Federal do Amazonas. 2015. Disponível em: <https://tede.ufam.edu.br/bitstream/tede/5843/5/Tese%20-%20Lidiany%20de%20L.%20Cavalcante.pdf>

CORBIN, Alain. A influência da religião. In: CORBIN, Alain; COURTINE, Jean-Jacques; VIGARELLO, Georges. História do Corpo: Da Revolução à Grande Guerra (vol. 2). Tradução de João Batista Kreuch, Jame Clasen; revisão da tradução Ephraim Ferreira Alves. 5. ed. – Petrópolis, RJ :Vozes, 2012.

CORBIN, Alain; COURTINE, Jean-Jacques; VIGARELLO, Georges. História do Corpo: Da Renascença às Luzes (vol. 1). Tradução de Lúcia M. E. Orth; revisão da tradução Ephraim Ferreira Alves. 5. ed. – Petrópolis, RJ : Vozes, 2012.

COUTINHO, Carlos Nelson. Cidadania e modernidade. In: Perspectiva, São Paulo, 1990.

COUTO, Berenice Rojas. O Direito Social e a Assistência Social na sociedade brasileira: uma equação possível? – São Paulo : Cortez, 2004.

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS. Assembleia Geral das Nações Unidas em Paris. 10 dez. 1948. Disponível em: . Acesso em: 26 jun. 2020.

FACCHINI, Regina. Entre compassos e descompassos: um olhar para o “campo” e para “arena” do movimento LGBT brasileiro. In: BOGOAS. n. 04. 2009. p. 131-158.

FALEIROS, Vicente de Paula. O que é política social. 3 ed. São Paulo: Brasiliense, 1986. (coleção primeiros passos).

FEITOSA, Cleyton. Políticas Públicas LGBT e construção democrática no Brasil. 1 ed. – Curitiba: Appris, 2017.

FERNANDES, Cássio Péres. “Ela é diva da sarjeta, seu corpo é uma ocupação!”: cotidiano das transgeneridades femininas em situação de rua na cidade de Manaus-AM. 2018. 115 f. Dissertação d(Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal do Amazonas. Manaus, 2018.

- FOUCAULT, Michel. A história da sexualidade 1: A vontade de saber. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. – 7ª ed. – Rio de Janeiro/São Paulo, Paz e Terra, 2018b. – (Coleção Biblioteca de Filosofia).
- FOUCAULT, Michel. O corpo dos condenados. In: FOUCAULT, Michel. Vigiar e punir: nascimento da prisão. Tradução de Raquel Ramalhte. 42. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.
- FOUCAULT, Michel. Vigiar e Punir: nascimento da prisão. Tradução de Raquel Ramalhte. 42. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.
- FRASER, Nancy. Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça numa era “pós-socialista”. In: Cadernos de Campo, São Paulo, n. 14/15, 2006, p.231-239.
- GÉLIS, Jacques. O corpo, a igreja e o sagrado. In: CORBIN, Alain; COURTINE, Jean-Jacques; VIGARELLO, Georges. História do Corpo: Da Renascença às Luzes (vol. 1). Tradução de Lúcia M. E. Orth; revisão da tradução Ephraim Ferreira Alves. 5. ed. – Petrópolis, RJ : Vozes, 2012.
- GOFFMAN, Erving. Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Tradução de Márcia Bandeira de Melo Leite Nunes. – 4.ed. – Rio de Janeiro : LTC, 2008.
- GOHN, M. G. Movimentos Sociais na Contemporaneidade. In: Revista Brasileira de Educação. v. 16 n. 47 maio-ago.2011
- GONTIJO, Fabiano. A instituição da ortodoxia heteronormativa e da hortodoxia homossexual herética. In: GONTIJO, Fabiano. Rei Momo e o arco-íris: carnaval e homossexualidade no Rio de Janeiro. 24-32. – Rio de Janeiro :Garamond, 2009. (Coleção Sexualidade, Gênero e Sociedade).
- GROSSI, Miriam Pillar. Identidade de gênero e sexualidade. Antropologia em primeira mão. Florianópolis: UFSC, p.1-18, 1998.
- GUARANHA, Camila; LOMANDO, Eduardo. “Senhora, essa identidade não é sua!”: reflexões sobre a transnomeação. In: NARDI, Henrique Caetano; SILVEIRA, Raquel da Silva; MACHADO, Paula Sandrine (orgs). Diversidade Sexual, Relações de Gênero e
- GUIMARÃES, Roberta Gebrin. É dever do Estado, pois, garantir a plena realização do ser humano, com toda a dignidade que lhe é inerente. (Dissertação de Mestrado em Direito.Pontífica Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008.
- HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade; tradução Tomaz Tadeu da Silva, Guacira Lopes Louro – 11. ed. – Rio de Janeiro: DP&A, 2006.
- HALL, Stuart. Quem precisa de identidade? In: SILVA, Tomaz Tadeu (org. e trad.). Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2000, 103-133.
- HEILBORN, Maria Luiza. “Construção de si, gênero e sexualidade”, in: HEILBORN, Maria Luiza. (org.). Sexualidade: o olhar das ciências sociais, IMS/UERJ. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1999, p. 40-59.
- HONNETH, Axel. Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais. 2 ed. São Paulo, SP: Editora 34, 2009

- IAMAMOTO, Marilda Vilela. O trabalho do assistente social frente às mudanças do padrão de acumulação e de regulação social. In: *Capacitação em Serviço Social e Política Social*. Brasília, UNBCEAD/ CFESS/ABEPSS, 1999.
- JESUS, Jaqueline Gomes de. Violência Transfóbica E Movimentos De Afirmação Identitária No Brasil: desafios e possibilidades. In: *Anais do IV Seminário Internacional de Direitos Humanos, Violência e Pobreza: a situação das crianças e adolescentes na América Latina hoje*. Rio de Janeiro, Editora Rede Sirius/UERJ, 2012c.
- JESUS, Jaqueline Gomes. Feminismo e Identidade de Gênero: Elementos para a construção da teoria transfeminista. In: *Seminário Internacional Faendo Gênero10 (Anais Eletrônicos)*, Florianópolis, 2013.
- JESUS, Jaqueline Gomes. Feminismo transgênero e movimentos de mulheres transexuais. In: *Cronos – Revista do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da UFRN*, Natal, v. 11, n. 2, jul/dez, 2010, p. 8-19.
- JESUS, Jaqueline Gomes. Identidade de gênero e políticas de afirmação identitárias. In: *VI Congresso Internacional de Estudos sobre a Diversidade Sexual e de Gênero da ABEH*. 2012b.
- JESUS, Jaqueline Gomes. Orientações sobre identidade de gênero: Conceitos e termos – Guia técnico sobre pessoas transexuais, travestis e demais gêneros, para formadores de opinião. Brasília, 2012a.
- LARRAT, Symmy. Transfobia: como vencer uma herança do Brasil colonial e uma marca da ditadura?
- LE BRETON, David. *A sociologia do corpo*. Tradução de Sônia M. S. Fuhrmann. 4. ed. – Petrópolis, RJ : Vozes, 2010.
- LE BRETON, David. *Antropologia do corpo e modernidade*. Tradução de Fábio dos Santos Creder Lopes. – Petrópolis, RJ : Vozes, 2011.
- LEONARDO, Rafaela Costa; ATHAYDE, Thayz; POCAHY, Fernando Altair. O conceito de cisgeneridade e a produção de deslocamentos nas políticas feministas contemporâneas. In: *V Seminário Internacional Enlaçando Sexualidades*. p. 1-10.
- LIMA, Michele Pires. Cotidiano, Violência e Movimento social: histórias de uma travesti militante em Manaus (1996 – 2017). In: *Aedos, Porto Alegre*, v. 12, n. 26, ago. 2020.
- LOURO, Guaciara Lopes. *Gênero, Sexualidade e Educação: Uma perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.
- LOURO, Guacira Lopes. *Um corpo estranho – ensaios sobre a sexualidade e teoria queer*. 3. rev.amp. – Belo Horizonte : Autêntica Editora, 2018. – (Argos).
- LOURO, Guacira Lopes. *Um corpo estranho*. – 3. rev.amp. – Belo Horizonte : Autêntica Editora, 2018 (Argos).
- MANZINE-COVRE, Maria de Lourdes. *O que é cidadania*. São Paulo: Brasiliense, 1991. (Coleção Primeiros Passos).
- MATTHEWS-GRIECO, Sara F. *Corpo e sexualidade na Europa do Antigo Regime..* In: CORBIN, Alain; COURTINE, Jean-Jacques; VIGARELLO, Georges. *História do*

- Corpo: Da Renascença às Luzes (vol. 1). Tradução de Lúcia M. E. Orth; revisão da tradução Ephraim Ferreira Alves. 5. ed. – Petrópolis, RJ : Vozes, 2012.
- MBEMBE, Achille. Necropolítica. In: Artes e Ensaio – Revista do PPGAV/EBA/UFRJ, n. 32, dez. 2016.
- MENDONÇA, Erasto Fortes. ; Pobreza, Direitos Humanos, Justiça e Educação. In: MEC; SECADI. (Org.). Educação, pobreza e desigualdade social. 1aed.: , 2015, v. II, p. 1-70
- MILANI, Carlos Roberto Sanchez. O princípio da participação social na gestão de políticas públicas locais: uma análise de experiências latino-americanas e europeias. In Revista de Administração Pública. Rio de Janeiro, maio/jun. 2008 (pags 453-479).
- MODESTO, Edith. Transgeneridade: um complexo desafio. In: Via Atlântica, São Paulo, n. 24, 49-56, dez/2013.
- MURTA, Daniela. Entre o “transexualismo verdadeiro” e a diversidade das experiências trans: uma discussão crítica sobre a produção da identidade transexual universal. In: SILVA, Daniele Andrade da et al. (Orgs). Feminilidades: Corpos e sexualidade em debate. – Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013
- NOGUEIRA, Marco Aurélio. Os direitos sociais como causas cívicas. In: Revista Saúde e Sociedade. Vol 11, nº1. São Paulo. Jan-jul/2002.
- PEREIRA, Potyara Amazoneida. Abordagem teórica sobre Estado em sua relação com a sociedade e com a política social. In: PEREIRA, Potyara. Política Social: temas e questões. São Paulo: Cortez, 2008 (Capítulo 3)
- PEREIRA, Potyara Amazoneida. Discussões conceituais sobre política social como política pública e direito de cidadania. In: Boschetti, Ivonete. Política Social no Capitalismo. Tendências Contemporâneas. São Paulo: Cortez, 2008. (págs. 87-108).
- PEREIRA, Potyara Amazoneida. Para maior compreensão da política social. In: PEREIRA, Potyara. Política Social: temas e questões. São Paulo: Cortez, 2008 (Capítulo 4).
- RAMOS, Alessandra. Corpos trans, experiências e movimentos sociais LGBT. In: SILVA, Daniele Andrade da (et. al.) (orgs). Feminilidades: Corpos e sexualidades em debate. – Rio de Janeiro, EdUERJ, 2013.
- RAMPIN, Talita Tatiana Dias; FREITAS, José Carlos Garcia de. Gênero e Direito: uma análise do princípio constitucional da igualdade. In: Bruna, Maria Alves de Toledo; SOUZA-LEITE, Célia Regina Vieira (Orgs). Gênero, Diversidades e Direitos Sexuais nos laços da inclusão. 1 ed. – Curitiba, PR : CRV, 2012.
- REIDEL, Marina. Ser trans e as interlocuções com a educação. In: NARDI, Henrique Caetano; SILVEIRA, Raquel da Silva; MACHADO, Paula Sandrine (orgs). Diversidade Sexual, Relações de Gênero e Políticas Públicas. – Porto Alegre: Sulina, 2017.
- RICH, A. Heterossexualidade compulsória e existência lésbica. Bagoas - Estudos gays: gêneros e sexualidades, v. 4, n. 05, 27 nov. 2012.
- ROCHA, Carmen Lúcia Antunes. O princípio da dignidade da pessoa humana e a exclusão social. In: Revista do Instituto Brasileiro de Direitos Humanos, v. 2, n. 2, 2001.



RODOVALHO, Amara Moira. O cis pelo trans. In: Estudos Feministas, Florianópolis, 25(1): 422, janeiro-abril/2014

SANTOS, Chopelly Claudystton Pereira dos. Saúde?! Completo bem-estar psicossocial de um indivíduo: tudo que uma pessoa trans não possui. In: Ministério da Saúde, Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa, Departamento de Apoio à Gestão Participativa. – 1.ed., 1. reimp. – Brasília: Ministério da Saúde, 2016.

SCHONS, Selma Maria. Assistência Social entre a ordem e a “des-ordem”: mistificação dos direitos sociais e da cidadania. 2ª. Ed. São Paulo: Cortez, 2003.

SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Educação & Realidade, v. 20, n.2, p.71-99, 1995.

SILVA, Romulo Cardoso da. A tomada de espaço na pesquisa em sexualidade: dando voz aos agentes pesquisadores da temática LGBT na UFAM. (Monografia Especialização em Desenvolvimento, Etnicidade e Políticas Públicas na Amazônia) Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas, 2018.

SIMÕES, Carlos. Curso de Direito do Serviço Social. – 2 ed. rev. atual. – São Paulo: Cortez, 2008. – (Biblioteca básica de serviço social; v. 3).

SIMÕES, Júlio Assis. Antropologia e diversidade sexual e de gênero no Brasil: tramas de políticas e saberes. In: LIMA, Antonio Carlos de Souza et. al.(Orgs). A antropologia e a esfera pública no Brasil Perspectivas e Prospectivas sobre a Associação Brasileira de Antropologia no seu 60º Aniversário. Rio de Janeiro : ABA, 2018.

SIMPSON, Keila. Transexualidade e travestilidade na Saúde In: BRASIL. Transexualidade e travestilidade na. Saúde. In: Ministério da Saúde, Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa, Departamento de Apoio à Gestão Participativa. – 1.ed., 1. reimp. – Brasília: Ministério da Saúde, 2016.

SOUZA, Celina. Políticas Públicas: uma revisão de literatura. In: Sociologias. Porto Alegre, ano 8, n 16, jul/dez 2006, p. 20 – 45.

SOUZA, Henrique da Fonte Araujo de; SILVA, Anny Layssa Joana Rodrigues. Acesso à justiça de pessoas travestis e transgêneras: obstáculos processuais ao reconhecimento legal de nome gênero no Estado de Pernambuco. In: Revista InSurgência, Brasília, ano 3, v. 3, 2017.

TONELI, Maria Juracy Filgueiras; AMARAL, Marília do Santos. Sobre travestilidades e políticas públicas: como se produzem os sujeitos da vulnerabilidade. In: NARDI, Henrique Caetano; SILVEIRA, Raquel da Silva; MACHADO, Paula Sandrine (orgs). Diversidade Sexual, Relações de Gênero e Políticas Públicas. – Porto Alegre: Sulina, 2017.

VIEIRA, Evaldo. Estado de Direito e sociedade democrática. In: VIEIRA, Evaldo. Os direitos e política social. São Paulo: Cortez, 2009. (Cap. 4).

WITTMANN, Isabel. Corpo, Gênero e Identidade: Experiências transgênero na cidade de Manaus. 2016 151 f.: 31 (Dissertação Mestrado em Antropologia Social) - Universidade Federal do Amazonas.

# APÊNDICES



## APÊNDICE 01

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS  
INSTITUTO DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL E  
SUSTENTABILIDADE NA AMAZÔNIA



PESQUISA: LUTA PELO RECONHECIMENTO NA CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA  
TRANS EM MANAUS.

### Roteiro de entrevista I: População trans

1. Identificação<sup>21</sup>: \_\_\_\_\_

2. Idade:

18 a 23     24 a 29     30 a 35     36 a 41     42 a 47     +48

3. Qual sua naturalidade?

Manaus/AM     Outro município/Estado \_\_\_\_\_  
 Outro país \_\_\_\_\_

4. Qual sua escolaridade?

<input type="checkbox"/> Não escolarizada/o			
Ens. Fundamental	<input type="checkbox"/> Completo	<input type="checkbox"/> Incompleto	<input type="checkbox"/> Cursando
Ens. Médio	<input type="checkbox"/> Completo	<input type="checkbox"/> Incompleto	<input type="checkbox"/> Cursando
Ens. Técnico	<input type="checkbox"/> Completo	<input type="checkbox"/> Incompleto	<input type="checkbox"/> Cursando
Ens. Superior	<input type="checkbox"/> Completo	<input type="checkbox"/> Incompleto	<input type="checkbox"/> Cursando
Pós-graduação	<input type="checkbox"/> Completo	<input type="checkbox"/> Incompleto	<input type="checkbox"/> Cursando

5. Onde cursou?

Ensino público     Ensino Privado     Parte no público e parte no privado

6. Qual seu estado civil

Solteira/o     Casada/o  
 Divorciada/o     União estável     Outra \_\_\_\_\_

7. Em que zona da cidade reside:    Bairro: \_\_\_\_\_

Zona sul     Zona centro-sul     Zona norte     Zona leste  
 Zona oeste     Zona centro-oeste

<sup>21</sup>Escolher o nome de uma estrela: 1) Sirius; 2) Mirzan; 3) Adhara; 4) Alhena; 5) Pollux; 6) Saiph; 7) Rigel; 8) Alnitak; 9) Bellatrix; 10) Aldebaron; 11) Canopus; 12) Veja; 13) Hadar; 14) Regulus; 15) Procyon; 16) Arcturus; 17) Regulus; 18) Antares; 19) Aldebaran; 20) Archenar.

**8. Com quem reside?**

Família       Companheira/o    Amigas/os       Sozinha/o  
 Outros \_\_\_\_\_

**9. Já trabalhou?**

Sim       Não

**10. Profissão/ocupação: \_\_\_\_\_**

Não trabalha       Atividade Formal       Autônomx  
 Formal com CTPS assinada       Atividade informal

**11. Possui alguma renda fixa?**

Sim       Não  
 Menos de 1 Salário Mínimo       9 a 12 Salários Mínimos  
 2 a 4 Salários Mínimos       Mais de 12 Salários Mínimos  
 5 a 8 Salários Mínimos

**12. Recebe algum benefício social? Caso afirmativo qual (is)?**

Sim       Não      \_\_\_\_\_

**13. Você sabe o que é identidade de gênero?**

Sim       Não

**14. Como você identifica a sua identidade de gênero?**

\_\_\_\_\_

**15. Possui o nome social em seus documentos oficiais (RG, CPF, e outros)**

Sim       Não       Pretendo realizar

**16. Conhece os procedimentos para realização da retificação dos documentos oficiais?**

Sim       Não

**17. Realiza hormonização?**

Sim, com acompanhamento médico       Sim, sem acompanhamento médico  
 Não realizo       Pretendo realizar

**18. Você é usuário/usuária dos serviços públicos (Saúde, Educação, Lazer, outros)**

Sim    Não

**19. Conhece os serviços do sistema público ofertados no município de Manaus voltados a população trans?**

Sim    Não

**20. Com que idade se reconheceu enquanto pessoa trans?**

---

---

---

**21. Como identifica sua orientação afetivo-sexual?**

---

---

---

**22. Que tipo de serviços públicos acessa e com que frequência?**

---

---

---

**23. Tem conhecimento de alguma legislação e/ou política que lhe beneficia? Utiliza alguma desta em seu cotidiano?**

---

---

---

**24. Como você vê os serviços públicos voltados para pessoa trans em Manaus?**

---

---

---

**25. Como é o tratamento que você recebe nestes serviços?**

---

---

---

**26. Já sofreu algum tipo de discriminação em algum destes serviços? Caso afirmativo, Comente.**

---

---

---

**27. Você considera que sua identidade é respeitada nos serviços públicos?**

---

---

---

**28. Enquanto pessoa trans, quais os desafios que enfrentados na sociedade para efetivação de sua cidadania?**

---

---

---

**29. Em sua opinião, como o poder público tem lhe dado com as demandas das pessoas trans em Manaus?**

---

---

---

**30. Para você, o que ainda é necessário ser feito para que as Políticas Públicas possam atender as necessidades de pessoas trans?**

---

---

---



## APÊNDICE 02

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS  
INSTITUTO DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL E  
SUSTENTABILIDADE NA AMAZÔNIA



PESQUISA: LUTA PELO RECONHECIMENTO NA CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA  
TRANS EM MANAUS.

### Roteiro de entrevista II: Agentes do poder público e movimentos sociais

Identificação\* : \_\_\_\_\_

**31. Comente sua função nesta instituição e que tipo de trabalho realiza.**

---

---

---

**32. Como você compreende as demandas em torno das identidades de gênero ?**

---

---

---

**33. Que tipo de política pública é trabalhada nesta instituição e quais serviços oferecidos a população trans?**

---

---

---

**34. Tem conhecimento de legislações e/ou políticas que atendam aos pressupostos de inclusão da população trans?**

---

---

---

**35. Costuma trabalhar de forma interinstitucional? Caso afirmativo, comente sobre outras instituições parceiras.**

---

---

---

**36. Quais ações e/ou projetos já realizou nesta instituição que atendam as demandas da população trans?**

---

---

---

**37. Como se dá a articulação de movimentos sociais com o poder público nas questões ligadas às pessoas trans?**

---

---

---

**38. Quais desafios na efetivação da política que atende os pressupostos de inclusão de pessoas trans nesta instituição?**

---

---

---

**39. Como você vê a atuação do poder público na promoção de serviços para pessoas trans em Manaus?**

---

---

---



**40. De que forma o poder público em Manaus tem trabalhado para efetivação da cidadania de pessoas trans?**

---

---

---

**41. Quais desafios presentes na efetivação da cidadania de pessoas trans em Manaus?**

---

---

---

**42. Para você, o que ainda é necessário ser feito para que as Políticas Públicas e/ou Legislações possam atender as necessidades de pessoas trans?**

---

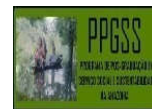
---

---



### APÊNDICE 03

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS  
INSTITUTO DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL E  
SUSTENTABILIDADE NA AMAZÔNIA



#### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Convidamos o(a) senhor(a) para participar da Pesquisa “TRANSCIDADANIA: LUTA PELO RECONHECIMENTO NA CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA TRANS EM MANAUS.” sob a responsabilidade do pesquisador Romulo Cardoso da Silva, endereço Av. General Rodrigo Otávio Jordão Ramos, n. 6200, Coroado, CEP 69077-000 – Campus Senador Arthur Virgílio Filho (Setor Norte), sala 08 do Bloco Mário Ypiranga – IFCHS, contato 092 3305-1181 (Ramal 2349), e-mail [romulocardososilva@gmail.com](mailto:romulocardososilva@gmail.com), com orientação da Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Lidiany de Lima Cavalcante, endereço Av. General Rodrigo Otávio Jordão Ramos, n. 6200, Coroado, CEP 69077-000 – Campus Senador Arthur Virgílio Filho (Setor Norte), sala 08 do Bloco Mário Ypiranga – IFCHS, contato 092 3305-1181 (Ramal 2349), e-mail [profa.lidiany@gmail.com](mailto:profa.lidiany@gmail.com), ambos vinculados ao Programa de Pós-graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia da Universidade Federal do Amazonas (PPGSS/UFAM).

A pesquisa tem como objetivo analisar o processo de reconhecimento da construção da cidadania de pessoas transgêneros a partir dos discursos dos sujeitos na cidade de Manaus/AM, a fim de subsidiar a construção de uma dissertação sobre o tema. E com os seguintes objetivos específicos: Caracterizar os aportes das construções identitárias e seus significados no cotidiano da população transgênero; Conhecer as Políticas Públicas que atendem aos pressupostos da inclusão social da população transgênero; Ponderar os desafios de efetivação da cidadania de transgênero a partir dos sujeitos.

Assim como qualquer outra pesquisa envolvendo seres humanos, devemos considerar os riscos presentes nesta, conforme o que estabelece as resoluções 466 de 2012 e 510 de 2016 do Conselho Nacional de Saúde. No que concerne aos danos associados ou decorrentes da pesquisa, ou seja, os agravos imediatos ou posterior, direto ou indireto, ao indivíduo ou à coletividade, sejam físico, psíquico,

moral, intelectual, social, cultural ou espiritual dos/as participantes. Considerando os objetivos da pesquisa, toda e qualquer forma de discriminação, de preconceito ou estigmatização, desconforto ou constrangimento estabelecidas no item IV 3.g, da Resolução Nº 510/2016 serão evitados antes, durante e após a aplicação dos formulários e na análise dos dados e construção da dissertação, se necessário suspendendo a aplicação dos formulários e da pesquisa, para garantir o bem-estar e a segurança dos participantes. O pesquisador principal se compromete a buscar minimizar os riscos provenientes, caso necessário, encaminhando ao Centro de Serviços de Psicologia Aplicada (CSPA) da UFAM, conforme estabelece as citadas resoluções, localizado no Bloco X, setor sul do campus da UFAM, senador Arthur Virgílio Filho, Coroadó, contatos (92) 3305-4121/ (92) 99314-4121, e-mail [cspapsicologiaufam@gmail.com](mailto:cspapsicologiaufam@gmail.com). Caso necessário, o pesquisador se compromete ao ressarcimento das despesas decorrentes do acompanhamento psicológico ao participante e seu acompanhante, conforme estabelece a resolução 466/2012.

A pesquisa apresenta benefícios indiretos aos sujeitos da pesquisa bem como à população transgênero em Manaus. A partir desta pesquisa, poderão ser pensados mecanismos que possibilitem estudos voltados às transgeneridades, assim como subsidiará a construção e desenvolvimento de políticas públicas que contribuam para a efetivação da cidadania de pessoas trans na cidade de Manaus.

Para maiores informações referente a questões éticas da pesquisa, você pode obter informações junto ao Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Amazonas, localizado na Escola de Enfermagem Manaus, sala 07, no endereço Rua Teresina, n. 495, Adrianópolis – Manaus/AM, contato institucional 3305-1181, ramal 2004, email: [cep.ufam@gmail.com](mailto:cep.ufam@gmail.com).

Este consentimento autoriza o pesquisador responsável a utilizar material multimídia para captação de áudio, bem como registros fotográficos para serem utilizados enquanto material da pesquisa.

Sua participação é voluntária e se dará por meio da concessão de uma entrevista. O(A) senhor(a) foi escolhido(a) por oferecer importante contribuição na análise que pretendemos fazer. Se depois de consentir sua participação o(a) senhor(a) desistir de continuar a entrevista, tem o direito e a liberdade de retirar seu consentimento em qualquer fase da pesquisa, seja antes ou depois da coleta dos dados, independente do motivo e sem nenhum prejuízo a sua pessoa. O(a)

senhor(a) não terá nenhuma despesa e também não receberá nenhuma remuneração. Os resultados da pesquisa serão analisados e publicados, mas sua identidade não será divulgada.

### CONSENTIMENTO PÓS-INFORMAÇÃO

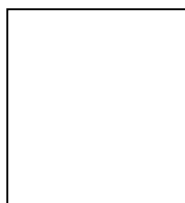
Eu, \_\_\_\_\_, portador (a) do RG \_\_\_\_\_ e CPF \_\_\_\_\_ fui informado (a) sobre o que pesquisador quer fazer e porque precisa da minha colaboração. Declaro que a minha participação é voluntária e não trará qualquer benefício direto, contudo proporcionará a reflexão sobre os desafios da (des) construção da cidadania das pessoas trans em Manaus. Por isso, concordo em participar da pesquisa e autorizo a utilização do material coletado para posterior publicação, sei que a qualquer momento posso desistir, ou mesmo contatar o pesquisador **Romulo Cardoso da Silva**, através do telefone (92) 33051181 (Ramal 2349) ou através do e-mail: [romulocardososilva@gmail.com](mailto:romulocardososilva@gmail.com) para maiores esclarecimentos. Este Termo foi elaborado em DUAS VIAS de igual teor.

---

**Romulo Cardoso da Silva**  
**Pesquisador responsável**

---

**Participante da pesquisa –População trans**



Impressão Dactiloscópica



## APÊNDICE 04

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS  
INSTITUTO DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL E  
SUSTENTABILIDADE NA AMAZÔNIA



### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Convidamos o(a) senhor(a) para participar da Pesquisa “TRANSCIDADANIA: LUTA PELO RECONHECIMENTO NA CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA TRANS EM MANAUS.” sob a responsabilidade do pesquisador Romulo Cardoso da Silva, endereço Av. General Rodrigo Otávio Jordão Ramos, n. 6200, Coroado, CEP 69077-000 – Campus Senador Arthur Virgílio Filho (Setor Norte), sala 08 do Bloco Mário Ypiranga – IFCHS, contato 092 3305-1181 (Ramal 2349), e-mail [romulocardososilva@gmail.com](mailto:romulocardososilva@gmail.com), com orientação da Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Lidiany de Lima Cavalcante, endereço Av. General Rodrigo Otávio Jordão Ramos, n. 6200, Coroado, CEP 69077-000 – Campus Senador Arthur Virgílio Filho (Setor Norte), sala 08 do Bloco Mário Ypiranga – IFCHS, contato 092 3305-1181 (Ramal 2349), e-mail [profa.lidiany@gmail.com](mailto:profa.lidiany@gmail.com), ambos vinculados ao Programa de Pós-graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia da Universidade Federal do Amazonas (PPGSS/UFAM).

A pesquisa tem como objetivo analisar o processo de reconhecimento da (des) construção da cidadania de pessoas transgêneros a partir dos discursos dos sujeitos na cidade de Manaus/AM, a fim de subsidiar a construção de uma dissertação sobre o tema. E com os seguintes objetivos específicos: Caracterizar os aportes das construções identitárias e seus significados no cotidiano da população transgênero; Conhecer as Políticas Públicas que atendem aos pressupostos da inclusão social da população transgênero; Ponderar os desafios de efetivação da cidadania de transgênero a partir dos sujeitos.

Assim como qualquer outra pesquisa envolvendo seres humanos, devemos considerar os riscos presentes nesta, conforme o que estabelece as resoluções 466 de 2012 e 510 de 2016 do Conselho Nacional de Saúde. No que concerne aos danos associados ou decorrentes da pesquisa, ou seja, os agravos imediatos ou posterior, direto ou indireto, ao indivíduo ou à coletividade, sejam físico, psíquico,

moral, intelectual, social, cultural ou espiritual dos/as participantes. Considerando os objetivos da pesquisa, toda e qualquer forma de discriminação, de preconceito ou estigmatização, desconforto ou constrangimento estabelecidas no item IV 3.g, da Resolução Nº 510/2016 serão evitados antes, durante e após a aplicação dos formulários e na análise dos dados e construção da dissertação, se necessário suspendendo a aplicação dos formulários e da pesquisa, para garantir o bem-estar e a segurança dos participantes. O pesquisador principal se compromete a buscar minimizar os riscos provenientes, caso necessário, encaminhando ao Centro de Serviços de Psicologia Aplicada (CSPA) da UFAM, conforme estabelece as citadas resoluções, localizado no Bloco X, setor sul do campus da UFAM, senador Arthur Virgílio Filho, Coroadó, contatos (92) 3305-4121/ (92) 99314-4121, e-mail [cspapsicologiaufam@gmail.com](mailto:cspapsicologiaufam@gmail.com). Caso necessário, o pesquisador se compromete ao ressarcimento das despesas decorrentes do acompanhamento psicológico ao participante e seu acompanhante, conforme estabelece a resolução 466/2012.

A pesquisa apresenta benefícios indiretos aos sujeitos da pesquisa bem como à população transgênero em Manaus. A partir desta pesquisa, poderão ser pensados mecanismos que possibilitem estudos voltados às transgeneridades, assim como subsidiará a construção e desenvolvimento de políticas públicas que contribuam para a efetivação da cidadania de pessoas trans na cidade de Manaus.

Para maiores informações referente a questões éticas da pesquisa você pode procurar o Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Amazonas, localizado na Escola de Enfermagem Manaus, sala 07, no endereço Rua Teresina, n. 495, Adrianópolis – Manaus/AM, contato institucional3305-1181, ramal 2004, email: [cep.ufam@gmail.com](mailto:cep.ufam@gmail.com).

Este consentimento autoriza o pesquisador responsável a utilizar material multimídia para captação de áudio, bem como registros fotográficos para serem utilizados enquanto material da pesquisa.

Sua participação enquanto representante institucional é voluntária e se dará por meio da concessão de uma entrevista. O(A) senhor(a) foi escolhido(a) por oferecer importante contribuição na análise que pretendemos fazer. Se depois de consentir sua participação o(a) senhor(a) desistir de continuar a entrevista, tem o direito e a liberdade de retirar seu consentimento em qualquer fase da pesquisa, seja antes ou depois da coleta dos dados, independente do motivo e sem nenhum

prejuízo a sua pessoa. O(a) senhor(a) não terá nenhuma despesa e também não receberá nenhuma remuneração. Os resultados da pesquisa serão analisados e publicados, mas sua identidade não será divulgada.

#### CONSENTIMENTO PÓS-INFORMAÇÃO

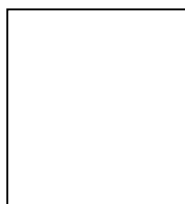
Eu, \_\_\_\_\_, portador (a) do RG \_\_\_\_\_ e CPF \_\_\_\_\_, representante da instituição \_\_\_\_\_ fui informado (a) sobre o que pesquisador quer fazer e porque precisa da minha colaboração. Declaro que a minha participação é voluntária e não trará qualquer benefício direto, contudo proporcionará a reflexão sobre os desafios da construção da cidadania das pessoas trans em Manaus. Por isso, concordo em participar da pesquisa e autorizo a utilização do material coletado para posterior publicação, sei que a qualquer momento posso desistir, ou mesmo contatar o pesquisador **Romulo Cardoso da Silva**, através do telefone (92) 33051181 (Ramal 2349) ou através do e-mail: [romulocardososilva@gmail.com](mailto:romulocardososilva@gmail.com) para maiores esclarecimentos. Este Termo foi elaborado em DUAS VIAS de igual teor.

---

**Romulo Cardoso da Silva**  
**Pesquisador responsável**

---

**Participante da pesquisa – Agentes institucionais e sociais**

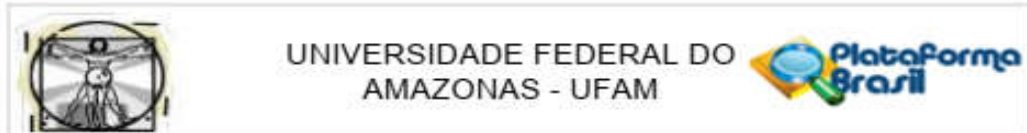


Impressão Dactiloscópica

# **ANEXOS**



## ANEXO01



### PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

#### DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

**Título da Pesquisa:** TRANSCIDADANIA: LUTA PELO RECONHECIMENTO NA CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA TRANS EM MANAUS

**Pesquisador:** ROMULO CARDOSO DA SILVA

**Área Temática:**

**Versão:** 1

**CAAE:** 29524620.0.0000.5020

**Instituição Proponente:** Universidade Federal do Amazonas - UFAM

**Patrocinador Principal:** Financiamento Próprio

#### DADOS DO PARECER

**Número do Parecer:** 3.925.819

#### **Apresentação do Projeto:**

A presente proposta de projeto de dissertação versa acerca da luta pelo reconhecimento na (des) construção da cidadania das pessoas transgêneros em Manaus. A partir dos objetivos propostos acima referidos, será analisado, a partir da ótica dos sujeitos transgêneros que se encontram dentro e fora do movimento social, bem como os agentes de resistência que estão a frente do atendimento destas pessoas em ações e programas das políticas públicas, o reconhecimento das identidades de gêneros ditas como dissidentes diante do acesso a bens e serviços que garantam a cidadania destes sujeitos. Para alcançarmos tais objetivos, trabalharemos neste projeto sob a luz da análise do discurso, onde será realizada pesquisa exploratória, sendo feita entrevista com formulário semi-estruturado com perguntas abertas e fechadas, com 10 pessoas reconhecidamente trans e 02 atores sociais que atuam nos serviços que garantam a cidadania destes, considerando a complexidade do tema em questão, não definimos um universo para amostragem, tendo em vista a não existência de documento oficial que nos possibilite fixar determinado número. As categorias analíticas acima citadas nos possibilitarão dissertar em torno das questões que perpassam a efetivação (ou não) da cidadania trans em Manaus, além desta, outras se colocaram fundamentais para tal análise, tais como Identidade, Corpo, Gênero, que contemplam o primeiro capítulo da Dissertação; o segundo capítulo tem como base um levantamento das políticas, legislações e resoluções que garantam direitos das pessoas trans, buscará fazer uma análise do papel do Poder Legislativo e a emergência de políticas públicas que

**Endereço:** Rua Teresina, 495

**Bairro:** Adrianópolis

**UF:** AM **Município:** MANAUS

**Telefone:** (92)3305-1181

**CEP:** 69.057-070

**E-mail:** cep.ufam@gmail.com



Continuação do Parecer: 3.925.819

garantam os pressupostos de inclusão destas população no terceiro capítulo, discorreremos acerca da (des) construção da cidadania trans em Manaus, onde buscaremos a partir da pesquisa exploratória, dados de agentes sociais de movimento e poder público, bem como de sujeitos que encontram-se foram destas arenas representativas, do acesso para efetivação da cidadania; além de outras categorias que poderão aparecer no decorrer da pesquisa, considerando este processo como contínuo e fluído que percorrerá as necessidades trazidas a partir da realização do campo. Outra fonte de análise, posta enquanto secundária, trata-se de documentos oficiais que garantem direitos das pessoas trans promulgadas em âmbito federal. A mensuração dos dados coletados durante o processo da pesquisa se dará por meio de análise aprofundada a partir do conteúdo extraído dos dados primários e secundários. O tema proposto requer uma análise aprofundada de tais categorias para que se possa realizar uma discussão que contemple mecanismos que nos possibilitem compreender os desafios presentes na no reconhecimento e luta para a (des) construção da cidadania trans em Manaus.

**Objetivo da Pesquisa:**

**Objetivo Primário:** Analisar o processo de reconhecimento da construção da cidadania transgêneros partir do discurso dos sujeitos na cidade de Manaus/AM.

**Objetivo Secundário:** Apresentar os aportes das construções identitárias e seus significados no cotidiano da população transgênero; Conhecer as Políticas Públicas que atendem aos pressupostos da inclusão social da população transgênero; Desvelar os desafios de efetivação da cidadania de transgênero a partir dos sujeitos.

**Avaliação dos Riscos e Benefícios:**

**Riscos:** Assim como qualquer outra pesquisa envolvendo seres humanos, devemos considerar os riscos presentes nesta, conforme o que estabelece as resoluções 466 de 2012 e 510 de 2016 do Conselho Nacional de Saúde. No que concerne aos danos associados ou decorrentes da pesquisa, ou seja, os agravos imediatos ou posterior, direto ou indireto, ao indivíduo ou à coletividade, sejam físico, psíquico, moral, intelectual, social, cultural ou espiritual dos/as participantes. Considerando os objetivos da pesquisa, toda e qualquer forma de discriminação, de preconceito ou estigmatização, estabelecidas pela Resolução Nº 510/2016 serão evitadas antes, durante e após a aplicação dos formulários e na análise dos dados e construção da dissertação. O pesquisador principal se compromete a buscar minimizar os riscos provenientes, caso necessário, encaminhando ao Centro de Serviços de Psicologia Aplicada da Universidade Federal do Amazonas (CSPA/UFAM), conforme estabelece as citadas resoluções. Caso necessário, o pesquisador se

Endereço: Rua Teresina, 495

Bairro: Adrianópolis

CEP: 69.057-070

UF: AM

Município: MANAUS

Telefone: (92)3305-1181

E-mail: cep.ufam@gmail.com

## ANEXO 02



Ministério da Educação  
Universidade Federal do Amazonas  
Faculdade de Psicologia  
Centro de Serviços de Psicologia Aplicada



### TERMO DE ANUÊNCIA DO CSPA

Declaramos para os devidos fins que estamos de acordo com o atendimento psicológico, caso necessário, dos participantes da pesquisa intitulada **“Transcidadania: luta pelo reconhecimento na construção da cidadania trans em Manaus”**, sob a orientação da Prof. Dr. Lidiany de Lima Cavalcante, a ser desenvolvida pelo mestrando **Romulo Cardoso da Silva**, em projeto vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Serviço social-UFAM, o qual terá o apoio deste Centro de Serviço de Psicologia Aplicada (CSPA).

Manaus, 04 de outubro de 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS  
Faculdade de Psicologia  
Prof. Dr. Lidia Ferraz  
Coordenadora

Prof. Dr. Lidia Ferraz  
Coordenadora Programa-CSPA

CENTRO DE SERVIÇOS DE PSICOLOGIA APLICADA – CSPA  
Endereço eletrônico: [cspapsicologiaufam@gmail.com](mailto:cspapsicologiaufam@gmail.com) Telefone: 3305-1181 Ramal 2581

## ANEXO 03



OFÍCIO Nº 396/2020-GSEAC/SEDUC

Manaus, 04 de setembro de 2020.

Ao Senhor  
**ROMULO CARDOSO DA SILVA**  
[romullocardososilva@gmail.com](mailto:romullocardososilva@gmail.com)

**Assunto:** Resposta ao expediente protocolado em 10/10/2019.  
**Processo:** 01.01.028101.00028528.2019-SEDUC.  
**Ref.:** Autorização de pesquisa para Projeto.

**Prezado Senhor,**

Ao cumprimentá-lo cordialmente, e de acordo com parecer da Assessoria Jurídica/ASSJUR/SEDUC, informo o deferimento da solicitação acerca da deliberação da entrevista solicitada para conclusão de pesquisa científica.

Ressalto que as informações fornecidas serão somente para dados quantitativos, sendo vedada qualquer informação qualitativa, como nome de inscitos, idade, sexo, nome de instituição, etc. Portanto, o requerente deverá assinar um termo de responsabilidade contendo a finalidade e destinação dos dados liberados, bem como as obrigações a que se submeterá, conforme art. 49 e parágrafos do Decreto nº 36.819/2016. Ao final, anexar cópia do referido termo.

**Atenciosamente,**

**ARLETE FERREIRA MENDONÇA**  
Secretária Executiva Adjunta da Capital

Avenida Waldomiro Lustosa, 250. Japiim II  
Manaus-AM - CEP 69076-830

Secretaria de  
**Educação e  
Desporto**



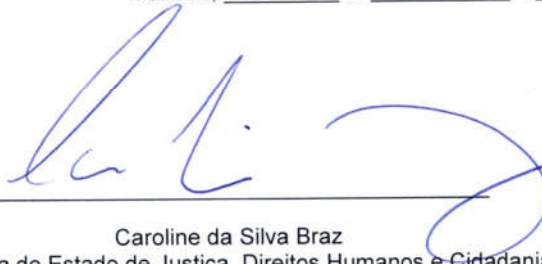


## ANEXO 04

### TERMO DE ANUÊNCIA

A Secretaria de Estado de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania – SEJUSC, está ciente e autoriza realizar a pesquisa intitulada “TRANSCIDADANIA: LUTA PELO RECONHECIMENTO NA CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA TRANS EM MANAUS”, que tem como objetivo analisar o processo de reconhecimento da construção da cidadania transgênero a partir do discurso dos sujeitos na cidade de Manaus/AM, sob responsabilidade do pesquisador principal Romulo Cardoso da Silva, e orientação da Dr.<sup>a</sup> Lidiany de Lima Cavalcante, do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia (PPGSS), da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), e comprometo-me a dar o suporte necessário para realização da mesma. Entretanto, ressalta-se que a pesquisa só será realizada após a devida aprovação no Sistema do Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Amazonas (CEP/UFAM).

Manaus, 15 de 10 de 2019.



Caroline da Silva Braz  
Secretária de Estado de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania

## ANEXO 05



GDRH/DGRH  
Fis: 125  
VISTO *[assinatura]*

Manaus, 20 de fevereiro de 2020.

### TERMO DE ANUÊNCIA

Declaramos para os devidos fins que estamos de acordo com a execução do projeto de pesquisa intitulada "Transcidadania: Luta pelo Reconhecimento na Construção da Cidadania Trans em Manaus", nas dependências do "na Policlínica Codajás", sob a supervisão da Prof.ª Dra. Lidiany de Lima Cavalcante, desenvolvida por ROMULO CARDOSO DA SILVA, para realização de Projeto de Pesquisa, do curso de Dissertação de Mestrado do Programa de Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia da Universidade Federal do Amazonas (UFAM).

JOAO PAULO MARQUES DOS SANTOS  
Secretário Executivo

Avenida André Araújo, 701 - Aleixo  
Fone: (92) 3643-6300  
Manaus-AM-CEP 69060-000

Secretaria de  
Estado de  
Saúde



## ANEXO 06



COLETIVO O GÊNERO

### TERMO DE ANUÊNCIA

Eu Thiago Costa Ribeiro, portador do RG.: 21772134 representante legal da instituição ou movimento social Coletivo O Gênero estou ciente e aprovo a realização da pesquisa intitulada: "TRANSCIDADANIA: LUTA PELO RECONHECIMENTO NA CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA TRANS EM MANAUS", que tem como objetivo Analisar o processo de reconhecimento da construção da cidadania transgênero a partir do discurso dos sujeitos na cidade de Manaus/AM, sob responsabilidade do pesquisador principal Romulo Cardoso da Silva, e orientação da Dr.<sup>a</sup> Lidiany de Lima Cavalcante, do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia (PPGSS), da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), e comprometo-me a dar o suporte necessário para realização da mesma. Quaisquer informações a respeito da pesquisa podem ser adquiridas pelos seguintes contatos: (92) 3305-1181 (Ramal 2349) através dos e-mails: [romulocardososilva@gmail.com](mailto:romulocardososilva@gmail.com) ou [profa.lidiany@gmail.com](mailto:profa.lidiany@gmail.com). Entretanto, ressalta-se que a pesquisa só será realizada após a devida aprovação no Sistema do Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Amazonas (CEP/UFAM).

Manaus, 13 de maio de 2020.

---

Thiago Ribeiro Costa  
Coordenado Coletivo O Gênero

## ANEXO 07



ASSOCIAÇÃO DE TRAVESTIS, TRANSEXUAIS E TRANSGÊNEROS DO ESTADO DO AMAZONAS

---

### TERMO DE ANUÊNCIA

Eu, Joyce Alves Gomes, RG.:2419065-9 representante legal da Associação de Travestis, Transexuais e Transgêneros do Estado do Amazonas, estou ciente e aprovo a realização da pesquisa intitulada: "TRANSCIDADANIA: LUTA PELO RECONHECIMENTO NA CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA TRANS EM MANAUS", que tem como objetivo Analisar o processo de reconhecimento da construção da cidadania transgênero a partir do discurso dos sujeitos na cidade de Manaus/AM, sob responsabilidade do pesquisador principal Romulo Cardoso da Silva, e orientação da Dr.<sup>a</sup> Lidiany de Lima Cavalcante, do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia (PPGSS), da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), e comprometo-me a dar o suporte necessário para realização da mesma. Quaisquer informações a respeito da pesquisa podem ser adquiridas pelos seguintes contatos: (92) 3305-1181 (Ramal 2349) através dos e-mails: [romulocardososilva@gmail.com](mailto:romulocardososilva@gmail.com) ou [profa.lidiany@gmail.com](mailto:profa.lidiany@gmail.com). Entretanto, ressalta-se que a pesquisa só será realizada após a devida aprovação no Sistema do Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Amazonas (CEP/UFAM).

Manaus, 19 de dezembro de 2019.

*Joyce Alves Gomes*

---

Joyce Alves Gomes  
Presidente



## ANEXO 08



### TERMO DE ANUÊNCIA

Eu **Lucas Brito do Nascimento** RG.: 25584812 coordenador geral da Casa Miga – Acolhimento LGBT+ estou ciente e aprovo a realização da pesquisa intitulada: “TRANSCIDADANIA: LUTA PELO RECONHECIMENTO NA CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA TRANS EM MANAUS”, que tem como objetivo Analisar o processo de reconhecimento da construção da cidadania transgênero a partir do discurso dos sujeitos na cidade de Manaus/AM, sob responsabilidade do pesquisador principal Romulo Cardoso da Silva, e orientação da Dr.ª Lidiany de Lima Cavalcante, do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia (PPGSS), da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), e comprometo-me a dar o suporte necessário para realização da mesma. Quaisquer informações a respeito da pesquisa podem ser adquiridas pelos seguintes contatos: (92) 3305-1181 (Ramal 2349) através dos e-mails: [romulo@cardososilva@gmail.com](mailto:romulo@cardososilva@gmail.com) ou [profa.lidiany@gmail.com](mailto:profa.lidiany@gmail.com). Entretanto, ressalta-se que a pesquisa só será realizada após a devida aprovação no Sistema do Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Amazonas (CEP/UFAM).

Manaus, 25 de Junho de 2020.

*Lucas Brito do Nascimento*

Manifesta LGBT+  
CNPJ 33.156.400/0001 – 40  
Projeto Casa Miga LGBT+